

2023

Cornélio Procópio (1930-2021): um estudo de geografia histórica urbana

Luz, Coaracy Eleutério da

Universidade Estadual do Norte do Paraná

LUZ, Coaracy Eleutério da. Cornélio Procópio (1930-2021): um estudo de geografia histórica urbana. Cornélio Procópio: Editora UENP, 2023. 153 p.

<https://repositorio.uenp.edu.br/handle/123456789/916>

Baixado de Repositório Institucional UENP



Coaracy Eleutério da Luz

CORNÉLIO PROCÓPIO (1930-2021)

UM ESTUDO DE GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA

 editora
uenp



Coaracy Eleutério da Luz

CORNÉLIO PROCÓPIO (1930-2021):
UM ESTUDO DE GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Dr. Fábio Antonio Néia Martini – Reitor

Dr. Ricardo Aparecido Campos – Vice-Reitor

Dr. Jorge Sobral da Silva Maia – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Dra. Anney Tojeiro Giordani – Coordenadora Geral da Editora UENP

EDITORA UENP
CONSELHO EDITORIAL

Conselho Pleno UENP

Dr. Denis Carlos dos Santos – Ciências da Saúde.

Dr. Ilton Garcia da Costa – Ciências Sociais Aplicadas.

Dr. Ricardo André Ferreira Martins – Linguística, Letras e Artes

Comissão Científico-Editorial

Me. Joyce Cristina Souza (UFSC – Brasil)

Dra. Marta Neira Rodriguez (Universidade de Santiago de Compostela – Espanha)

Dr. Pedro Manuel Napido (Universidade Pedagógica de Moçambique – Moçambique)

Dr. Peter Johann Mainka (Bayerische Julius-Maximilians-Universität Würzburg – Alemanha)

Dra. Erica de Campos Visentini (UNOESTE-Brasil)

Dra. Sara Reis da Silva – Universidade do Minho (Portugal)

EQUIPE EDITORIAL

Copidesque, revisão e normatização do texto

Equipe Executiva Editora UENP

Dra. Anney Tojeiro Giordani – Diretora de Produção

Me. Priscila Aparecida Borges Ferreira Pires – Assistente Editorial

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Editora CJA LTDA

Fotos da capa

Foto do topo: Retirada de BRASIL, Átila Silveira. **Cornélio Procópio**: das origens e emancipação do município, 2 ed. 2014.

Foto abaixo: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Ficha catalográfica elaborada por Juliana Jacob de Andrade.
Bibliotecária da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP –
Campus Cornélio Procópio – PR.

L979c

LUZ, Coaracy Eleutério da,

Cornélio Procópio (1930-2021): um estudo de Geografia Histórica Urbana./ Coaracy Eleutério da Luz. - Cornélio Procópio: Editora UENP, 2023.

E-book disponível em: <https://uenp.edu.br/editora>

154 f. il. color.

ISBN: 978-65-87941-39-4

1. Cornélio Procópio. 2. Geografia Histórica Urbana. I. Título

CDD 910.7

SUMÁRIO

7

APRESENTAÇÃO

10

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

16

APORTES SOBRE GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA

17

Espaço e tempo na Geografia Histórica

23

A Geografia Histórica Urbana

27

**CORNÉLIO PROCÓPIO NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO
BRASILEIRA (SÉCULO XX)**

28

Os primórdios da urbanização brasileira: algumas correlações

34

**Urbanização e industrialização: moderados efeitos no espaço
urbano procopense**

40

**O *boom* da urbanização brasileira: breves apontamentos de suas
consequências em Cornélio Procópio**

45

**ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DAS ORIGENS E DA
FORMAÇÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO**

47

A formação territorial de Cornélio Procópio

52

A gênese da cidade de Cornélio Procópio

59

A economia cafeeira e a forte atração populacional inicial

64

A expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (1930-1959)

70

**ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DA EXPANSÃO URBANA
PROCOPENSE**

71

**A virada demográfica no século XX e as transformações
espaciais em Cornélio Procópio**

78

A expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (1960-1999)

94

A estrutura de Cornélio Procópio nos séculos XX e XXI

108

**A expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (2000-
2021)**

131

CONSIDERAÇÕES FINAIS

135

REFERÊNCIAS

154

SOBRE A AUTORA

APRESENTAÇÃO

Com esta obra, pretende-se lançar um convite à leitura reflexiva sobre o processo de (re)produção espacial urbana de Cornélio Procópio/PR no transcurso do tempo em que esse movimento se manifesta. Assim, convida-se o(a) geógrafo(a), o(a) historiador(a), o(a) economista, o(a) professor(a) e o(a) estudante das variadas áreas que envolvem a Geografia Histórica Urbana, a refletirem como o ato de pensar o passado do espaço, permite reconhecer chaves de interpretação do seu presente.

Sem a intenção de esgotar a abordagem do assunto, buscou-se desenvolver a narrativa da geografia histórica urbana de Cornélio Procópio, com base em vários conceitos fundamentais da Geografia Urbana. Esta obra é resultado da experiência adquirida como docente do magistério superior e pesquisadora há vários anos, da evolução urbana procopense e de suas consequências socioespaciais, tais como, as tendências de uso do solo urbano, os fenômenos geográficos urbanos de segregação socioespacial e de autosegregação. Desse modo, o objetivo da obra é proporcionar um conhecimento amplo sobre a temática urbana neste recorte empírico, contribuindo para diversos públicos, tanto estudantes quanto profissionais de Geografia e áreas afins.

Assim, trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória que apresenta o processo espacial da evolução urbana no âmbito da Geografia Histórica Urbana, tendo, portanto, como demarcação espacial, a sede municipal de Cornélio Procópio, e como demarcação temporal o período compreendido de 1930 a 2021. Dessa maneira, corrobora a tradição metodológica deste ramo da ciência geográfica ao investigar as transformações espaciais no recorte geográfico estudado, ocasionadas por variados eventos que não se restringem à escala local, pois fatores

externos também influenciaram seu desenvolvimento espacial, alterando formas, funções, estrutura e processo.

Esta perspectiva de abordagem do empírico também se realizou em consonância com o pensamento crítico, próprio da corrente da Geografia Crítica. Destarte, por vezes, retrataram-se evidências espaciais dos contrastes, das contradições, e da desigualdade espacial decorrentes do processo analisado.

O exame de alguns marcos temporais transpõe a interação entre as escalas geográficas com a finalidade de indicar eventos correlativos, que tendo em conta seu particularismo local, são respeitantes tanto a um tempo externo, quanto a um tempo interno. Nesta feita, as correlações aplicam-se à inovação tecnológica de transporte, à modernização agrícola, à urbanização e à industrialização que em menor ou maior intensidade, contextualizaram o recorte empírico e impulsionaram suas modificações espaciais.

São trazidos à baila alguns pressupostos históricos do tema, como a formação territorial de Cornélio Procópio, a gênese da cidade, a economia cafeeira e sua forte atração populacional inicial, para deste ponto em diante, traçar a análise espaço-temporal urbana de Cornélio Procópio estabelecida em três periodizações: 1930-1959, 1960-1999 e 2000-2021.

Considerou-se a década de 1930 como ponto de partida do processo espacial analisado, devido ao momento em que se sobressaíram as mudanças tecnológicas, a instalação férrea e o conseqüente impulso dado ao funcionamento e crescimento do povoado e sua sociedade, rumo à constituição ulterior de uma cidade.

O segundo período analisado foi marcado por significativas alterações no campo, cujas conseqüências espaciais estenderam-se à cidade. Face à urbanização emergente neste período, o espaço urbano procopense assumiu novas formas e funções, quando se inverteu a distribuição espacial de sua

população rural e urbana, e principiou-se o desdobramento de seu arranjo espacial produtivo, essencialmente agrícola para uma matriz social e econômica firmada, predominantemente, nos setores secundário e terciário, como demonstrado na última parte da obra, introduzindo o último período abordado.

Ao longo desta análise de Geografia Histórica Urbana foi necessário, dentre outros procedimentos metodológicos, elaborar a representação cartográfica de cada época, pois o próprio mapa consiste em um marco definitivo para entender as diferentes etapas das transformações espaciais da cidade. Assim, foi possível verificar em termos da forma da expansão urbana, o que já existia, o que já se consolidou e o que foi produzido em tempo recente. Além disso, sua leitura espacial permite compreender os diferentes ritmos, fases e fatores indutores do processo espacial em tela.

Conclusivamente verificou-se, a partir do contexto de cada período em análise, o que sucedeu de modo mais relevante para a cidade e, ainda, quais eventos nas diferentes escalas causaram impacto direto ou indireto em seu percurso evolutivo. Nesta contextura, ponderou-se a ação do Estado, considerado aqui como principal agente modelador da cidade.

Por fim, este livro é um chamado para um novo ponto de vista que enxerga e percebe a historicidade urbana de Cornelio Procópio espelhada na materialidade mutável de sua geografia urbana.

Desejo a todos e a todas uma boa leitura.

A autora

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É na observação do empírico que pairam as primeiras impressões que acendem o anseio do trabalho intelectual, em outras palavras, de modo mais literal, partem do senso comum as primeiras indagações que seguem na direção de construir o conhecimento científico.

Neste princípio de construção científica, inteira-se mediante as explicações de Martins (2020) que este impressionismo inicial é válido para quem pesquisa, pois permite definir um quadro provisório da observação científica de um certo problema ou questão. Ainda assim, segundo o mesmo autor este senso comum distingue-se do senso comum popular.

Para a Geografia, no senso comum, a partir dos escritos de Silva (2010), estão reunidos: o sensível, o fenômeno, a formalidade e a funcionalidade. Sendo este o empírico simples é a base para constituição da interrogação científica geográfica.

A busca por respostas para a interrogação científica formulada neste íterim pleno de inquietações e perplexidades perfaz o caminho do conhecimento, ou seja, o percurso da reflexão geográfica na apreensão dos fenômenos da realidade. Nesse sentido,

Há de se fazer uma articulação de pensamento entre a experiência empírica e a experiência cognitiva; entre o senso comum e a teoria reflexiva profunda. O empírico, o espaço nele mesmo é vazio para a ciência geográfica. Ele é o reduto dos sentidos e os sentidos nos dão a conhecer o ente em seu ser [...] a reflexão profunda em si, isto é, isoladamente, é estéril para a Geografia, mas como aprofundamento do que os sentidos apreendem é indispensável (Silva, 2010, p. 25).

Estas considerações iniciais traçam os contornos elementares para realização desta pesquisa apresentada neste livro, que igualmente motivou-se por desejos, necessidades e frustrações que tiveram um primeiro quadro de observação científica a experiência da cidade e do urbano de Cornélio Procopio como ex-moradora de 2006 até 2019 e como professora universitária até o presente.

Então, este é o ponto de partida que formou as primeiras interrogações científicas geográficas que residem em torno da forma de produção do espaço urbano ao longo do tempo e a sua inerente ação de reproduzir-se, que é ao mesmo tempo social e espacial, e envolta de contradições.

Nesta envergadura, algumas questões aproximadas do tema são trazidas à baila na construção da estrutura teórica da pesquisa: a relação entre espaço e tempo na Geografia, a definição e abordagens da Geografia Histórica Urbana, as causas e as formas de urbanização no país e de segregação urbana produzidas no bojo do processo de expansão urbana.

A investigação da temática urbana na Geografia viabiliza-se por meio de escalas espaço-temporais, ou seja, por meio de recortes espaciais e temporais. Recortes múltiplos, por que o estudo geográfico se consolida ao intercalar diferentes escalas para aproximar-se do real investigado, a partir da relação dos eventos entre as escalas, e, por conseguinte, identificar as continuidades e as descontinuidades geográficas.

Assim, ao observar a urbanização ou uma forma de organização do espaço, Castro (2003) explica que a intercalação de escalas de observação sugere mudanças de conteúdo e de sentido do próprio fenômeno. Para esta autora, a escala mostra-se fundamental para compreender o sentido e tornar visível os fenômenos geográficos em uma perspectiva espacial. Sua abordagem traz à tona a necessária relação entre o que é percebido e o que é concebido, “pois cada escala só faz indicar

o campo de referência no qual existe a pertinência de um fenômeno” (Castro, 2003, p. 120).

Nesta análise geográfica reconhece-se a relevância científica da escala e valoriza-se este recurso analítico-conceitual. Então, demarca-se o recorte espacial, como a sede municipal de Cornélio Procópio, na escala local, analisada na escala temporal de 1930 a 2021. Não obstante, articulações escalares como, por exemplo, as escalas regional e nacional, são incluídas para correlacionar ou não coexistências de eventos geográficos.

Tendo em vista a compreensão da evolução urbana de Cornélio Procópio na escala temporal supracitada, este estudo de Geografia Histórica Urbana, leva a efeito um trabalho científico que zela por um pensar sem obstáculos e comprometido em desmistificar algumas representações da vida cotidiana deste recorte geográfico.

Em Geografia Histórica Urbana, o estudo da evolução urbana representa uma tradição metodológica, o que recebe préstimo nesta pesquisa, que além disso, se encaminha por meio do viés da Geografia Crítica, no sentido de demarcar um rumo de reflexão sobre a cidade e o urbano. Entendendo-se que a cidade, conforme Souza (2015), é o lugar e o concreto, o particular e o interno, e o urbano refere-se ao abstrato ao que é geral e externo. Lencioni (2008) interpreta este par desta maneira:

Ao falarmos em cidade no Brasil estamos nos referindo a um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública. [...] as aglomerações sedentárias que se caracterizam pela presença de população voltada exclusivamente para as atividades urbanas (p. 117 e 121). [...] o urbano está relacionado ao processo de urbanização que se constitui como um processo de transformação estrutural específico da sociedade capitalista e

que impulsiona essa sociedade para adiante, quer em suas contradições, quer em suas explicitações. [...] O conceito de urbano se relaciona a um processo histórico e dependendo da referência teórica falaremos de urbano desde os primórdios da colonização brasileira ou segundo outros períodos. [...] podemos falar em urbano no Brasil a partir de vários marcos históricos (p. 121).

Deste modo, situa-se o emprego e a intencionalidade destes conceitos nesta composição científica. E mais, para se tomar conhecimento sobre o caráter da Geografia e seus estudos, ilumina-se que a análise espacial se incorpora à natureza da ciência geográfica. Sendo assim, é absolutamente necessário no estudo do espaço geográfico, ponderar as relações entre sociedade e natureza e entre espaço e tempo. Portanto, há concordância no fato de que:

[...] reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado [...] (Massey, 2013, p. 29).

Conforme o pensamento anterior e pelos atributos de seu objeto de estudo, não se considera que o presente estudo sobre a Geografia Histórica Urbana de Cornélio Procópio seja apresentado como um conhecimento pronto e acabado, mas que este consiste em uma de suas possibilidades analíticas. Pois, ainda como diz Carlos (2013, p. 17): “Não há verdades eternas. Não é assim que se pensa em ciência. Há, isto sim, uma visão de mundo e uma tentativa de explicação, a busca de apreensão do real enquanto produto de relações concretas”.

Então reúnem-se elementos da concretude espacial para analisar o processo de expansão urbana horizontal da sede municipal de Cornélio Procópio localizada na microrregião geográfica de Cornélio Procópio e na mesorregião geográfica do Norte Pioneiro Paranaense¹.

Há uma amálgama de procedimentos e métodos de pesquisa que contribuíram para o todo da análise, tais como pesquisa de campo, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, método qualitativo e quantitativo, entrevistas semiestruturadas, elaboração de representação gráfica (mapas e gráficos) e representação iconográfica (fotografias e figuras).

Trata-se de uma operacionalização derivada maiormente, do projeto de pesquisa para pós-doutoramento intitulado **Expansão urbana de Cornélio Procópio (PR) e suas implicações nos fenômenos de segregação socioespacial e autoss segregação**, realizado entre os anos 2020 e 2021, que se fraciona neste texto como um dos seus resultados. E algumas observações de campo dos projetos de pesquisa **Caracterização e análise dos espaços públicos no município de Cornélio Procópio (PR) (2015-2017)** e

1 Neste estudo de Geografia Histórica Urbana, opta-se pelo emprego da Divisão Regional do Brasil elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Mesorregiões e Microrregiões geográficas, e institucionalizada através da Resolução PR-51 de 01/01/1990 (IBGE, 1990). O IBGE atualizou o quadro regional do país em 2017 através da proposta de regionalização em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, sendo que Cornélio Procópio pertence à Região Geográfica Intermediária de Londrina, e compõe a Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio-Bandeirantes, com mais dezesseis municípios: Congonhinhas, Itambaracá, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Uraí (IBGE, 2017; IPARDES, 2021). Entretanto, considera-se a delimitação regional em Mesorregiões e Microrregiões geográficas mais apropriada por sua pertinência temporal, ajustável à abordagem dos fenômenos destacados na escala local em sua perspectiva de articulação à escala regional.

Análise da evolução urbana e tendências de uso do solo de Cornélio Procópio, Paraná (2017-2020) são contributivas na elucidação de alguns pontos da análise, o que demonstra uma trajetória investigatória a respeito da temática urbana neste recorte espacial.

APORTES SOBRE GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA

Os fenômenos urbanos, sejam estes, desigualdades, diferenciações, segregações, conflitos e outros, encontram-se no espaço e no tempo das cidades, representando a banalidade do cotidiano urbano. A compreensão da espacialidade destes fenômenos passa por sua abordagem geográfica por meio das escalas espaço-temporais, que permitem compreender também seus conflitos e suas contradições (Penna, 2018).

Destarte, a análise geográfica urbana tem como compromisso científico desenvolver-se no sentido inverso da apreensão destes fenômenos como banais e admissíveis, logo, reconhecendo seu engendramento como resultado das ações humanas, regidas pela lógica da acumulação capitalista no espaço, que ordenadamente, é iníqua para grande parte da sociedade brasileira.

Nesta feita, lança-se mão da Geografia Histórica, campo da Geografia, que historicamente origina-se tanto a partir das raízes do conhecimento geográfico, quanto da análise da evolução da paisagem e das formas espaciais (Maia, 2019). O autor bem explica ser próprio deste campo geográfico, a compreensão da relevante relação entre espaço e tempo em suas perspectivas diacrônica e sincrônica, sendo a demarcação temporal, um de seus principais atributos.

Neste trabalho científico, desenvolve-se uma abordagem de Geografia Histórica Urbana de Cornélio Procópio, valendo-se de uma demarcação temporal no sentido de entender as relações entre espaço e tempo diacronicamente e sincronicamente. E assim, tal como afirma Maia (2019), concorda-se que o pensamento a respeito do espaço em um tempo passado necessita ponderar as continuidades e descontinuidades desse processo histórico. Também, conforme Santos (2006), admite-se haver

tempos que coexistem em espaços diferentes, de tal modo a se ter a ideia do espaço como uma acumulação desigual de tempos.

Espaço e tempo na Geografia Histórica

O estudo do passado, o estudo das mudanças ao longo do tempo e o estudo do passado no presente marcam três aspectos gerais da Geografia Histórica (Maia, 2019). Neste sentido, quanto ao seu papel fundamental, Erthal (2003, p. 30) complementa que a Geografia Histórica se preocupa em “recuperar as espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais, busca metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal”.

Erthal (2003) esclarece que em determinados momentos de seu percurso foi marginalizada pelos próprios geógrafos como uma disciplina autônoma, como um apêndice da História e também como campo da Antropologia, entretanto, seus estudiosos a direcionaram para o campo da Geografia por sua compatibilidade.

Desenvolvida, notadamente, em países desenvolvidos como Inglaterra, França, Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália² (Erthal, 2003), e nestes, alguns de seus precursores, como Henry Clifford Darby (1909-1992), geógrafo histórico britânico (Ribeiro; Souza Neto, 2020) e o geógrafo americano Carl Sauer (1889-1975), formularam importantes contribuições para esta subárea. O primeiro preocupou-se em discutir as relações entre Geografia e História, e especialmente, em estudar a dimensão tempo na Geografia, e ambos consideravam a categoria paisagem como base para os estudos geográficos (Maia, 2019).

2 No Brasil, a Geografia Histórica não se desenvolveu substancialmente a ponto de constituir uma escola. Desenvolveu-se até meados do século passado, e após um período de interrupção, seus exemplos mais recentes vinculam-se aos estudos dos geógrafos: Maurício de Almeida Abreu (1948-2011) que pesquisou sobre a cidade do Rio de Janeiro; Pedro de Almeida Vasconcelos com pesquisas sobre a cidade de Salvador no ano 2000 (Erthal, 2003; Ribeiro; Souza Neto, 2020), e ainda Antonio Carlos Robert Moraes (1954-2015) (Ribeiro; Souza Neto, 2020).

Da mesma forma, os demais autores delinearão a Geografia Histórica como a reconstrução da Geografia do passado ou a história da paisagem, conquanto na literatura relacionada a sua trajetória, observa-se que além de seus campos de pesquisa na Geografia apresentarem um sentido mais vasto – regional, urbana, agrária, população, cultural, ambiental – há diferentes escolhas quanto à categoria de análise, que necessariamente não condiz ao emprego da paisagem como categoria central dos estudos (Maia, 2019). A seguinte colocação de Maia (2019, p. 2-3) completa esta ideia:

Há estudos que priorizam a região, outros, o espaço, o território, a natureza, o lugar ou a área, a depender dos objetivos da pesquisa, do objeto teórico e empírico e também das concepções teórico-metodológicas que também se mostram diversas: pesquisas quantitativas, qualitativas, positivistas, marxistas, fenomenológicas etc.

Ainda no âmbito de sua caracterização, como escreve Maia (2019, p. 3), a dimensão temporal distingue os estudos de Geografia Histórica, pois a categoria tempo assume avultada importância para estes. Então “a escala temporal para os estudos de Geografia Histórica se torna premente”, uma vez que se compreende que espaço e tempo não se separam, sendo impossível apreender um sem o outro.

Dando ênfase à noção de tempo, Maia (2019) diz que está impressa nesta, a noção de acontecimento, e segundo a autora, esta última é tão importante quanto a primeira para os estudos de Geografia Histórica. Posto que o pensamento sobre as noções de tempo e acontecimento é prerrogativa da prática do historiador, em estudos geográficos, a abordagem de tais noções e conceitos, não pode deixar de acontecer, pois estas os conduzem ao conhecimento.

Se as noções de tempo e de acontecimento são imbricadas e quando tratadas nesta perspectiva em análises geográficas corroboram a produção de conhecimento sobre o espaço, pode-se aqui complementar este raciocínio por meio das considerações de Santos (2006) ao inferir que sendo o evento, um momento, uma ocasião, um instante ou uma série de instantes, o mundo pode ser considerado um conjunto de possibilidades, e o evento veicula uma ou algumas de tais possibilidades que existem no mundo.

Dessa forma, o evento também orienta as possibilidades existentes em um país, em uma região ou em um lugar, considerando-os como “um conjunto mais circunscrito e mais limitado que o mundo” (Santos, 2006, p. 93). Assim sendo, o evento qualifica-se como um instante do tempo que se dá em um ponto do espaço, e o lugar é o seu depositário final e obrigatório. Seguindo o raciocínio, conforme as explicações do autor, o evento define-se por um ponto em um espaço-tempo ou ainda “um dado instante em um dado lugar” (Eddington, 1968 *apud* Santos, 2006, p. 93), combinando uma ordem espacial e uma ordem temporal.

Sposito (2018) admite que na análise de processos espaço-temporais é cabível compreender as permanências, transformações e rupturas, na intenção de expor que os nexos entre essas dinâmicas mostram o quanto são indissociáveis as continuidades e descontinuidades geográficas. Em completude a tal ideia, Santos (2006) esclarece que sendo considerado uma categoria de análise geográfica, o evento transforma as coisas, dotando-as de novas características, e demonstrando que estas não são fixas. No reconhecimento do movimento conjunto das coisas e dos eventos, cabe lembrar que não existe evento sem ator ou sujeito. Logo, toda teoria da ação, também é uma teoria do evento, e vice-versa. “Essa assimilação da ideia de evento e da ideia de ação é fundamental para construção de uma teoria geográfica” (Santos, 2006, p. 95). Enfim, evento e ação são sinônimos, e os eventos históricos presumem a ação humana.

Em uma análise geográfica que verse sobre os eventos é necessário diferenciá-los (Santos, 2006) para se apreender o mundo, exigindo-se classificá-los por tipo ou em categorias, para ordenar “o fluxo infinito de acontecimentos não idênticos em um sistema finito de similitudes” (Kubler, 1973 *apud* Santos, 2006, p. 95).

Na distinção estabelecida por Santos (2006, p. 95), há os eventos naturais, como “a queda de um raio, o começo de uma chuva, um terremoto” e os eventos sociais ou históricos, como, por exemplo, “a chegada de um trem, um comício, um acidente de automóvel”. Os naturais são resultantes do próprio movimento da natureza, e, de tal modo é a mudança que ocorre por meio da própria dinâmica natural. Os eventos sociais resultantes da ação humana, ou seja, da interação entre os homens, e, por conseguinte, “dos seus efeitos sobre os dados naturais. Aqui é o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação”. Também os classifica em eventos finitos e infinitos. Os finitos decorrentes da distribuição de possibilidades ou de recursos finitos, tais como: “o tempo de cada qual (se escolho ir a algum lugar, não posso ir a outro ao mesmo tempo); o dinheiro de que dispomos; a população de um país” (Santos, 2006, p. 96). Os eventos infinitos derivam da “distribuição de possibilidades e recursos cujo uso não os esgota, sua distribuição podendo ser cumulativa e não competitiva, como no caso dos recursos finitos”. Segundo este autor, a liberdade, a democracia e a informação geral, são exemplos de eventos infinitos. Por fim, existem “acontecimentos que se dão sem plano algum, como que de surpresa. Outros são planejados. E a vontade de se determinar o futuro se explicita segundo diversos horizontes temporais, desde o curtíssimo ao mais longo prazo”.

Como já mencionado, os estudos de Geografia Histórica necessitam de demarcação temporal, todavia, trata-se de “um exercício que não necessariamente refere-se a um tempo

cronológico, linear ou sucessivo” (Maia, 2019, p. 3). Para a autora, a demarcação temporal envolve um entendimento mais amplo, portanto, não se limita à divisão do tempo em função do antes e do depois, nem à oposição presente, passado e nem ao futuro. Envolve, portanto, “as continuidades e as descontinuidades, o passado, o presente e quiçá o futuro, os calendários, as periodicidades, os processos longos e/ou mais curtos, entre outros”. Logo definem-se o tema e a problemática, e seguidamente, estabelecem-se os marcos temporais. Deste modo, de acordo com o autor, a definição da problemática demanda a delimitação temporal e espacial incluída em vários campos de pesquisa da Geografia Histórica.

Sposito (2018) assevera que não é possível pensar sobre seres humanos e o mundo sem considerar as relações entre espaço e tempo, e enfatiza que estas dimensões são fundamentais para discutir as escalas espaço-temporais. Afirmando que tais ferramentas teórico-metodológicas levam a imaginação geográfica a entender as diferenças espaciais, o autor também as compara e assim reconhece as particularidades de uma determinada parcela do espaço, distinguindo-as do que se encontra ao seu redor, justaposta a estas ou em que nelas se insere. Então, define as relações entre espaço e tempo como fundamento de método para a reflexão sobre continuidades e descontinuidades geográficas.

Sposito (2018) explica ser pertinente à ideação de tempo a ruptura em relação às continuidades geográficas apoiar-se em duas bases teóricas. Uma delas não concebe o tempo histórico, de longa duração, como sucessão, entendendo-o também como coexistência de tempos que se manifestam em espaços diferentes. Logo, “Essa continuidade – observar as sucessões – vem progressivamente combinando-se com descontinuidades, visto que, no período atual, a sucessão tem sido muito mais frequentemente acometida por rupturas” (p. 311).

Assim, conforme as ideias de Santos (2006) em suas formulações teóricas a respeito do tempo, fala-se no eixo das sucessões e no eixo das coexistências. O primeiro aceita que “em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem”. E o segundo aprova que “em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes” (p. 104). Nesse caso, as temporalidades no espaço geográfico não são as mesmas, para os vários agentes sociais, contudo, estas ocorrem simultaneamente, então tem-se “uma assincronia na sequência temporal dos diversos vetores e, de outro lado, a sincronia de sua existência comum, num dado momento” (p. 104).

Cada ação se dá segundo o seu tempo; as diversas ações se dão conjuntamente. Objetivos particulares, que são individuais, funcionalmente perceptíveis, fundem-se num objetivo comum, mas dificilmente discernível. A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala – do lugarejo, da grande cidade, da região do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. [...] o espaço é a ordem das coexistências possíveis. [...] Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. [...] o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas

possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo (Santos, 2006, p. 104).

Nos mesmos termos, Sposito (2018) diz que o tempo histórico como sucessão ampara-se no real ao se considerar a sua dimensão espacial que é composta por sincronias e diacronias. Nesta textura da Geografia Histórica, para a compreensão e análise da evolução urbana da sede municipal de Cornélio Procópio, o processo que transcorre a demarcação temporal está contida entre 1930 e 2021. Todavia, neste exame, alguns acontecimentos – eventos históricos – exteriores desta escala temporal serão lembrados oportunamente com o propósito de explicitar alguns aspectos importantes na investigação geográfica realizada. Outrossim, a definição de marcos temporais faz-se indispensável para elucidar eventos geradores de permanências, rupturas e/ou transformações espaciais.

Neste intento, Cornélio Procópio, a demarcação espacial deste estudo, é analisada como espaço que acumula desigualmente os tempos derivados de sua dinâmica urbana, ou seja, o acontecer sucessivo dos eventos, resultado da ação humana. A manifestação dos acontecimentos envoltos nesta escala espaço-temporal mostrou-se sincrônica, quando em abordagem interescalar, seu desenvolvimento foi simultâneo e também diacrônica, em um acontecer sucessivo dos eventos. E neste movimento tanto em termos temporais como espaciais, reconhecem-se ora as continuidades geográficas, as permanências, ora as descontinuidades geográficas, as interrupções.

A Geografia Histórica Urbana

Em Geografia Histórica, Maia (2019), aponta algumas evidências da relação deste campo com a História, por esta razão, a Geografia Histórica Urbana possui ligações e encontros com a História Urbana. Sendo esta sua principal característica,

a Geografia Histórica Urbana preocupa-se em identificar, interpretar e explicar os padrões espaciais e geográficos.

Neste viés teórico, “os estudos sobre a cidade, sobre o urbano, são fundamentalmente transdisciplinares, uma vez que a interdisciplinaridade pode conduzir a uma não visão do conjunto da História” (Maia, 2019, p. 4-5). Dessa maneira, a realização de estudos de Geografia Histórica Urbana, traduz o trabalho em “um campo que se soma, que faz interseção e que também contribui com as pesquisas de História Urbana, do urbanismo, [...] da história da urbanização” (p. 5).

Tanto na História, quanto na Geografia, os estudos sobre a história da cidade, do espaço urbano e da urbanização compõem o ofício dos profissionais. Assim para Maia (2019, p. 5),

Na Geografia brasileira, a história da cidade normalmente compõe um capítulo inicial de um trabalho, uma narrativa simplificada da história do espaço escolhido para a pesquisa, na maioria das vezes na perspectiva evolucionista. É feita, com frequência, a partir de historiografias anteriores, sem maior preocupação metodológica ou teórica, herança da metodologia difundida por Monbeig (1957), com base nas conhecidas “Monografias Urbanas”, sistematicamente apresentadas no texto “O Estudo Geográfico das Cidades”, em que o autor define as etapas para a sua realização: 1) posição da cidade; 2) a evolução urbana e 3) a função urbana.

Maia (2019) destaca sobre os ensinamentos de Monbeig, que na segunda etapa, a evolução urbana deve ser estudada sob vários enfoques, sobretudo, do ponto de vista geográfico. Mormente, orienta, com relação à evolução do espaço que devem ser analisadas suas diferentes etapas: formação, progressão, ritmo e as conjunturas de tais etapas. A mesma autora ainda

revela que, a partir das instruções dele, nos estudos pioneiros sobre cidades brasileiras, a apresentação da evolução urbana tornou-se uma tradição metodológica, permanecendo nos estudos urbanos desde a década de 1950, e logicamente, passando por alterações teórico-metodológicas. Por conseguinte, tem-se pesquisas em Geografia Histórica Urbana que se dedicam à “recomposição da história das cidades na perspectiva da construção do espaço” (Maia, 2019, p. 5) e pesquisas a respeito das modificações da função urbana e sobre morfologia urbana.

De acordo com Sposito (2018), a reflexão sobre as escalas espaço-temporais e o urbano possibilita analisar as suas continuidades-descontinuidades geográficas. Penna (2018) complementa indicando ser necessário que as investigações geográficas avancem para um conhecimento mais abrangente, de modo a revelar movimentos contraditórios do processo de urbanização atual que segue transformando amplamente o território.

Sposito (2018) ressalta a atenção necessária a respeito das formas, seja sincrônica ou diacrônica, com que ocorre a espacialização do capitalismo, durante a elaboração de análises geográficas, já que tais aspectos se aplicam diretamente à abordagem sobre espaços e tempos relativos à urbanização e cidades no período atual. Para esta autora, o modo de produção é realizado de maneira distinta no espaço, demonstrando as discrepâncias quanto à incorporação de novas condições materiais territoriais e às novas formas da sociedade se organizar. Além disso, explicita como a densidade e o ritmo das transformações espaciais se manifestam diferentemente nos lugares. Deste modo, as pesquisas sobre urbanização, cidades e o urbano, devem abranger tais pontos, e ao valorizar a perspectiva de análise que articula as escalas geográficas e as escalas temporais, reforça que ao se abordar cada plano analítico deve-se identificar quais são “as continuidades e descontinuidades geográficas, de um lado, enquanto, de outro, é preciso avançar para não ver

cada prisma em si, mas sim alcançar a leitura da coexistência entre eles e das relações entre eles” (Sposito 2018, p. 315). Então, demarca-se que o tema urbanização pode ser compreendido por meio do par continuidades-descontinuidades.

Neste sentido, rememora, por exemplo, que “as desigualdades originadas no período colonial estão tão presentes nas cidades brasileiras que quase se ‘naturalizam’ pela indiferença com que a sociedade convive com elas” (Sposito, 2018, p. 316).

Neste exemplo de continuidade geográfica é fundamental analisar como se configurava no passado a cidade escravista brasileira, resgatando o seu enquadramento espaço-temporal a partir da utilização consistente das variáveis e conceitos pertinentes aos estudos do tempo (Silva, 2012). Dessa maneira, a observação das continuidades geográficas é essencial para relacionar os processos e dinâmicas que geraram o presente analisado (Sposito, 2018).

Neste estudo urbano, o recorte empírico, o distrito sede de Cornélio Procópio, é investigado sob a óptica da Geografia Histórica Urbana, cujo formato transdisciplinar de abordagem envolve tanto facetas da história da urbanização no país, quanto da história urbana local, em uma orientação teórico-metodológica que permite conferir a coexistência ou não, e as relações de eventos entre as escalas, e, por conseguinte, as continuidades e as descontinuidades geográficas.

O tema pesquisado, a evolução urbana de Cornélio Procópio, segue a tradição metodológica dos estudos geográficos precursores sobre cidades, valorizando assim essa venerável contribuição dos clássicos da Geografia. No entanto, como bem colocado aqui, tal tradição passou por diversas alterações teórico-metodológicas, desse modo, esta pesquisa de Geografia Histórica Urbana sobre a cidade de Cornélio Procópio, caracteriza-se por ser exploratória-descritiva, aproximando-se dos preceitos da corrente da Geografia Crítica.

CORNÉLIO PROCÓPIO NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA (SÉCULO XX)

Castro (2003) explana que nas análises geográficas os fenômenos estudados sujeitam-se à escala de observação, à medida que a mesma lhe proporciona visibilidade e mensura-os. Como exemplo, a autora menciona os estudos urbanos de David Harvey, que trabalhou com a noção de escalas de urbanização a fim de observar o fenômeno em suas múltiplas dimensões e expressões espaciais, em que cada escala representa uma faceta particular do processo, ou seja, um conjunto de aspectos intrínsecos a este. Por conseguinte, a objetivação da escala se deu através da visibilidade de partes do real “que representam estruturas que se diferenciam de acordo com o ponto de vista do observador” (p. 136). E operacionalmente a noção de escala utilizada pelo pesquisador citado é relevante por que ao observar a urbanização, nota-se que o fenômeno “adquire características particulares com a mudança da escala” (p. 137).

Do mesmo modo, o objeto deste estudo urbano, a evolução urbana de Cornélio Procópio compreendida entre 1930 e 2021, será estudada em várias escalas, ao trazer à baila, ora aspectos da urbanização brasileira, ora aspectos da História Geográfica Urbana em tela.

Na demarcação temporal estabelecida, qual seja, do impulso inicial do sítio original da cidade de Cornélio Procópio datado de 1930 até o presente, preocupa-se em identificar, interpretar e explicar os padrões espaciais e geográficos de sua expansão urbana.

E para a compreensão deste processo espacial, seu estudo pauta-se em várias escalas, abalizando-se diversos enfoques sobre alguns marcos temporais no século passado, fundamentais na análise, que serão correlacionados neste capítulo, tais

como: instalação férrea, modernização agrícola, virada demográfica, urbanização.

Os primórdios da urbanização brasileira: algumas correlações

Para iniciar o assunto, opta-se em discorrê-lo numa escala geográfica do território brasileiro e de modo sucinto contemplá-lo em suas variadas escalas temporais, logo de princípio, pontua-se, conforme expressou Santos (2013) sobre a urbanização pretérita do país, que durante séculos o Brasil, em sua totalidade, era um país agrário, ou seja, um país essencialmente agrícola.

Nesse retrospecto da urbanização brasileira, Santos (2013, p. 19) explicava que “no começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”. Embora para o autor, fosse arriscado dizer, afirmou que na América Latina, a cidade cresceu ‘como flor exótica’, e sua evolução dependeu da conjunção de fatores políticos e econômicos e, que ainda, o próprio desenho urbano, importado da Europa foi modificado.

Como elementos explicativos da urbanização brasileira, entre os séculos XVI e XVIII, do chamado ‘sistema social da Colônia’, destacam-se:

A organização político-administrativa, considerados, de um lado, as capitânias e o governo-geral e, de outro, a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração) (Santos, 2013, p. 20).

No século XVIII a urbanização deu sinais de desenvolvimento, segundo Santos (2013), pois foi o período em que a casa da cidade se tornou a residência mais importante para o fazendeiro ou senhor de engenho, quando este se dirigia à sua propriedade rural apenas no momento do corte e da moenda da cana. Contudo, o grau de maturidade da urbanização só foi atingido no século XIX, sendo necessário ainda, mais um século para que o fenômeno adquirisse as características que reconhecemos atualmente.

A formação de cidades no país, marcou a transição entre os séculos XIX e XX, embora não se tratando propriamente de um processo de urbanização, sinalizou as orientações iniciais para este fenômeno. Neste período, o surgimento de cidades imprimiu suas marcas no território brasileiro, associado ao desenvolvimento técnico das formas produtivas e do capital (Santoro, 2012).

Para prosseguir neste viés de pensamento, as explicações geográficas sobre o Brasil neste período, proferidas por Théry e Mello (2009, p. 46) apontam que “em 1890 existiam apenas alguns polos econômicos isolados, centrados em cidades nascidas durante os ciclos do açúcar, do ouro ou do café”.

Sendo assim, nas regiões produtoras de cana-de-açúcar, a mecanização promoveu transformações territoriais, sobretudo, nas cidades, com a instalação de usinas e a conseqüente estada de empreendedores do ramo nas cidades, valorizando o capital financeiro, em detrimento do capital que a terra representava (Santoro, 2012). Segundo a autora, é a partir dessa época que se estreita a relação entre cidades e ferrovias. Geralmente o modelo desse tipo de ocupação urbana apresentava os primeiros arruamentos ao longo do traçado das ferrovias. Por mais que inicialmente o mercado fundiário urbano não detivesse tanta importância, no início do século XX já existiam necessidades para tornar os loteamentos mais precisos: “suas frações,

dimensões, alinhamento das fachadas, nivelamento das vias e diferenciação dos espaços públicos e privados” (p. 61).

Mediante as considerações de Fragoso (198-?) em concordância com a ideia anterior, paralelamente à implantação e ampliação das ferrovias, processo iniciado nos anos 1850, teve-se o crescimento dos centros urbanos e das atividades econômicas acionadas por estes.

Os planos urbanísticos não eram comuns, e quando presentes, possuíam tipicamente um traçado viário, um conjunto arquitetônico que articulava edifício - igreja matriz - e largo - períbolo. Quanto à orientação da ocupação do espaço urbano: os lotes a serem comercializados eram quadrangulares e ortogonais, surgindo assim o loteador e os indícios da lógica da expansão urbana (Santoro, 2012). A este respeito, a autora escreve que “O ato de parcelar e, portanto, criar lotes urbanos já possibilitava ganhos com a comercialização da terra e com o crescimento urbano este vai se tornando um negócio interessante” (p. 61). A autora completa que, no entanto, seu regramento aconteceu apenas nos anos 1930, notadamente, nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

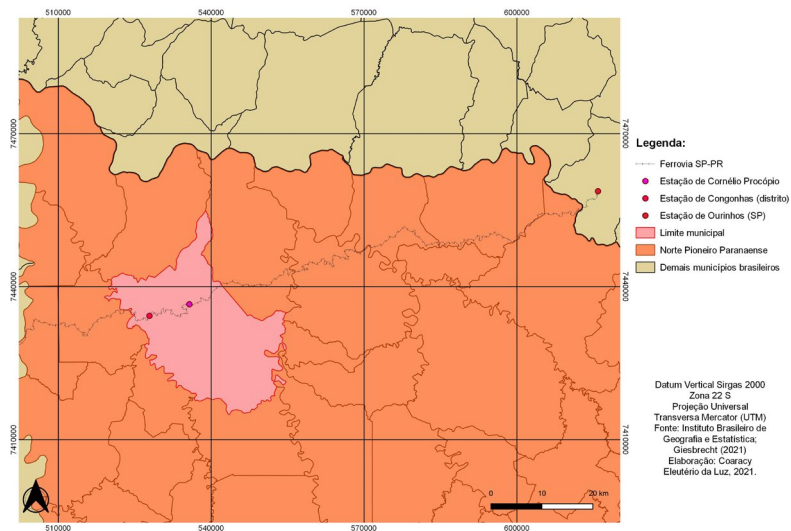
Logo, este trecho vislumbra uma primeira articulação possível entre escalas geográficas e escalas temporais para o tema abordado. Essa é uma das perspectivas de análise defendida por Spósito (2018) para se refletir sobre os espaços e tempos relativos à temática ‘urbanização e cidades’. Para a autora o modo de produção “[...] ao se realizar, propicia a simultaneidade de funcionamento de variáveis particulares, defasadas entre si historicamente, possibilitando sincronia e diacronia nesse movimento” (p. 314).

Em referência a tal contextura histórica urbana do país, é possível a partir de alguns desses pontos levantados, fazer uma leitura semelhante da formação do núcleo urbano de Cornelio Procópio durante a primeira metade do século XX. Os

sinais das origens da futura cidade de Cornélio Procópio foram impulsionados com a construção da ferrovia São Paulo-Paraná. Essa linha férrea instalada com capitais privados, estabelecia comunicação à Oeste com Jataizinho no Norte paranaense, e à Leste com Ourinhos em São Paulo, e, por conseguinte, ao porto de Santos no litoral paulista, para escoamento de sua produção agrícola, principalmente, a cafeeira.

Assim como em São Paulo, o aumento da produção de café e a necessidade de transporte eficiente no Paraná, levou empreendedores agrícolas locais a solicitarem ao governo estadual a concessão para construção de uma estrada de ferro que atingisse os cafezais no Norte do Estado (Mapa 1). Deste modo, de iniciativa privada, o empreendimento ferroviário reuniu capitais de vários fazendeiros envolvidos na cafeicultura da região. Então em 1923 construiu-se os primeiros quilômetros da ferrovia São Paulo-Paraná, seção entre Ourinhos (SP) e Leoflora (PR) por meio dos recursos disponíveis. Contudo, estes investimentos não foram suficientes para conclusão do trecho ferroviário inicial previsto entre Ourinhos e Cambará (Kroetz, 1985).

Mapa 1 – Ferrovia São Paulo-Paraná no Norte Pioneiro Paranaense



Fonte: IBGE; Giesbrecht (2021).

Elaboração: A autora (2021).

Por esta razão, a partir de 1928, a Companhia de Terras Norte do Paraná, sucursal no país, da empresa inglesa *Brazil Plantations Syndicate Limited*³, ao receber informações a respeito das dificuldades financeiras da associação local para

3 Em 1924 foi articulada entre os governos, uma missão econômica inglesa em território brasileiro. Encomendou-se aos ingleses um estudo que reformulasse o sistema de arrecadação de impostos federais. A ação do grupo de economistas ingleses ficou conhecida na época como Missão Montagu. Um dos objetivos da missão centrava-se na análise da produção de algodão brasileira para suprir as indústrias de tecelagem na Inglaterra. Porém, os fazendeiros paulistas do Norte Pioneiro paranaense atraíram a atenção de um dos membros do grupo, Lord Lovat, para a região, despertando o interesse na fertilidade das terras da região de Cambará. Após estudos e negociações foram adquiridas terras nos dois Estados, São Paulo e Paraná, com a finalidade de produzir algodão. Assim, os ingleses fundaram uma empresa para atuar no país, a *Brazil Plantations Syndicate*, e uma subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná (Wachowicz, 2002).

continuidade das obras da ferrovia, e da valorização das terras circunvizinhas ao trecho ferroviário já construído, passou a dedicar-se à colonização das terras adquiridas do governo paranaense, situadas na margem esquerda do rio Paranapanema, entre os rios Tibagi e Ivaí (Kroetz, 1985).

Outrossim, neste mesmo ano, a Companhia de Terras Norte do Paraná aceitou adquirir a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, comprometendo-se com o governo paranaense a construir a estrada de ferro para chegar em Jataizinho às margens do rio Tibagi até o ano de 1931. E, ainda ficou incumbida de prosseguir a venda, no modelo de pequenas propriedades agrícolas, dos 13.166 km² de terras adquiridas de particulares e do Estado do Paraná (Wachowicz, 2002).

A estrada de ferro atingiu Cornélio Procópio em 1º de dezembro de 1930 (Simões de Paula, 2007), e neste local, segundo Dias (2000), já existia desde 1924 um patrimônio composto por 47 habitantes. Assim, inicialmente, a implantação férrea adaptou-se ao arranjo espacial preexistente e “[...] ela não pôde ser feita em cima do marco 125 que ficou a 09 metros da calçada da Av. 15 de Novembro, mas sim a 300 metros. Pois a estação não podia ficar em cima da avenida principal” (Dias, 2000, p. 98). De acordo com o mesmo autor, o primeiro loteamento feito situou-se no lado direito da ferrovia. Daí em diante, observa-se o estímulo que o modal ferroviário promoveu, por meio da continuidade dos traços urbanos primários rumo a um projeto urbano para a localidade.

Alguns números demonstram o movimento do transporte de passageiros na região após o advento ferroviário: em 1931 foram 68.086; em 1932, 50.958 passageiros (quantidade menor devido ao tráfego suspenso durante a Revolução de 1932); em 1933 eram 99.401; e em 1934, foram 111.707 passageiros transportados. No mesmo período, o tráfego de mercadorias

realizava o deslocamento de toneladas de arroz, algodão, trigo, açúcar, milho, café, feijão, madeira e porcos (Mussalam, 1974).

Tal qual verifica-se na escala geográfica nacional, os fatos locais ligados à narrativa histórica da área de estudo também evidenciam a presença da técnica, a ferrovia São Paulo-Paraná atrelada à presença do capital financeiro, com investimentos privados locais e internacionais e do capital produtivo, decorrente do setor primário, sobretudo, o cultivo do café, especialmente devido à fertilidade das terras, considerado como um conjunto de fatores de impulsão para o crescimento e constituição desta espacialidade urbana, em face da atração e adensamento populacional por meio dos loteamentos e da comercialização das terras.

Urbanização e industrialização: moderados efeitos no espaço urbano procopense

Deslocando o assunto para o outro plano analítico, e como diz Spósito (2018) para ser possível ler a coexistência e as relações entre os vários prismas de análise e não restringir a leitura para apenas um prisma em si, dedica-se neste trecho do livro um breve exame sobre a urbanização via industrialização no país, e as possíveis implicações no recorte geográfico estudado.

De acordo com Santoro (2012), o processo de urbanização mais intenso no Brasil relaciona-se intrinsecamente com o seu processo de industrialização. Pois, a estruturação da atividade industrial carreu consequências para as cidades, como: “[...] a construção da ‘necessidade de casa própria’, a expansão urbana e a formação da periferia, até a identificação das desigualdades regionais” (p. 61). Esta última, segundo a autora, foi que pautou a elaboração de planos nacionais após 1970. Podendo ser dividida até os anos 1970, em industrialização restringida entre os anos 1930 e 1955, e industrialização pesada entre os anos 1956 e 1970, foi durante a industrialização restringida

que houve uma forte regulação do território, das relações de trabalho e da moradia como consequências para a urbanização brasileira. E no contexto da industrialização pesada ocorreu transformações no modelo de acumulação capitalista, quando a agricultura perdeu importância em relação à atividade industrial, concentrada na região Sudeste, acentuando assim, as disparidades regionais assinaladas por intensos movimentos migratórios (Santoro, 2012).

Discorda-se da autora supracitada em um ponto, quando se compara atividade agrícola e industrial no país, quando afirma que o setor agrícola perdeu importância para a industrialização, pois segundo Fragoso (198-?, p. 192), no século XX “[...] o crescimento da agricultura mercantil (tanto para a exportação como para o consumo interno), associado aos processos de urbanização e industrialização, transforma o Sudeste no principal eixo econômico do país”.

Monteiro (198-?) assevera que o Sudeste era o *locus* privilegiado, onde se expandiu o parque industrial, reforçando as desigualdades regionais. A região Sudeste, sobretudo em São Paulo, combinava os fatores excepcionais para o processo de industrialização desenvolvido no século passado, sendo estes: “capital, mão de obra, mercado relativamente concentrado, matéria prima disponível e barata, capacidade geradora de energia e um sistema de transportes ligado aos portos” (p. 246). Destarte recebia os maiores investimentos e liderava a corrida industrial na frente das demais regiões brasileiras. Assim, “Entre 1920 e 1940, do total de estabelecimentos industriais do país, na região localizavam-se mais de 53%, mais de 67% da força motriz nacional eram ali utilizados, e mais de 64% da classe operária ocupada estavam também no Sudeste.” (p. 246).

Na ocasião, mudando-se de uma economia cafeeira (1850-1929) para uma economia industrial, o período da industrialização restringida (1930-1955) foi marcado por ações

de regulação do território por meio de um governo centralizador e legislador (Santoro, 2012). Finda-se aí a hegemonia agroexportadora no país e se inicia uma estrutura produtiva de base predominantemente urbano-industrial (Garbossa; Silva, 2016). Para completar, Mendonça (198-?) garante que as transformações ocorridas ao longo da década de 30, consistem na arrancada da industrialização brasileira. Estabeleceu-se a partir daí, os seus contornos iniciais com a implantação de um núcleo de indústrias de base, quando então, definiu-se um novo papel do Estado em matéria econômica ao afirmar o polo urbano-industrial como eixo dinâmico da economia.

Este ponto merece uma ressalva, pois mediante as considerações de Bitoun (2018), após a independência, nos projetos de ordenamento territorial do Brasil, teve-se o predomínio do *laissez-faire*. E, frequentemente tais projetos priorizaram alcançar o seguinte escopo: “[...] a extração concentrada de valor do solo do país em condições de violenta exploração da força de trabalho. Isso ocorreu no campo, nas florestas e nas cidades sem que fosse dada prioridade à qualidade e ao bem-estar da maioria dos que neles residiam.” (p. 282).

A visão da indústria foi a nota fundamental como alternativa para o desenvolvimento e para organização do Estado no transcurso dos anos 1930 e 1940. Assim, este último, entre 1930 e 1945, avançou em seu processo de constituição, enquanto Estado nacional e capitalista, materializando-se por meio da multiplicação de órgãos e instituições que almejavam concretizar “os diversos interesses sociais em jogo, metamorfoseados em ‘interesses nacionais’” (Monteiro, 198-?, p. 269).

Neste período, mais precisamente entre 1920 e 1940 teve-se a triplicação das taxas de urbanização, aumentando a população e a necessidade de serviços nas cidades. E, após 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, a urbanização no país se alterou substancialmente com reflexos nas organizações

intraurbana e interurbana, porque até esse momento, a base econômica do país era agrícola (Santoro, 2012).

Para este mesmo período, 1920-1940, Monteiro (198-?) observa que houve uma tendência à urbanização acelerada. Todavia, antes desta aceleração notou-se que a população rural cresceu a taxas menores do que o total da população brasileira. Pois, concomitantemente às crises nas regiões agrícolas com culturas tradicionais, uma parte dos contingentes populacionais marginalizados pela manutenção da estrutura latifundiária, era atraída para as regiões com melhor desempenho econômico no campo, e a outra parte, era atraída para as cidades na expectativa da oferta de empregos. Vale ressaltar que,

[...] o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de Estados (Santos, 2013, p. 30).

A ocupação urbano-industrial marcada pelo crescimento populacional já exigia algumas demandas, como a abertura de avenidas e o aumento das extensões das cidades, instalação de indústrias, e construção de edifícios para serviços urbanos. No

âmbito legal são criadas na década de trinta, a primeira legislação federal de parcelamento do solo e a primeira legislação sobre as florestas do país (Santoro, 2012). Ainda, a autora informa que, na esfera da habitação teve-se a regulação do mercado de aluguel de habitação, o surgimento de iniciativas de produção de habitação social a partir de cooperativas ou institutos organizados, e a promoção de medidas para complementação urbana na periferia, como investimentos para o transporte rodoviário para viabilizar o crescimento em extensão, especialmente, nas grandes cidades com vistas ao desenvolvimento industrial.

No bojo desse processo é importante salientar um conceito que se disseminou intensamente: a ideia da casa própria e unifamiliar. Durante o Estado Novo⁴, esta noção foi um símbolo essencial de resguardo ao trabalhador. E nesta interpretação, a casa própria significava “o ambiente doméstico, o lar, estavam no cerne do bom comportamento do trabalhador, disseminado pelo Estado e pela igreja, desvinculando-o das ‘patologias sociais da habitação coletiva’, cheia de tentações, infidelidades, maus hábitos, delinquência etc.” (Santoro, 2012, p. 68). De tal modo, conforme a autora, compunha-se o modelo burguês e cristão que desafiava o trabalhador a se esforçar para construir sua residência própria, livrando-se da situação de aluguel. E, por assim dizer “[...] a proporção da casa própria foi dominando a condição de ocupação: de 19% dos domicílios em 1920, passou para 25% em 1940, 37% em 1950 e 54% em 1970” (p. 68). Delineada para tornar viável o desenvolvimento da indústria e para sustentar as bases de apoio ao Estado Novo, de acordo

4 O Brasil foi governado por Getúlio Vargas de 1930 a 1934, em um governo provisório, permanecendo no cargo, ele governou entre 1934 e 1937, considerado um governo constitucional. E, ainda no governo, de 1937 a 1945, ele presidiu o país no período conhecido como Estado Novo, que foi conquistado através de um golpe de Estado, havendo reformas da Constituição e estabelecimento de um regime autoritário (Santoro, 2012).

com a mesma autora, a política populista da casa própria foi também “o grande motor da expansão urbana” (p. 74).

Na busca de reconhecimento das especificidades da produção do espaço urbano de Cornélio Procópio frente à dinâmica da urbanização brasileira paralelamente ao processo de industrialização até aqui explanados, verifica-se, no entanto, que para o mesmo período, na escala local, o recém-criado território procopense no ano de 1938, refletiu tais condicionantes espaciais somente na segunda metade do século passado com a instalação das rodovias e de algumas poucas indústrias que detinham maior participação em seu setor secundário (PMCP, 1997).

Ainda a respeito do setor secundário, desde a década de trinta já se verificava o grande dinamismo da indústria extrativista de madeira com a presença de duas grandes serrarias que funcionavam doze horas por dia e não suportava a alta demanda, pois o consumo da mercadoria na região era muito grande (Simões de Paula, 2007). Entretanto, desde as suas origens até as décadas de 1950 e 1960 a agricultura, especialmente a cafeicultura, configurou-se como sua principal atividade econômica (Brasil, 2014).

As vilas da região Norte do Paraná, são devidas exclusivamente a estrada de ferro. [...] as povoações é que nasceram das paradas da construção da via férrea ou de um ponto de parada para combustível ou água. Em torno desses pontos começaram a surgir, casas, negócios, (vendas) e assim nasceram mais de uma vila. Os capitalistas, possuidores das terras em redor lotam-nas e as vendem a prestações (Simões de Paula, 2007, p. 34).

Portanto, até a década de 1950 as primeiras manchas da ocupação urbana localizaram-se, predominantemente, as margens da ferrovia São Paulo-Paraná, nas direções Leste e

Oeste, e ao Norte e ao Sul de seu eixo, a partir do núcleo povoador inicial, e neste tempo, foram produzidos os primeiros loteamentos urbanos. Ou seja, o dinamismo econômico local assentava-se sobremaneira, no setor primário, cujo funcionamento valia-se da relevante presença dos trilhos para escoar a produção agrícola e extrativista até o porto de Santos, além do transporte de passageiros até as cidades próximas da região. A dinâmica urbana existente na época girava em torno dos usos residenciais, comerciais e de serviços da área urbana que surgia (PMCP, 1997; Brasil, 2014).

O boom da urbanização brasileira: breves apontamentos de suas consequências em Cornélio Procópio

Dando sequência ao breve retrospecto da urbanização brasileira e sua heterogeneidade no tempo e no espaço sobre o território nacional, rememora-se que na década de 1950 o lema do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), “crescer 50 anos em 5”, corrobora o fato de que a gestão urbana, de acordo com Santoro (2012) não acompanhou o crescimento urbano, o que se comprovou nas décadas subsequentes com a redução de recursos e políticas habitacionais, e que segundo a mesma autora, o padrão de crescimento urbano era criticado, e as cidades com ritmo de crescimento ilimitado eram associadas aos altos custos para administração e para dotá-las de uma urbanização completa. Originou-se assim, o debate a respeito da responsabilidade pública neste processo de expansão, pois exceto os conjuntos habitacionais criados pelo Estado, a grande expansão urbana ocorreu por meio da ação dos loteadores privados e do lote edificado pelo morador (Santoro, 2012).

Segundo Mautner (2015), durante este governo introduziu-se a produção de bens duráveis na estrutura industrial brasileira, e acrescenta-se com as explicações de Garbossa e

Silva (2016) que, após 1950 o crescimento industrial e a economia nacional se transformaram com a entrada do grande capital internacional e o incentivo à produção de bens de consumo duráveis, eletrodomésticos e automóveis, por exemplo, e de bens de produção, tais como máquinas e equipamentos. Assim, por meio da veiculação da propaganda e de marketing teve-se a massificação do consumo de bens duráveis (Garbossa; Silva, 2016) e também, estes tornaram-se acessíveis por meio da ampla propagação do sistema de crédito ao consumidor (Mautner, 2015). Este autor afirma que,

[...] a extensão do assalariamento, o acesso por ônibus à terra distante e barata da periferia, a industrialização dos materiais básicos de construção, somados à crise do aluguel e às frágeis políticas habitacionais do Estado, tornaram o trinômio loteamento popular/casa própria/autoconstrução a forma predominante de assentamento residencial da classe trabalhadora (p. 248).

Posteriormente, nos anos 1960 e 1970, o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema de Financiamento da Habitação (SFH) assumiram papel fundamental para “financiar a construção e prover o crédito para o consumo de habitação para a classe média recém-emergida da rodada de investimentos para a produção de bens de consumo duráveis” (Mautner, 2015, p. 250).

A política urbana baseou-se na expansão urbana sobre as terras rurais que também constituiu a primeira política habitacional brasileira. Tal prática se tornou usual, sem combater à especulação imobiliária de terrenos sem uso nas áreas centrais e às organizações políticas que admitiam a periferização (Santoró, 2012). O intenso processo de periferização resultou na marginalização socioespacial experimentada por significativa

parcela da população que residia distante da infraestrutura urbana (Garbossa; Silva, 2016).

O período da industrialização pesada, entre 1956 e 1970, caracterizou-se com a instalação da indústria pesada e a perda de importância da agricultura em relação à indústria em São Paulo, embora o setor agrícola tivesse crescido em termos produtivos e avançava para a região Centro-Oeste (Santoro, 2012). Esta nova fase da industrialização brasileira dedicava-se a desenvolver bens de consumo e de produção (Schiffer, 2015).

Santoro (2012) a explica como a fase em que a questão regional evidenciou a desigualdade entre as regiões brasileiras. Complementando, Schiffer (2015) afirma que as diferenças socioeconômicas inter-regionais aumentaram na proporção em que a implantação desigual de homogeneização do espaço econômico foi reforçada. Assim, em todas as áreas do país, houve um revigoramento do processo de urbanização em níveis e formas diferentes devido às várias modalidades do impacto da modernização no território (Santos, 2013).

E, no tocante à urbanização foram as transformações nas atividades agrícolas que colaboraram para este processo (Santoro, 2012, p. 75): “A década de 1970 é tida como o *turning point* quando a população brasileira passa a ser majoritariamente urbana que rural, em um crescimento acelerado: 55,9% era urbana, 44,1% rural”.

Neste tempo, as cidades passaram a ser associadas à imagem moderna e avançada de um país predominantemente agrário e atrasado. Por outro lado, essa migração significou um marco para o desenvolvimento econômico, em virtude de que esse contingente populacional nas cidades constituiu um exército industrial de reserva, caracterizado por baixa qualificação de mão de obra e submetido a qualquer tipo de trabalho capaz de superar as condições de subsistência experimentadas no campo (Garbossa; Silva, 2016).

Conforme Santoro (2012), este momento foi o auge do crescimento populacional e da expansão urbana no país, denotando também que o crescimento territorial e o crescimento populacional estavam intrinsecamente relacionados. A expansão urbana horizontal significou o resultado da intensa urbanização no país nessa época, durante a transição da economia agrário-exportadora para a urbano-industrial impelida pelo Estado. Todavia, tal experiência, a expansão urbana horizontal, vivenciada em um grande número de cidades brasileiras até a década de 1980, desde que tivesse sido planejada “até poderia ter sido um padrão de ocupação bastante adequado [...] a uma realidade de crescimento populacional e físico explosivo” (Santoro, 2012, p. 75).

No Brasil, as origens do planejamento urbano assentam-se no Estado Novo, e durante a década de 1960 e início de 1970, os planos urbanísticos e a atividade de planejamento atingiram o seu ápice, já que a rápida urbanização se alastrava no território brasileiro, constituindo uma das principais mudanças da sociedade e exigia intervenção governamental, mostrando-se presente por meio do planejamento urbano (Deák, 2015), o qual era entendido como “o conjunto das ações de ordenação espacial das atividades urbanas que, não podendo ser realizadas ou sequer orientadas pelo mercado, tinham de ser assumidas pelo Estado, tanto na sua concepção como na sua implementação” (p. 13).

Então, nos anos 1970 e início dos anos 1980, o Estado deteve maior presença na determinação da política urbana, ou seja, nos modelos de política e planejamento urbano adotados nas cidades. “Essas práticas caracterizaram-se pelo autoritarismo do regime político em vigor e por uma forte crença na capacidade do Estado em financiar o desenvolvimento urbano nessa época” (Garbossa; Silva, 2016).

E no encaixe entre as configurações espaciais, local e nacional, destaca-se que a partir de 1950 houve crises climáticas,

políticas e sociais que atingiram a cafeicultura, e em algumas décadas a produção diminuiu consideravelmente abrindo espaço para outras culturas na região do Norte do Paraná. Em 1960 com o êxodo rural provocado pela mecanização do trabalho no campo, Cornélio Procópio perdeu 30% de sua população rural, que em um primeiro momento se dirigiu para a periferia da cidade (Brasil, 2014). Registrando-se neste período uma inversão de sua população urbana e população rural, tal qual ocorria nos demais municípios paranaenses (PMCP, 1997), corroborando o contexto da dinâmica populacional brasileira.

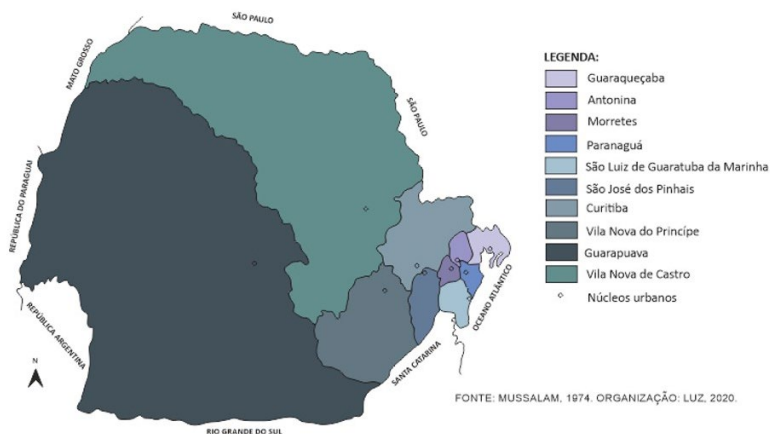
Diante desse panorama de incremento populacional e rápido crescimento urbano, era nítida a necessidade de ampliação dos equipamentos públicos e sociais, como saneamento básico, energia elétrica, moradia, estabelecimentos de assistência sanitária e social, emprego, para atendimento da população urbana. A partir dessa época, estagnado inicialmente, o poder público vem buscando desenvolver as adequações necessárias para a estrutura urbana (Brasil, 2014), contudo, verifica-se ao longo do tempo e no espaço em questão, que a distribuição equânime de tais equipamentos para uma urbanização completa não está próxima de se concluir, demonstrando o descompasso entre gestão urbana e crescimento urbano no município.

ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DAS ORIGENS E DA FORMAÇÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Ao se remontar a ocupação populacional da mesorregião geográfica do Norte Pioneiro Paranaense durante o século XX, não se ignoram os fatos ligados ao seu povoamento contidos em outros tempos históricos de sua existência. Como por exemplo, quando a atual região integrava a chamada Vila Nova de Castro durante os séculos XVIII e XIX (Figura 1), neste último século, período em que o território estadual adquire sua emancipação política, ou ainda, no momento em que se originam os seus primeiros municípios no penúltimo quartel do século XIX (Mussalam, 1974), pois como percebe-se “o início de sua colonização retrocede historicamente aos tempos imperiais” (Wachowicz, 1987, p. 5).

Igualmente não se descarta na região ao longo de seu histórico de povoamento, a existência de populações indígenas que ora foram alvo de aldeamentos como estratégia para contê-los, ora eram afugentadas para áreas cada vez mais distantes devido à fixação de núcleos coloniais (Wachowicz, 1987); e a presença de caboclos, os posseiros, precursores do bandeirante, cujos quais, à medida que a civilização avançava, mais recuavam (Simões de Paula, 2007). Após essa breve e necessária nota, apenas indica-se que a escala temporal empregada se inicia no século XX, por que o objeto estudado e seu recorte espacial estabelecem-se neste período.

Figura 1 – Divisão administrativa da província do Paraná (1853)

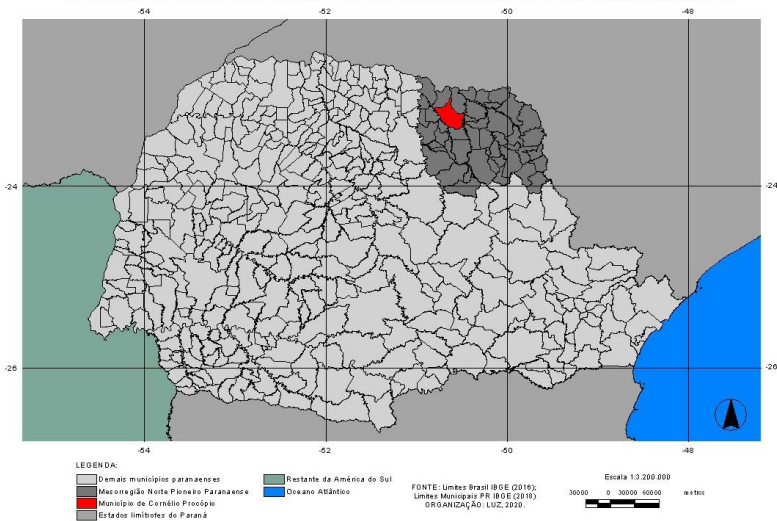


Fonte: Mussalam (1974).

Organização: A autora (2020).

Neste caso, inicialmente, toma-se o século XX como a escala temporal em análise, e considera-se o evento do povoamento alavancado pelos cafezais e os trilhos da ferrovia no Norte Pioneiro Paranaense, este último, como escala geográfica pertinente para este estudo no sentido de possibilitar a leitura de suas continuidades e descontinuidades geográficas em Cornélio Procópio, o local (Mapa 2).

Mapa 2 – Localização do município de Cornélio Procópio na Mesorregião Geográfica do Norte Pioneiro Paranaense



Fonte: Limites Brasil IBGE (2016); Limites Municipais PR IBGE (2018).

Elaboração: A autora (2020).

A formação territorial de Cornélio Procópio

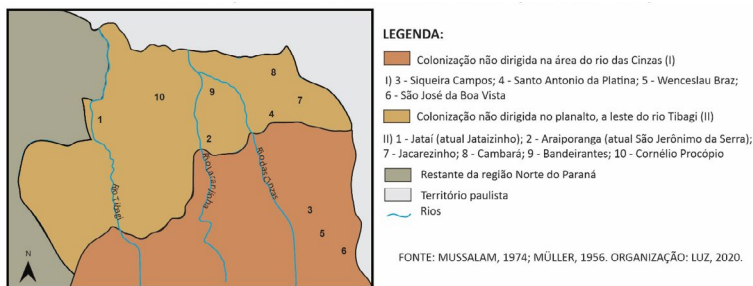
Durante as primeiras décadas do século XX adveio na porção Leste do rio Tibagi⁵ a penetração e expansão da ocupação econômica dos cafeicultores paulistas em território paranaense (Figura 2)⁶. Assim, tal onda colonizadora que investiu nessa nova área, tinha como ponto de partida a cidade de Ourinhos em São Paulo. O progresso desse movimento povoador, que não foi exclusivo, materializou-se com a instalação de diversas

5 Segundo Wachowicz (1987) convencionou-se chamar a área geográfica compreendida entre os rios Itararé, Tibagi e Paranapanema, como região do Norte Pioneiro.

6 Utiliza-se a expressão “colonização não dirigida”, pois esta distingue-se da colonização dirigida pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em outras regiões do Norte do Paraná.

fazendas de café do tipo tradicional paulista à margem esquerda do rio Paranapanema (Mussalam, 1974).

Figura 2 – Colonização do Norte Pioneiro Paranaense (séculos XIX e XX)



Fonte: Mussalam (1974); Müller (1956).

Organização: A autora (2020).

A construção da ferrovia Sorocabana que chegou em Ourinhos em 1908, significou um evento que exerceu atuação preponderante para garantir o desenvolvimento de Jacarezinho (1900) e Cambará (1904), com a finalidade de promover a penetração populacional para direção Oeste rumo ao vale do rio Tibagi, sendo Cambará a primeira etapa desse processo (Mussalam, 1974). Avançando na direção Oeste, seguindo a ocorrência das terras férteis (terra roxa) em uma longa faixa paralela ao rio Paranapanema, onde surgiram novos núcleos populacionais como Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924). Essa penetração expressou um momento de grande expansão da cultura cafeeira a partir do território paulista, originando um povoamento distinto do que se verificou no restante do Paraná, já que não foram criados núcleos isolados, independentes uns dos outros e, sim houve uma expansão contínua povoadora (Mussalam, 1974).

Conforme relatos de excursões geográficas de discentes e docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma das

unidades da atual Universidade de São Paulo, durante a década de 1930⁷, os aspectos da região percorrida pela ferrovia São Paulo-Paraná não se diferenciavam muito da região denominada Alta-Sorocabana, uma vez que se observavam “as mesmas colinas, os mesmos espigões a mesma flora e fauna. [...] As matas virgens da região de Cornélio Procópio e Santa Mariana são idênticas às de São Paulo” (Simões de Paula, 2007, p. 23).

Particularmente, a região era atrativa devido às suas condições naturais, tais como a fertilidade de seus solos e as peculiaridades de sua fauna: “é a famosa terra “roxa” [...] A ausência da “saúva”, torna-a mais desejada pelos colonos vindos de São Paulo e Minas que conhecem as agruras do combate a essa formiga” (Simões de Paula, 2007, p. 23). Com relação aos solos, estes são do tipo leterítico de origem vulcânica, decorrentes do derrame basáltico no Triássico, rico em óxido de ferro devido às intempéries, e tais propriedades lhe conferem poderosa fertilidade, considerada principal fator para colonização da região, segundo Brasil (2014).

Os solos do tipo “terra roxa” se tornaram famosos por causa de sua grande fertilidade a partir das primeiras penetrações na direção Oeste do Estado de São Paulo. Entretanto, devido a sua extensão e profundidade, a faixa de “terra roxa” no Norte do Paraná não possuía rivalidade compatível em todo o país, afirma Bernardes (2007). Enfatizando as condições naturais dessa região para explicar a diversidade econômica e o tipo resultante de povoamento, este autor indica que o fator climático também se mostrou fundamental para que a região fosse considerada “a zona mais meridional do Brasil onde é possível o cultivo do café sem grandes riscos” (p. 96).

7 Publicação original da referência utilizada em: **Geografia**. São Paulo, v. 2, n. 2-3, 1936. E elaborada por Eurípedes Simões de Paula, na época, aluno da referida faculdade.

Ainda, segundo Bernardes (2007, p. 96), o Norte do Paraná, localizado no Terceiro Planalto Paranaense, “em sua quase totalidade é recoberto pela mata latifoliada, o “mato de lei”, onde se encontram as espécies consideradas vulgarmente padrões de terras boas para o café (palmito, figueira branca, etc.)”. De acordo com o mesmo autor, isso por que a região consistia em uma zona de transição em que as geadas eram mais suaves e raras e, devido à presença dos espigões, somente as áreas com vales sujeitavam-se mais aos riscos desta intempérie.

A variedade de suas condições naturais explica suas particularidades econômicas perante o restante do Estado: “extensos trechos contínuos de cafezais predominando na paisagem humanizada, a alta valorização das terras determinando o afluxo de capital e melhor aproveitamento das mesmas” (Bernardes, 2007, p. 96). Todavia, se descreve a semelhança entre as duas regiões, paulista e paranaense, por meio da percepção das obras humanas:

A estação inicial da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná fica contígua à da Sorocabana. Transpondo-se o Paranapanema mergulha-se nos imensos cafezais, quase idênticos aos da Sorocabana. Os do Paraná são maiores, viçosos, verdadeiros monstros, parecem mais pés de laranja do que de café. Por toda parte café, só café (Simões de Paula, 2007, p. 23-4).

Também são mencionados os trechos de floresta devastada às margens da linha férrea e nos espigões em suas proximidades, entremeados por plantações de milho, algodão, feijão, café etc, e a presença de algumas pequenas vilas com casas de madeira, como Cornélio Procópio (Simões de Paula, 2007).

A ferrovia atingiu Cornélio Procópio em 1º de dezembro de 1930, e durante o tempo em que foi “boca de sertão”

teve considerável agitação social com a instalação de barracas, ranchos, hotéis para os engenheiros e operários ferroviários. Porém, após o prosseguimento da construção férrea para mais adiante, perdeu-se significativa parcela dessa população que juntamente com parte dessa infraestrutura, emigrou para o local de instalação das próximas estações, restando apenas o ponto de parada no km 125, que posteriormente, originou a estação ferroviária (Simões de Paula, 2007). Brasil (2014) explana que em 1932 a estrada de ferro prosseguiu até Jataí (atual município de Jataizinho), então desmancharam suas benfeitorias e se transferiram para este ponto.

Vale destacar que anterior à formação do patrimônio de Cornélio Procópio, uma parte das terras que conformam seu território, integrava a fazenda Congonhas, propriedade de Antônio Barbosa Ferraz, e outra parte pertencia à Francisco da Cunha Junqueira, desde os anos 1920, proprietário de uma grande extensão de terras que rumavam para o rio Laranjinha, localizadas na antiga fazenda Laranjinha (Brasil, 2014; Wachowicz, 1987). E os latifúndios de ambos foram atravessados pela ferrovia São Paulo-Paraná (Brasil, 2014). “O Major Barbosa encomendou um bem elaborado plano de loteamento e abriu uma estrada ligando Cambará a Jataí” (Brasil, 2014, p. 68). Ao longo da estrada instalou-se um armazém, onde começaram as vendas de datas e lotes. Francisco Junqueira era um político paulista, e como secretário estadual se envolveu na revolução paulista de 1932, deportado para Portugal por Getúlio Vargas, as dificuldades financeiras por que passava, forçaram-no a vender as terras. Antes de vender, parcelou-as em propriedades menores, denominou um dos núcleos de Santa Mariana, em homenagem à esposa, e outro, de Cornélio Procópio, para homenagear o sogro (Wachowicz, 1987), o coronel Cornélio Procópio, pois foi ele que em 1920 doou essas terras ao genro. O coronel Cornélio Procópio era paulista de Ribeirão

Preto (Lima, 1971), e havia recebido como doação do governo estadual do Paraná 5.000 alqueires de terras para colonização agrícola, onde atualmente localiza-se o município de Cornélio Procópio (PMCP, 2007). O fato descrito assenta-se na contextura do povoamento da região explicada por Cambiaghi (2007, p. 77), que assim a define “o povoamento desse trecho norte-paranaense [...] foi devido à concessão de terras feita pelo governo mediante simples pedido”.

No relato de Simões de Paula (2007) conta-se sobre a compra de uma gleba com tamanho superior a 4.700 alqueires paulistas, que atingia a estação de Santa Mariana (município que se localiza a aproximadamente 18 quilômetros de Cornélio Procópio) no ano de 1933. Esta negociação aconteceu entre Francisco Junqueira, vendedor, e Antônio de Paiva Junior e o coronel Francisco Moreira da Costa, compradores (Simões de Paula, 2007).

Brasil (2014) afirma que ao lotearem a propriedade comum, Antônio de Paiva Junior e Francisco Moreira de Costa organizaram a Companhia de Colonização de Terras Paiva e Moreira com a finalidade de estabelecer loteamentos urbanos e rurais. Mediante as explicações de Wachowicz (1987), a razão social foi registrada como Paiva & Moreira, sendo que Moreira responsabilizou-se pela parte de Santa Mariana, e Paiva ficou com a parte de Cornélio Procópio.

A gênese da cidade de Cornélio Procópio

Conforme Wachowicz (1987, p. 152), “no intervalo de tempo entre o domínio de Junqueira, que iniciou a abertura das ruas de Cornélio e o de Paiva, muitas ruas foram invadidas por ranchos, casinhas provisórias etc.”. Nas terras próximas à ferrovia e à estação, registraram-se várias ocupações irregulares, “começaram a surgir ranchos desordenados perto da estação e nas ribanceiras” (Brasil, 2014, p. 68). Nessas terras loteadas

que já se valorizavam devido ao advento ferroviário, o núcleo original da cidade estava crescendo desordenadamente, necessitando que os novos proprietários o ordenassem (Wachowicz, 1987; Simões de Paula, 2007).

Simões de Paula (2007) comenta que embora, algumas datas (20 x 40 m) já tivessem sido vendidas a prestações em Cornélio Procópio, também os novos proprietários, aproveitando-se da localização das terras próxima à estação, ponto de parada de trens, lotearam 2.000 alqueires em Santa Mariana e dividiram 600 alqueires em datas em Cornélio Procópio para iniciarem as vendas. Os lotes e datas foram vendidos a prestações, com 10% de entrada, e o restante em prestações anuais de 20% do total. “Algumas datas ao redor de Cornélio Procópio foram grupadas para servirem de pequenas chácaras. Criaram um patrimônio e o doaram ao Estado” (p. 33). Nessa fase, a colonização de Cornélio Procópio, segundo Monbeig (2007)⁸, constituía-se principalmente de um centro do tipo tradicional paulista de fazenda, cujo elemento modernizante expressava-se por meio da especulação suplementar de venda de lotes de terras, sobretudo, urbanos. E essas marcas da ação humana já se encontravam impressas na paisagem procopense:

O viajante, vindo de Ourinhos, ao chegar à estação de Cornélio Procópio, depois que seu trem galgou uma grande subida, descortina uma paisagem extensa: ao redor das casas ainda espalhadas de Cornélio Procópio o café domina ainda; os cafezaes mais velhos têm cinco a seis anos de existência e dão mostra de farta colheita; entre os carreirões o milho, o algodão fornecem o aspecto clássico do cafezal paulista. Ao pé da aglomeração, porém, se estende ainda a mata, e até nove

8 Publicação original de artigo em: **Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 221-238, 1935.

ou dez horas da manhã, uma renda de neblina assignala os riachos que a atravessam. As partes altas foram derubadas antes de mais nada para evitar as geadas nas partes mais baixas; a conquista da terra a custa do matto effectuou-se contornando o centro de povoamento, isto é, em torno da estação (Monbeig, 2007, p. 10).

As descrições de Brasil (2014) também permitem compreender como a feição paisagística nos arredores da estação de Cornélio Procópio foi sendo alterada por meio da planificação do loteamento urbano:

A área loteada era de 30,66 alqueires. O loteamento do patrimônio era constituído de dez quadras medindo 80 metros cada e outras de dimensões diversas devido à conformação e topografia dos terrenos. Foram projetadas, ruas de 15 metros de largura e avenidas de 20 metros, praças com 6,4 mil metros quadrados e determinadas algumas áreas para estabelecimentos públicos e de lazer. Na planta registrada no Cartório de Registro de Imóveis da comarca constam 355 datas liquidadas, 73 comprometidas, em curso de venda, e 182 não vendidas. Em volta do loteamento urbano existiam 22 chácaras completamente liquidadas, em área 27,95 alqueires (Brasil, 2014, p. 45).

Evidenciando algumas necessidades para o cotidiano urbano que se pretendia ali a partir das terras loteadas, conforme o mesmo autor, algumas áreas foram destinadas para construção de praças, como a praça Manoel Ribas próxima à estação ferroviária, e a praça Brasil, que dividia espaço com a primeira capela de madeira na mesma quadra. Outras áreas reservadas situaram-se ao lado da estação para construção do grupo escolar, e ainda “no fundo do vale do São Luís, ficou reservada a área para

a futura Prefeitura [...]. Beirando os trilhos da estrada de ferro, foi reservada a área do cemitério e, à sua esquerda, uma área enorme para o matadouro [...]" (Brasil, 2014, p. 46).

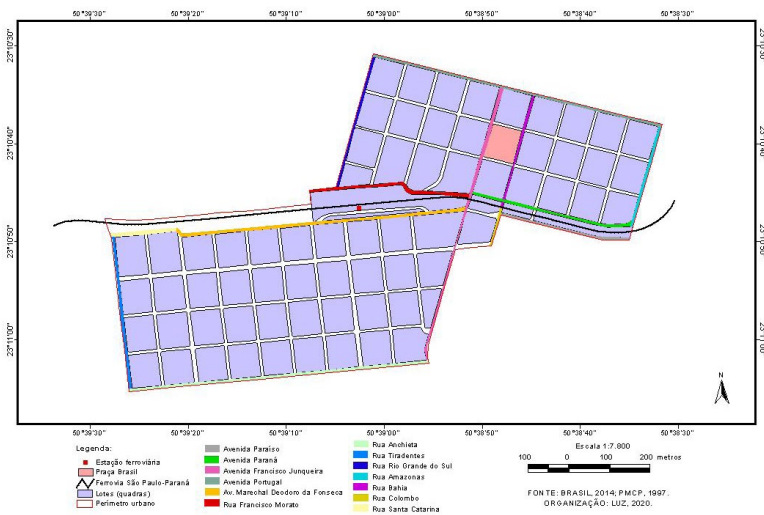
Tomando-se como referência as escalas local e regional neste trecho, entende-se que o fenômeno analisado se manifestou materialmente a partir das práticas espaciais desenvolvidas neste recorte geográfico. Foi possível reconhecer suas continuidades geográficas expressadas pela combinação e permanência entre os interesses dos grupos econômicos regionais (proprietários paulistas de fazendas de café) e as ações efetivadas em Cornélio Procópio, quais sejam o desenvolvimento do cultivo de café, a transformação do local em ponto de conexão ao longo da rede ferroviária instalada no Norte Pioneiro Paranaense para o escoamento da produção cafeeira por meio do porto de Santos, e a conseqüente valorização das terras como força motriz que impulsionou os povoados existentes que se transformaram em algumas cidades da região. Porquanto, o local reunia diversas possibilidades para a realização deste evento histórico, como a localização geográfica próxima à área de expansão cafeeira paulista, e nessa mesma área, à cidade de Ourinhos, boca de sertão da estrada de ferro Sorocabana no início do século passado. Ainda se somam às possibilidades, a decorrência de alguns fatores naturais como a fertilidade dos solos, as altas altitudes favoráveis ao plantio de café e a ausência da saúva que reduzia de certo modo as dificuldades para o povoamento, e é claro, a ação humana, que dispendo de tais condições ordenou espacialmente o seu arranjo.

De acordo com Brasil (2014) na planta original verifica-se a importância da estação ferroviária na localização do novo patrimônio que surgia. Em volta do prédio da estação, localizavam-se as casas das turmas ferroviárias, armazéns e oficinas, sendo que o aglomerado já possuía mais de duzentos

habitantes e as picadas abertas que rumavam para a estação, originaram posteriormente as primeiras ruas.

Portanto, os primeiros sinais do arranjo espacial urbano de Cornélio Procópio exprimem a relevância da estação ferroviária para o vilarejo que evoluía a partir deste marco referencial e seu eixo férreo, tal qual verifica-se na planta a seguir, elaborada por meio da detalhada descrição de Brasil (2014) sobre as origens da cidade no ano de 1931 (Mapa 3). O autor esquematiza textualmente a localização e os limites do loteamento dividido em duas partes em função da estrada de ferro, evidenciando também, a delimitação entre loteamento urbano e área rural.

Mapa 3 – Sítio original de Cornélio Procópio (década de 1930)



Fonte: Brasil (2014); PMCP (1997).

Elaboração: A autora (2020).

Como observa-se no mapa anterior, o lado Norte do loteamento se iniciava na Avenida Paraná, prosseguindo pelos terrenos da Serraria Santa Terezinha, de Júlio Mariucci, e continuava pela rua Francisco Morato, segundo Brasil (2014). Na

porção setentrional seu limite a Leste situava-se na rua Amazonas, e a Oeste, na rua Rio Grande do Sul. Na extremidade no sentido Norte, o limite era a Avenida Portugal (atual rua Portugal), “que confrontava as terras do Coronel Francisco Moreira da Costa” (Brasil, 2014, p. 47).

Na porção Sul, margeando os trilhos, localizavam-se as avenidas Paraíso, a Leste, e Príncipe de Gales (atual avenida Marechal Deodoro da Fonseca), a Oeste. Brasil (2014, p. 47) ainda explica que “a área urbana começava na Rua Colombo, constituída de apenas uma quadra, que fazia limites com os terrenos de Takeo Atomiya e Marques Bonfim”, como verifica-se na planta. No sentido Sul, o loteamento prosseguia “confrontando-se com as chácaras de Vitorino Gomes Henrique, de Francisco Lobato Almeida, de Ibrahim Assad, de João Baptista dos Santos e de Atílio Prosdóssimo” (p. 47).

O limite urbano ao Sul era a rua Anchieta, limitando-se, conforme descreve Brasil (2014), com os terrenos de Augusto de Biaggi e da Fazenda Congonhas. No lado Sul, o início ocidental do loteamento indicava-se pela rua Santa Catarina, e findava-se na rua Tiradentes. “Essa parte do loteamento era muito pequena, pois acima da rua Mato Grosso que hoje se chama Nossa Senhora do Rocio, estavam as terras da Fazenda Congonhas” (p. 47). Ainda se percebe que apenas duas ruas atravessavam os trilhos da ferrovia: a rua Bahia e a avenida Francisco Junqueira (atual avenida XV de Novembro). A rua Bahia iniciava-se “nos limites da Fazenda Moreira, e atravessava a linha férrea, quando se transformava na curtíssima rua Colombo” (p. 47). A avenida Francisco Junqueira tinha início “na porteira da Fazenda Moreira e seguia verticalmente até a altura do atual Cine Cornélio, num exagerado aclive com ângulo aproximado de 30°” (p. 47).

O exposto anterior, juntamente com a observação da planta de Cornélio Procópio durante o início da década de

1930, logo após a instalação férrea, indica como este eixo de comunicação e sua respectiva infraestrutura interviu em sua configuração espacial, visto que a ocupação urbana inicial com o arruamento e a disposição dos quarteirões concentraram-se, predominantemente, em suas imediações. Este núcleo central remete-se evidentemente ao sítio original da cidade, surgido inicialmente envolto em sua maioria, por pequenas propriedades rurais. Este atributo espacial da localização dos núcleos de povoamento na região durante a década de 30, foi analisado por Simões de Paula (2007, p. 36), o qual escreveu: “[...] si uma cidade é cercada por grandes fazendas, fica estacionada, porque a grande propriedade é como uma fábrica de rendimento certo. A pequena propriedade pelo contrário dá vida ao lugar, com o número sempre crescente de habitantes e culturas novas”.

Ainda sobre o regime de propriedade, Simões de Paula (2007) afirma que a pequena propriedade mostrou ser o melhor meio de colonização, visto que o pequeno proprietário reside em suas terras, movimenta o comércio da vila mais próxima para se abastecer, integrando-se completamente à região. “Os lucros ficam no lugar da exploração agrícola e isso enriquece a zona, fazendo com que os capitais girem” (p. 35). O autor esclarece que os grandes proprietários geralmente residiam nas grandes cidades, possuíam colonos, e nem todas as suas terras eram aproveitadas, pois muitas se encontravam incultas devido ao desmazelo ou à falta de iniciativa. Por conseguinte, aquelas cidades que se desenvolviam devagar, devia-se ao fato da proximidade dos latifúndios com seus cafezais “onde tudo já está instalado, ordenado [...]. Como progredir si as fazendas já atingiram o rendimento máximo?” (p. 36).

Embora, a fazenda Congonhas fizesse limite com o núcleo urbano inicial da cidade, conforme representado na planta anterior, simultaneamente à estruturação de Cornélio Procopio, iniciada por Francisco Junqueira e prosseguida pela

Companhia Moreira & Paiva, a Companhia Barbosa, proprietária da fazenda Congonhas vendeu áreas para plantações de café e cereais, derivando-se em sítios e fazendas. Em paralelo, foram projetados os patrimônios de Congonhas e Leópolis, mais tarde incorporados ao território procopense, quando este foi emancipado em 1938 (Brasil, 2014). Atualmente, apenas Congonhas integra-se ao município de Cornélio Procópio, como distrito, desde o ano de 1960 (IBGE Cidades, 2020). E ainda segundo Wachowicz (1987) outra parte da fazenda Congonhas foi vendida e colonizada por japoneses, originando o município de Uraí durante a década de 1930. Então, como já se destacou, as pequenas propriedades consistem na estrutura fundiária predominante nas circunvizinhanças do núcleo, e este cresceu no decurso do século passado e do atual, como pretende-se revelar neste estudo.

A economia cafeeira e a forte atração populacional inicial

O loteamento urbano ocupou inicialmente uma pequena parcela de terra (4.700 alqueires), se comparada à extensão territorial total de 130.000 alqueires do município, porém esta primeira venda de terras obteve êxito por meio de uma pequena companhia e sem fazer uso de propaganda e, no decorrer da década de 1930 as vendas progrediram, conforme Simões de Paula (2007) elucida (Tabela 1).

De acordo com Lima (1971), assim que findaram os primeiros trabalhos de loteamento houve grande afluxo de migrantes de outros Estados, atraídos pela fertilidade das terras, sobretudo, os paulistas com o propósito de plantar café, por que a aquisição de terrenos em São Paulo já estava difícil.

Tabela 1 – Progressão da venda de datas (20 x 40 m) em Cornélio Procópio pela Companhia de Colonização de Terras Paiva & Moreira (1931-1935)

ANO	QUANTIDADE DE DATAS	QUANTIDADE DE COMPRADORES
1931	6,5	7
1932	7	4
1933	118,5	109
1934	125,5	101
1935	71,5	56
TOTAL	329	277

Fonte: Adaptado de Simões de Paula (2007).

Também para aclarar o assunto, identificou-se os compradores de datas na referida época (Tabela 2), a maioria era brasileiros. E complementando este ponto, segundo Wachowicz (1987), entre 1935 e 1950 metade da população procopense era paulista, sendo que os percentuais dessa participação se expressam da seguinte maneira: 50% em 1935; 48,6% em 1940; e 47% em 1950. O autor informa que dentre os brasileiros a segunda maior participação para o mesmo período era dos mineiros com os seguintes percentuais: 20% em 1935; 23,3% em 1940, e 32% em 1950. E o contingente populacional dos paranaenses dividiu-se em 15,7% no ano de 1935; 13,6% em 1940, e 12% para 1950. Para outros Estados, Wachowicz (1987) descreve 4,3% em 1935; 7,3% em 1940 e 5,4% em 1950. Sabe-se que também houve a migração de nordestinos e nortistas para a região nessa época (Lima, 1971). Quanto à participação de estrangeiros tem-se os percentuais: 8,6% em 1935; 5,8% em 1940, e 3,6% em 1950 (Wachowicz, 1987).

Tabela 2 – Compradores de datas (20 x 40 m) em Cornélio Procópio pela Companhia de Colonização de Terras Paiva & Moreira (1931-1935)

COMPRADORES (nº)	COMPRADORES	QUANTIDADE DE DATAS COMPRADAS
220	Brasileiros	247
28	Italianos	44
7	Espanhóis	9
7	Japoneses	9
6	Sírios	5,5
2	Poloneses	6
2	Alemães	3
2	Portugueses	3
2	Igrejas protestantes	1,5
1	Russo	1
TOTAL: 277		TOTAL: 329

Fonte: Adaptado de Simões de Paula (2007).

De um modo geral, de acordo com Wachowicz (1987), a partir de 1931 e 1932, devido as consequências da crise econômica mundial de 1929 que assolou, sobretudo, a economia cafeeira brasileira, a região do Norte Pioneiro Paranaense exerceu grande atração populacional, posto que o plantio de café foi proibido em São Paulo e Minas Gerais, e em função da construção da ferrovia São Paulo-Paraná. Ademais, foi nesse período que diversos fazendeiros de ambos os Estados decidiram desenvolver novas frentes agrícolas nesta região (Brasil, 2014).

Para fins de contextualização e articulação das escalas espaço-temporais, inteira-se que em 1950 a população do Norte do Paraná já era numerosa, atingindo a considerável cifra de 936.713 indivíduos, que na época era superior à população do Espírito Santo de 870.987 habitantes, e pouco abaixo da população do Estado do Rio Grande do Norte com 983.572 habitantes. Nesta data, a população paranaense era de 2.149.509 habitantes, desse modo, a população do Norte do Estado que

tinha 936.713 correspondia a 44% da população do Paraná, numa faixa territorial que se referia a 21,8% do total de seu território. Esse contingente populacional alcançado no Estado, resultou de um crescimento muito veloz registrado entre 1940 e 1950, quando a população triplicou, pois em 1940 eram 343.698 habitantes e em 1950 totalizava 936.713 habitantes. A partir de 1929 com a colonização moderna⁹ essa região do Estado se mostrava como a mais densamente povoada, porém, ainda não totalmente ocupada, e sua população começou a ter destaque em relação à população do Estado e do país (Cambiaghi, 2007).

Em meados do século passado, a análise da produção de café no país, destaca o Norte do Paraná (Figura 3), pois de acordo com Müller (2007, p. 58), em 1952 os cinco primeiros municípios produtores de café no Brasil localizavam-se na região: “Bela Vista do Paraíso (2.200.000 arrobas), Apucarana (1.500.000 arrobas), Cornélio Procópio (1.457.000 arrobas), Assaí (1.500.000 arrobas) e Mandaguari (1.200.000 arrobas)”, totalizando 7.682.300 arrobas.

9 Cambiaghi (2007) explica que essa fase moderna do povoamento se devia aos poucos anos de sua ocorrência, na época correspondiam a pouco mais que duas décadas, e por que nesse estágio a colonização era planejada, ou seja, na porção oeste da região, as cidades, em geral, eram planejadas.

de datas de nacionalidade italiana, estes eram trabalhadores em fazendas paulistas de café. E por causa da proximidade com o Estado de São Paulo, alguns grupos como os espanhóis, sírios e japoneses, imigrantes que se concentravam principalmente neste Estado, também aparecem como compradores. Para esclarecer sobre a presença dos estrangeiros na região, Cambiaghi (2007) explica que, geralmente estes não eram procedentes diretos de sua terra natal, por que já estavam fixados em alguns Estados brasileiros como, por exemplo, os italianos e japoneses que vieram de São Paulo, os poloneses do Sul do Paraná, e os alemães que saíram de Santa Catarina.

Simões de Paula (2007) explica que o número de colonos russos, poloneses, alemães é reduzido, se comparado às outras áreas colonizadas no mesmo período, como Londrina, onde a concentração desses grupos étnicos era maior. Na identificação dos compradores verifica-se a compra de terras por parte de igrejas protestantes, pelo motivo de que se comparadas às igrejas católicas, estas não recebiam doações de terras para construção dos templos.

Esta caracterização do povoamento, ainda, perfaz a observação feita anteriormente sobre a população original, pois notadamente a chegada dos novos habitantes, forçava o recuo dos grupos preexistentes a fim de se distanciarem mais. Segundo Simões de Paula (2007) a população primitiva da região era formada por indígenas e caboclos.

A expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (1930-1959)

Tal como a progressão das vendas de datas demonstrou, dentre outros fatores já citados, Cornélio Procópio seguiu crescendo, apesar de não apresentar topografia favorável, porque algumas ruas eram muito íngremes e algumas casas eram construídas sem nivelamento do terreno. Ainda, do ponto de vista

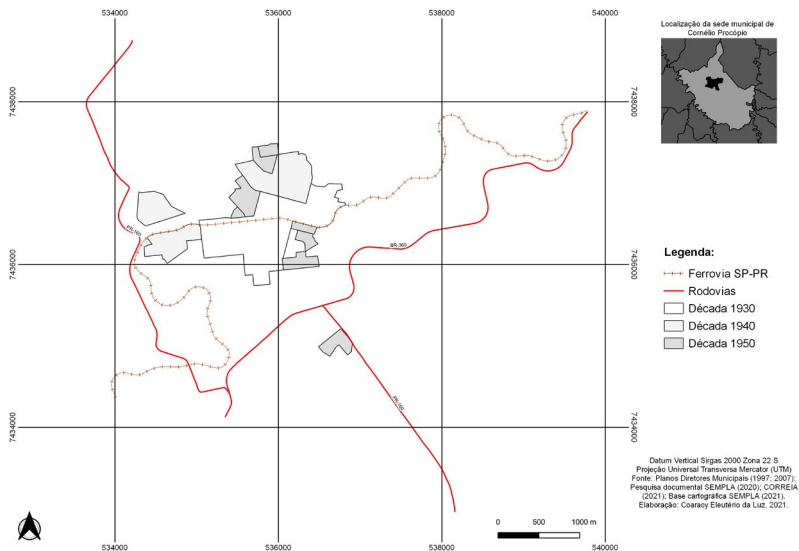
de seu crescimento face à ausência da técnica, até 1933 havia luz elétrica somente na estação ferroviária (Brasil, 2014) mas, alguns anos após fora instalada tal infraestrutura no patrimônio, mais especificamente em 1937, inaugurada pela concessionária S/A Luz e Força de Cambará, sendo que na década de 1960, este serviço era prestado pela Companhia Hidrelétrica Paranapanema (Lima, 1971). Ainda, relativo à iluminação pública, existiam 42 logradouros iluminados em Cornélio Procópio, e no caso da iluminação elétrica domiciliar, em 42 logradouros servidos, eram 1.093 ligações domiciliares (IBGE, 1949).

Então, em meados da década de 1930, Cornélio Procópio era uma pequena cidade composta por 500 casas, comumente construídas em madeira, material abundante no local e de construção rápida (Simões de Paula, 2007), de alvenaria, apenas o prédio da estação ferroviária de acordo com Brasil (2014). Assim, demonstrando prosperidade, eram construídas 50 casas por mês e já contava com médicos, farmácias, serrarias, máquinas de beneficiar café, cinema e etc. A cidade, localiza-se a 620 metros de altitude, razão pela qual era preferência de cafeicultores. Também, já possuía uma extensão territorial de 130.000 alqueires (Simões de Paula, 2007). Em 1935 era distrito de Bandeirantes e pertencia à Comarca de Jacarezinho; anterior a este fato, foi patrimônio de Cambará e dependia desse território para o abastecimento de insumos médicos e bens de consumo que eram transportados em lombo de cavalos ou em carroças. Era utilizado o transporte automotivo com linhas de ônibus em estilo jardineira que rodava nas estradas precárias da época (Brasil, 2014).

Então, ao longo da década de 1930, Cornélio Procópio configurou-se como “um povoado regularmente habitado, com tendência a crescer progressivamente” (Lima, 1971, p. 3) e, como já indicado aqui, o núcleo inicial desenvolveu-se no entorno da estação ferroviária, composto por duas manchas de

ocupação divididas pela estrada de ferro. Porém, nos decênios seguintes, 1940 e 1950, esta mancha evoluiu acompanhando o traçado da ferrovia e avançando nas porções Norte, Sul e Oeste (Mapa 4).

Mapa 4 – Expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (de 1930 a 1959)



Fonte: Plano Diretor Municipal (1997);
Pesquisa documental: SEMPLA PMCP (2020);
Elaboração: A autora (2021).

As áreas representadas no mapa revelam o eixo ferroviário como indutor do crescimento do núcleo inicial que corresponde ao centro da cidade que se formava. Em simetria com a ferrovia, a configuração da topografia de seu sítio geográfico também influenciava a sua evolução, sendo que “[...] sua expansão ocorreu evitando áreas de grande declividade, que coincidentemente constituíam-se nas estradas de acesso” (PMCP, 1997). Em três décadas a área urbana produzida em

Cornélio Procópio, materializou-se, predominantemente, por meio do uso residencial. Assim, neste período, constituiu-se por 12 unidades urbanas para fins residenciais (Quadro 1).

Quadro 1 – Unidades urbanas em Cornélio Procópio no período de 1930 a 1959

Nº	UNIDADE URBANA	DATA
1	Centro	1934
2	Vila Independência	1943
3	Vila Daher	1947
4	Vila Moreira	1949
5	Vila São Judas Tadeu	1950
6	Vila Henriques	1950
7	Vila Paraíso	1950
8	Vila São Pedro	1953
9	Vila Ipiranga	1953
10	Vila Santa Terezinha	1953
11	Vila Recreio	1953
12	Vila Staiger	1956

Fonte: Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (1997);

Pesquisa documental: SEMPLA PMCP (2020); Correia (2021);

Organização e elaboração: A autora (2021).

Nos anos 1930 desenvolveu-se somente o sítio original da cidade. Na década de 1940 observa-se um aumento pouco expressivo no número de unidades urbanas, apenas 3, se comparado ao significativo avanço da década seguinte, quando foram geradas 8 unidades urbanas. Alguns eventos históricos locais impeliram o crescimento de Cornélio Procópio nessas décadas, e contribuem na análise espaço-temporal de sua evolução.

Segundo Lima (1971), em virtude de seu desenvolvimento socioeconômico, o povoado transformou-se em distrito judiciário do município de Bandeirantes. A partir de 1935 (Brasil, 2014) passou a depender administrativamente deste território (Wachowicz, 1987), contudo, eram cobrados impostos ao distrito, mas este não recebia o devido retorno (Brasil, 2014). E

no decorrer de 1937 surgiu o anseio de emancipação político-administrativa (Lima, 1971).

No ano de 1938, Wachowicz (1987) conta que os políticos e interessados na criação do município iniciaram as primeiras reuniões sobre o assunto. Então formou-se uma comissão específica que elaborou um memorial descrevendo a evolução econômica e demográfica, o que demonstrou que seu contingente populacional (aproximadamente 4.000 habitantes em 1937) era superior ao de um conjunto de municípios da região, como São Jerônimo da Serra, Jataizinho e Ibiporã (Wachowicz, 1987; Brasil, 2014).

De acordo com Brasil (2014), o documento foi assinado por várias pessoas favoráveis à autonomia do território e a comissão responsabilizou-se por defender tais interesses em audiência com o “então Interventor Federal do Paraná, Manoel Ribas, pleiteando a medida” (Lima, 1971, p. 3). O êxito dessa iniciativa elevou o distrito à categoria de município e comarca em 1938, sendo que no mesmo ano houve a instalação da sede (Lima, 1971).

Nos primeiros anos após a emancipação política, evento que impulsionou a atração populacional e que nessa época já se manifestava, direcionado, principalmente, para o sítio urbano que se constituía, verificou-se a produção social de novas formas espaciais. Assim, na década subsequente ao processo emancipatório, houve a criação de uma unidade urbana em 1943, e duas nos anos 1947 e 1949, respectivamente. Mesmo que se verifique um aumento na década de 1940 em comparação à década anterior, dado o fato de que em grande parte desse período, o território procopense ainda não havia se constituído, este não foi um crescimento tão significativo quanto aquele registrado entre 1950 e 1959. Observa-se com tento, o fato de que em meados do século passado, segundo Correia (2021), já se identificava ocupação irregular nesta produção espacial

urbana, a Vila São Judas Tadeu. As demais unidades correspondem à atuação de proprietários fundiários na produção de loteamentos urbanos.

Quanto a década de 1940, o contexto histórico dos efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre o país, que apoiou a aliança militar dos países aliados com participação confirmada no conflito por acordo político entre Brasil e Estados Unidos a partir de 1942 (Trespach, 2017), certamente influenciou o fraco movimento de instalação de unidades urbanas em Cornélio Procópio nesse período.

No início dos anos 1940, o país já participava indiretamente da guerra com a exportação da borracha extraída da floresta amazônica e, simultaneamente, se preparava para participar diretamente no conflito com o envio de tropas e, economicamente já sofria alguns abalos decorrentes desse evento, tais como blecautes, racionamentos, elevação de preços de alimentos em 400%, falta de carne, farinha de trigo e açúcar (Trespach, 2017).

Também, de acordo com Brasil (2014), houve falta de combustível, produto totalmente importado na época, e de querosene. Além disso, devido aos racionamentos de produtos, a população recebia cotas para os gêneros fundamentais de abastecimento humano.

Pode-se somar às considerações anteriores, o fato de o território ter sido recentemente emancipado no final da década anterior, e localmente, já enfrentava as agruras consequentes do centralismo federal, assim como tantos outros municípios do interior do país, tipicamente decadentes e empobrecidos, devido à falta de autonomia econômica e financeira, consequente de tal sistema político (IBGE, 1949).

ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DA EXPANSÃO URBANA PROCOPENSE

Neste capítulo, a Geografia Histórica Urbana de Cornélio Procopio é abordada a partir de alguns marcos temporais com o propósito de evidenciar a capacidade dos eventos externos para promover transformações espaciais ou gerar permanências, ou seja, continuidades ou descontinuidades neste recorte geográfico, ao serem tratados a partir de uma abordagem interescalar sob o ponto de vista diacrônico e sincrônico.

No acontecer sucessivo dos eventos, para a demarcação temporal analisada neste capítulo, qual seja a segunda metade do século passado até o presente, e no acontecer simultâneo dos eventos, na integração das escalas de observação, são as particularidades da demarcação espacial do estudo, isto é, da escala local, que impele as continuidades, as permanências ou as rupturas, as descontinuidades.

Estes marcos temporais e suas continuidades geográficas para o recorte espacial em tela, incluem a virada demográfica brasileira, que inverteu a distribuição espacial da população rural e urbana no país, com a diminuição absoluta da população rural desde os anos 1970, e a partir de então, a tendência de concentração populacional, progressiva e acentuada nas áreas urbanas (Beltrão; Camarano; Kanso, 2004).

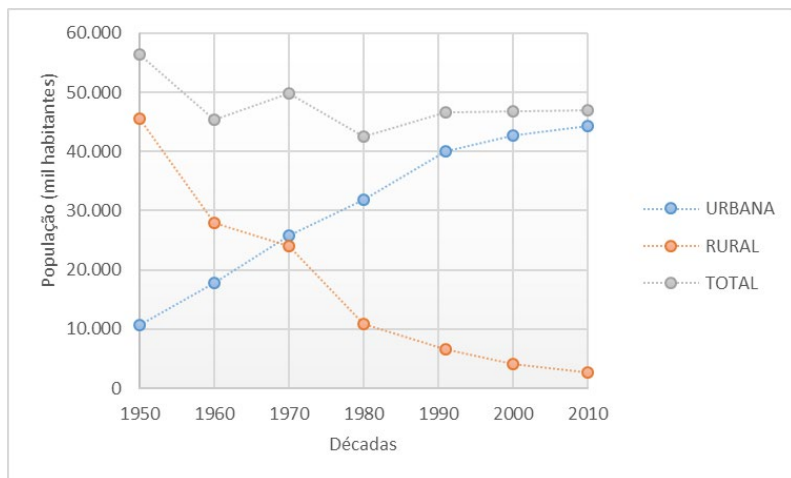
Inclusive, respeitante ao contexto, a modernização da agricultura brasileira gerou efeitos sobre o emprego rural. Desse modo, durante as décadas de 1970 e 1980 o setor primário reduziu velozmente sua participação na geração de empregos no país, pois a população economicamente ativa (PEA) deste setor, representava 44,3% do PEA total em 1970, passando a ser 29,9% em 1980. O dinamismo do emprego urbano, sobretudo, no setor secundário e terciário, cooperou para esta queda (Kageyama; Silva, 1983).

É na associação entre escalas que têm realce as transformações espaciais sucedidas e aquelas ainda em progresso, no tocante à forma da urbanização procopense, e consecutivamente, a sua evolução e estrutura urbana.

A virada demográfica no século XX e as transformações espaciais em Cornélio Procópio

Na década de 1950 Cornélio Procópio integrava a lista de municípios brasileiros com população superior a 50.000 habitantes, totalizando 56.826 habitantes segundo os resultados preliminares do recenseamento geral feito em 1950, conforme consta no Anuário Estatístico do Brasil do mesmo ano (IBGE-CNE, 1951). A dinâmica populacional procopense registrada entre 1950 e 2010 é representada nos Gráficos 1 e 2 a seguir. O Gráfico 1 indica o rápido aumento que sua população urbana obteve entre as décadas de 1950 e 1990, esta totalizava 10.753 habitantes em 1950 (PMCP, 1997) e atingiu o total de 44.308 habitantes em 2010 (IPARDES, 2020). O movimento contrário ocorreu com sua população rural, pois o gráfico demonstra queda mais abrupta entre 1950 e 1980, e quando já reduzida, sobremaneira, a população rural do município permanece em declínio mais brando desde a década de 1990 até 2010 (PMCP, 1997; PMCP, 2007; IPARDES, 2020). Neste gráfico é possível identificar a virada demográfica a partir do ponto de inflexão das curvas, denominada *turning point*, que ocorreu na década de 1970, quando a população urbana superou a população rural do município. Esta última que contava com 45.641 habitantes em 1950 (PMCP, 1997), foi reduzida para 2.620 em 2010 (IPARDES, 2020).

Gráfico 1 – População urbana, rural e total (mil hab.) do município de Cornélio Procópio (1950-2010)



Fonte: Organizado a partir de PMCP (1997); PMCP (2007); Caderno Estatístico Município de Cornélio Procópio – IPARDES (2020).

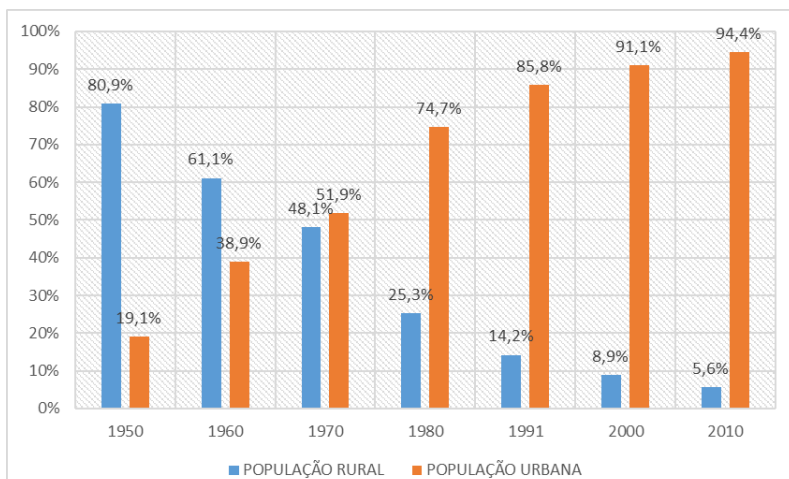
Quanto à população total do município observa-se que esta totalizava 56.394 habitantes em 1950, decaindo consideravelmente nessa década, pois em 1960 atingiu 45.341 habitantes. Entre 1960 e 1970 teve ligeiro aumento, chegando a 49.796 habitantes, depois apresentou outra diminuição populacional, visto que em 1980 eram 42.581 habitantes. Entre 1980 e 1990 houve aumento populacional, atingindo 46.622, e até 2010 demonstrou-se estacionária quanto a este contingente, com 46.928 pessoas, (PMCP, 1997; PMCP, 2007; IPARDES, 2020). De acordo com o último censo em 2022, o contingente populacional de Cornélio Procópio reduziu para 45.206 pessoas (IBGE Cidades, 2023).

A partir das informações do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020) no período entre 1991 e 2000 a população procopense cresceu a uma taxa média anual de 0,05%, inferior à taxa média paranaense que foi 1,39% e à taxa

brasileira de 1,63% para o mesmo período. E entre 2000 e 2010 a taxa média anual de crescimento da população do município foi 0,01%, também inferior à brasileira que foi de 1,17% neste período (Atlas Brasil, 2020).

O Gráfico 2 expõe os percentuais referentes à população urbana e rural do município no período compreendido entre 1950 e 2010, sendo possível verificar ao longo do tempo o encolhimento da população rural e o aumento da população urbana de Cornélio Procópio. Em 1950 sua população rural representava 80,9% da população total do município, e em 2010 esta representou apenas 5,6%. Todavia, a população urbana que em 1950 expressava 19,1% da população total, em 2010 já atingia 94,4% da população procopense (PMCP, 1997; PMCP, 2007; IPARDES, 2020).

Gráfico 2 – População urbana e rural (%) do município de Cornélio Procópio (1950-2010)



Fonte: Organizado a partir de PMCP (1997); PMCP (2007); Caderno Estatístico Município de Cornélio Procópio – IPARDES (2020).

A virada demográfica em Cornélio Procópio na década de 70 corrobora a continuidade geográfica do fenômeno demográfico quando se considera a evolução demográfica nacional da segunda metade do século XX. Temporalmente, o grande crescimento da população urbana e a expressiva redução da população rural, registrados para o município na década de 1970, aconteceram de modo sincrônico ao *turning point* brasileiro, quando a população brasileira passou a ser urbana em sua maioria, com 55,9% (Garbossa; Silva, 2016).

Paralelamente as transformações das atividades agrícolas influenciaram o processo de urbanização (Santoro, 2012), também observado em Cornélio Procópio, em face ao crescimento da taxa de urbanização do município nas últimas décadas.

Nessa conjuntura, Lima (1971) sobre o cultivo de café, atividade agrícola que desde a fundação de Cornélio Procópio mostrou-se relevante e predominou na dinâmica econômica do município, alega que a partir de 1964 já eram desenvolvidos programas de erradicação do produto, e, por conseguinte, teve-se a diversificação das culturas agrícolas.

Com destaque para a perspectiva entre escalas espaço-temporais para explicitar essa sincronia de eventos que alteraram o plantio de café, na metade da década de 1960, medidas restritivas estatais foram tomadas em função de sua superprodução, de sua cota de exportação mundial e da queda dos seus preços no mercado mundial. De tal modo o Instituto Brasileiro do Café (IBC) definiu programas para erradicação do produto a fim de suprimir plantas que estivessem ameaçadas por geadas e não fossem lucrativas (Coy; Klingler; Kohlhepp, 2017). Como explicam estes autores, em 1978 o Estado do Paraná não concedia mais créditos para plantação de café, estimulando a então iniciada mudança da estrutura agrária. As alterações ocorridas dizem respeito à mecanização agrícola nas áreas favoráveis a técnica, e ao desenvolvimento

econômico em molde brasileiro, orientado para exportação e regulado a partir das estratégias de crescimento da “revolução verde”, isto é, por meio da modernização da agricultura. Diante disto, a valorização da soja no mercado mundial causou a expansão de sua área plantada, aumentando as exportações deste produto com destino ao mercado europeu de ração animal. A partir de então, a monocultura do café passou a acompanhar o sistema de rotação de culturas que envolve a soja, o trigo e o milho.

Conforme Santos (2006, p. 49) os anos 70 são considerados “o marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas e na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes – os bóias-frias”.

Para Coy, Klinger e Kohlhepp (2017) graves consequências sociais em ajuste às mudanças estruturais das práticas agrícolas foram sentidas para a força de trabalho no campo, pois comparadas à cafeicultura, a agricultura mecanizada e a pecuária de gado utilizam pouca mão-de-obra. Em razão a isso, durante a década de 1970, o desemprego rural foi desastroso na região. Iniciadas quase que simultaneamente, as geadas também cooperaram às transformações delineadas para a estrutura agrícola. Mais um processo espacial derivado desse evento confirma-se com a demissão dos trabalhadores rurais que migraram para as cidades na busca de novas formas de sustento, formando bairros urbanos periféricos que historicamente configuram-se como espaços estéreis da presença do Estado.

Nesse período houve uma grande mobilidade da população, a qual se mostrava mais aguçada entre os moradores rurais. Esses movimentos migratórios, também denominados de ‘nomadismo profissional’, remetem-se “aos deslocamentos de mão-de-obra agrícola graças à expansão da mecanização e da pecuária, mas também às necessidades de mão-de-obra

estacional em lavouras como a de cana-de-açúcar e em culturas modernas” (Santos, 2006, p. 213). Dando relevo a esta continuidade geográfica, o autor explica que nessa época também existia o fenômeno da migração circular: “em 1980, 11,5 milhões de famílias não dispunham de terra ou já não sobreviviam em pequenas propriedades. [...] cerca de 40 milhões de pessoas, estavam em permanente migração, tentando fixar-se no campo, mas frequentemente não o conseguindo” (p. 213), o que segundo o mesmo autor correspondia a um terço da população brasileira.

Outro fator que provocou tais deslocamentos da população refere-se aos processos de valorização da terra em função da consolidação das frentes pioneiras, ao mencionar este aspecto, Santos (2006, p. 214) explicita que “no início da década de 1980, o valor das terras do norte do Paraná dobra e leva os pequenos e médios agricultores a vender suas glebas e a procurar uma nova atividade em outras áreas agrícolas ou na cidade”.

Esses interesses especulativos em torno das terras rurais já se expressavam outrora, como verifica-se no trecho seguinte, a respeito da exploração de terras na região “[...] que renderá no futuro, isto é, quando as vias de comunicações ali chegarem, quando aumentar a densidade da população, quando os preços dos produtos agrícolas aumentarem o que ocasionará grande procura de terras” (Monbeig, 1953 *apud* Mussalam, 1974, p. 132).

Algumas informações mais conjunturais levantadas por Santos (2006) ajudam na compreensão da questão, compreendendo-se que o panorama da estrutura fundiária brasileira contribuiu para que a pobreza persistisse no campo, e ao mesmo tempo para o processo de abandono deste espaço, já que fluxos migratórios cada vez mais numerosos buscavam refúgio nas cidades. Em 1960, 89,39% dos estabelecimentos rurais inferiores a 100 hectares correspondiam a 20,2%; e 44,62% com menos de 10 hectares totalizavam 2,23% das superfícies. Entretanto, 0,98% das propriedades agrícolas com mais de

1.000 hectares somavam 47,29% da superfície total. “Assim, 32.825 proprietários possuíam quase a metade da superfície das propriedades agrícolas brasileiras, enquanto os outros 3.316.599 dispunham apenas de 52,71%” (Santos, 2006, p. 41).

Sendo pertinente integrar a conjuntura externa às transformações da base econômica do município decorridas na segunda metade do século passado, de modo a identificar algumas variáveis que revelam as influências e inter-relações das escalas geográficas e temporais no âmbito nacional, regional e local, tal como este exame se comprometeu, segue-se a análise enfocando-se notadamente o recorte espacial estudado e suas continuidades geográficas.

No Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (2007) indicam-se algumas evidências de tais continuidades, pois condizente ao setor primário informam-se sobre as mudanças ocorridas na estrutura fundiária do município durante as últimas décadas entre o final do século passado e início do atual. Embora a produção agrícola registrou aumento para o mesmo período, em dez anos o número de estabelecimentos agrícolas reduziu-se em 20%. Comprovando as modificações da estrutura agrária do município, as lavouras temporárias predominaram no uso da terra agrícola, e as lavouras permanentes, sobretudo de café, tiveram grande redução em área. Sua estrutura fundiária constitui-se predominantemente por pequenas e médias propriedades, correspondente a 80% do total de propriedades, porém, com área de ocupação equivalente a menos de 30% da área total.

Referente às principais culturas agrícolas, conforme o Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (2007), há quatro décadas passadas, o café representava o cultivo mais importante para o município, contudo, neste século, possui uma participação pequena no total de sua produção agrícola. E, obedecendo às escalas espaço-temporais já mencionadas aqui, segue a tendência regional onde o café foi substituído

por culturas mais rentáveis como soja, trigo e milho, e também a cana-de-açúcar, os quais ocupam posição de destaque por sua extensão de área colhida e sua produção em toneladas no município, segundo relatório anual Ipardes (2020).

A expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (1960-1999)

O dinamismo demográfico transcorrido no país, que para o município estudado se apresenta como mais uma continuidade geográfica, acarretou um processo de rearranjo espacial urbano em um tentame de suportar o notável incremento populacional adquirido na segunda metade do século XX. Nos anos 1960 foram produzidas quinze unidades urbanas e na década de 1970, foram acrescentadas dez unidades em sua malha urbana. Embora, nas décadas de 1980 e 1990 desacelerou-se o crescimento da população urbana, contudo registra-se a implantação de nove e quinze unidades urbanas, respectivamente, para cada década. Para o período nota-se que a expansão da malha urbana foi mais intensa nas décadas de 1960 e 1990, mantendo-se nas décadas de 1970 e 1980 com número mais reduzido de produções urbanas, devido ao incremento populacional que obtivera durante a segunda metade do século passado (Quadro 2).

Quadro 2 – Unidades urbanas em Cornélio Procópio no período de 1960 a 1999

Nº	UNIDADE URBANA	DATA
1	Vila Assad	1960
2	Vila Inácio	1960
3	Jardim Estoril	1961
4	Jardim Progresso	1962
5	Jardim São Judas Tadeu	1962
6	Vila América	1962
7	Jardim Bela Vista	1963
8	Vila Seugling	1963
9	Conjunto Habitacional Rosário Pitelli	1964
10	Vila da Antena (Vila Arrebola)	1965
11	Vila Vicentin	1966
12	Vila Santa Catarina	1966
13	Vila Galeano	1966
14	Vila Nova Independência	1968
15	Jardim João XXIII	1969
16	Jardim Seminário	1970
17	Vila Haddad	1970
18	Conjunto Taurus	1973
19	Jardim Vitória Régia	1976
20	Parque Residencial Vitória Régia	1976
21	Jardim Bandeirantes	1976
22	Jardim Cristo Rei	1978
24	Jardim Pérola	1978
25	Jardim Panorama I	1979
27	Vila Mariana	1979
28	Jardim Nova Esperança	1980
29	Jardim Primavera	1982
30	Vila Severina	1986
31	Jardim Panorama II	1986
32	Conjunto Victor Dantas	1987
33	Vila Nova	1987
34	Jardim Morumbi I	1988
35	Jardim Novo Bandeirantes	1988
36	Jardim Figueira	1989
37	Conjunto Florêncio Rebolho	1990
38	Jardim São Silvestre I	1990
39	Jardim São Silvestre II	1990
40	Conjunto União	1991
41	Jardim Ouro Verde (Res. Ouro Verde I e II)	1991

[continua]

[continuação]

Nº	UNIDADE URBANA	DATA
42	Mutirão I ¹⁰	1992
43	Mutirão II	1992
44	Conjunto Henrique Victorelli	1992
45	Conjunto Fortunato Cibin	1992
46	Condomínio Residencial Via Vêneto	1994
47	Conjunto Varotto	1995
48	Vila Nossa Senhora Aparecida	1995
49	Jardim Ayton Senna	1998
50	Jardim Europa	1998
51	Vila Operário	1999

Fonte: Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (1997);

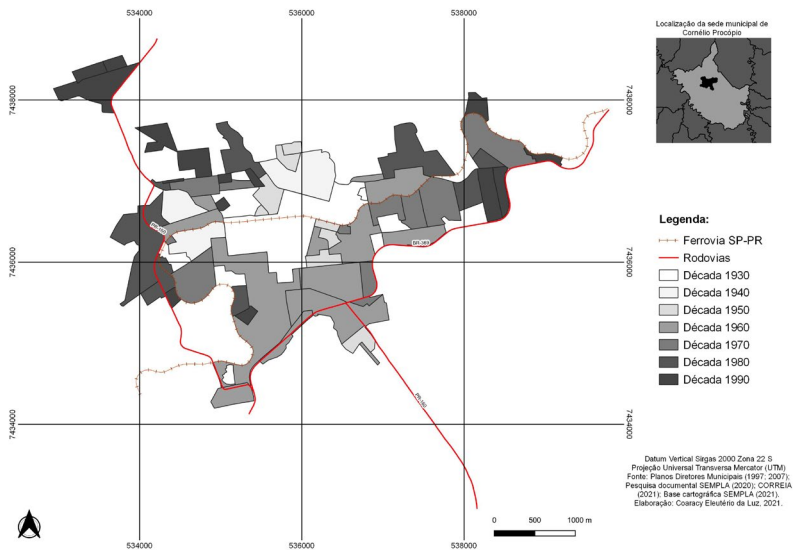
Pesquisa documental: SEMPLA PMCP (2020); Correia (2015); Correia (2021);

Organização e elaboração: A autora (2021).

A evolução urbana de Cornélio Procópio nestas três décadas permaneceu acompanhando o traçado da ferrovia São Paulo-Paraná, perfazendo a ocupação urbana às margens de seu eixo, quase que completamente em sua extensão total dentro do perímetro urbano. Ainda, a localização das novas unidades urbanas no referido período atingiu e ultrapassou os eixos rodoviários, PR-160, nas porções Noroeste, Sudoeste, Oeste e Sudeste, e BR-369, ao Sul (Mapa 5). Assim, na representação cartográfica da expansão físico-territorial urbana procopense no decorrer da referida escala espaço-temporal, observa-se que os mencionados eixos viários funcionaram também como indutores deste processo espacial.

10 Segundo Correia (2021), nas áreas residenciais, Mutirão I e Mutirão II, houve doação de casas por parte da prefeitura. As moradias foram construídas em alvenaria e em madeira por uma cooperativa (Cecap) contratada pela prefeitura.

Mapa 5 – Expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (de 1930 a 1999)



Fonte: Plano Diretor Municipal (1997);
Pesquisa documental: SEMPLA PMCP (2020);
Elaboração: A autora (2021).

A leitura espacial do mapa anterior possibilita entender que sua expansão urbana horizontal assumiu um padrão linear e disperso. Neste caso, sobre a ocupação urbana ao longo de rodovias, produz-se um modelo linear de crescimento da mancha urbana com a instalação de estabelecimentos industriais e/ou comerciais¹¹ e de áreas residenciais devido à forte atração exercida por estas vias de tráfego.

11 Quanto à atração para localização de empreendimentos referentes ao uso comercial às margens da rodovia BR-369 em Cornélio Procópio, importa-se mencionar a existência de um condomínio horizontal fechado, o Residencial Porto Imperial, cuja aprovação na Secretaria de Planejamento Municipal ocorreu em 2008, contudo, segundo Correia (2021) suas obras encontram-se paralisadas e em juízo, durante um considerável período de tempo. Pois, no contrato de venda do referido imóvel, inclui-se a condição de instalação de um *shopping center*, não executada pelo comprador.

Ainda conforme descrição do mapa 5, identifica-se a produção de áreas com uso predominantemente residencial em descontinuidade ao tecido urbano consolidado, na porção noroeste, às margens da rodovia PR-160. No período analisado, estas áreas segregadas correspondem aos locais de implantação de conjuntos habitacionais, e para início de análise sobre estes, vale-se das seguintes considerações do Plano Diretor Municipal (PMCP, 1997, p. 111-12):

[...] é importante a definição de áreas propícias à implantação de conjuntos para habitação popular, para que além de facilitar a sua aquisição pelo Poder Público, também sejam as mais adequadas à integração à malha urbana e à implantação da infra-estrutura.

A política de implantação de grandes conjuntos habitacionais, ocorrido no passado, deve ser questionada. Estes acarretam resultados problemáticos para a Cidade, pois ocupam regiões mais afastadas, desligadas da trama urbana, estendendo precocemente a área urbanizável e consequentemente aumentando todos os custos da gestão urbana. Se por um lado os preços destas glebas são baixos, o custo advindo de sua implantação e gestão são elevados. A opção por aquisição de glebas contíguas a malha urbana, esbarra na inevitabilidade do custo elevado da terra, associada ao fato de que a renda do trabalhador permanece baixa e insuficiente para arcar com o repasse dos custos (PMCP, 1997, p. 111-12).

Apesar da constatação das reais consequências do fenômeno da segregação socioespacial nas seções da cidade, produzidas em faixa descontínua, apontadas nesse documento oficial de planejamento municipal e elaborado na última década do século passado, a abordagem sequencial do processo evolutivo

de sua ocupação urbana no século passado e no século atual, também demonstrado nesta pesquisa, evidencia que efetivamente, inexistem efeitos práticos e exitosos de uma política habitacional na cidade. O que reforça a máxima recorrente, do chamado “plano discurso” (Santoro, 2012), a respeito do desuso das diretrizes e ações propostas em planos diretores municipais, quando da práxis da gestão urbana.

Alguns pontos de análise sobre o processo de expansão de Cornélio Procópio no período 1930-1999, nos permitem falar sobre algumas formas de segregação urbana: a segregação socioespacial ou residencial e a autosegregação.

Corrêa (2013) explica que a segregação residencial se manifesta espacialmente na cidade capitalista, e de acordo com o mesmo autor, a espacialidade, atributo da ação humana, exprime-se por meio da diferenciação espacial derivada de processos e formas naturais e socialmente produzidos. “A espacialidade exhibe, por outro lado, temporalidades diversas graças à permanência de processos e formas criadas no passado” (Corrêa, 2013, p. 44).

Então, pode-se dizer segundo Souza (2013), que a segregação é um *continuum*, explicado por meio das palavras do autor por ser “um conceito denso de historicidade, como são, de um jeito ou de outro, todos os conceitos das ciências da sociedade” (p. 130). Todavia, este autor arrazoia que não se trata de um conceito universal ou absolutamente transistórico, assim segundo ele, não se deve abordá-lo:

[...] como se a segregação fosse uma inevitabilidade quase que natural da realidade social em si mesma. Se assim fosse, teríamos de admitir que a heteronomia é inevitável e que uma sociedade livre e autônoma – na qual certamente existirão dissensos e conflitos, mas não assimetria

estrutural de poder e, por consequência, segregação – é uma meta fantasiosa (Souza, 2013, p. 130).

E o autor supracitado ainda afirma, seguramente, que a segregação residencial, como expressão espacial de desigualdade e de assimetrias sociais, seja entre classes, e eventualmente entre raças ou etnias, está presente em toda sociedade heterônoma.

No múltiplo contexto explicativo deste fenômeno urbano pode-se distinguir a segregação imposta e a segregação induzida, que segundo Corrêa (2013), no primeiro caso, envolve aqueles que residem onde lhes é imposto, sem alternativas de escolher a localização e nem o tipo de habitação, e no segundo, envolve aqueles que possuem algumas escolhas limitadas pela fixação do preço da terra e dos imóveis. Conforme o mesmo autor “o limite entre segregação imposta e induzida é tênue, como que uma se dissolve na outra” (p. 43).

A configuração espacial urbana de Cornélio Procópio no decorrer de sua evolução no período 1960-1999, reproduziu-se, manifestando espacialmente a segregação imposta e induzida, evidenciadas aqui por meio de alguns exemplos. O aglomerado subnormal¹², denominado Vila Nova, surgido durante a década de 1980 entre a ferrovia São Paulo-Paraná e o cemitério municipal, passou posteriormente por um processo parcial de desfavelamento. Segundo Correia (2021) a ação promovida pela prefeitura removeu alguns moradores dessa área de ocupação irregular para o Jardim Ayrton Senna. Conforme informações de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) datada de 2001, por meio da elaboração do projeto “Morar melhor”,

12 Aglomerado subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos, palafitas, entre outros (IBGE, 2021, não paginado).

esta ação de urbanização, construiu quarenta e duas unidades habitacionais com 31,73 m² neste conjunto para os moradores removidos. A segregação imposta figura-se neste pleito.

No período analisado, outras ocupações irregulares foram produzidas, como a Vila Nossa Senhora Aparecida, esta última localizada na faixa de domínio da ferrovia, na porção Nordeste. E, circunstancialmente, estas condizem à segregação imposta, visto que seus habitantes são segregados, ao tomarem a iniciativa de ocupar estas áreas, uma vez que efetivamente não escolhem onde morar (Souza, 2013).

A segregação induzida expressa-se espacialmente em Cornélio Procópio por meio da produção urbana periférica de conjuntos habitacionais em descontinuidade ao tecido urbano, como exposto em citação anterior, fenômeno já reconhecido desde o século passado e que ainda adquire espacialidade neste recorte espacial.

A presença destas formas espaciais urbanas, ocupações irregulares e conjuntos habitacionais, revelam, sobretudo, problemas de moradia urbana, ainda que, na segunda metade do século XX, o Estado, agente modelador do espaço urbano, se mostrou atuante na aquisição de terrenos e instalação de loteamentos populares, se comparado com a produção urbana até o presente, no século atual, abordada adiante neste estudo. Dentre os quais, ilustram tal tese, os conjuntos habitacionais Jardim Panorama I (Trevisan; Santos, 1979), Fortunato Cibin (Costa, 1998), e Jardim Ayrton Senna (Beta Simão Horevicz, 2008).

O Jardim Panorama I, implantado em 1979 na porção nordeste, inicialmente situado em faixa descontínua, integrando-se à malha urbana contínua, somente em 1986 com a instalação do Jardim Panorama II, e o avanço sucessivo da malha urbana nesta direção, seguindo seus eixos indutores, quais sejam a ferrovia São Paulo-Paraná e a rodovia BR-369. Os conjuntos habitacionais Fortunato Cibin e Jardim Ayrton

Senna, erigidos na década de 1990, permanecem em área descontinua, à Noroeste do tecido urbano. Sendo assim, todos são exemplos de segregação induzida, pois a escolha por parte do poder público, das áreas mais afastadas do centro principal e de seus serviços e equipamentos urbanos, e, portanto, mais baratas para a instalação desses conjuntos, sinalizou as limitações do poder aquisitivo da população residente nos conjuntos. A exemplo dos tipos de habitações no rol de projetos aprovados pelo poder público para o conjunto habitacional Fortunato Cibin, era possível a construção de residências tipo A com 69,95 m², tipo B com 49,73 m², e tipo C com 27,67 m², a critério do proprietário. Dois lotes foram reservados para implantação de pequenas indústrias caseiras e comércio. E, algumas áreas, pertencentes ao domínio público, para a implementação do sistema de circulação, dos equipamentos urbanos e comunitários, dos espaços públicos e de áreas institucionais (Costa, 1998).

Contudo, quanto à instalação de equipamento social de saúde e de educação, equipamentos públicos de uso comum, áreas verdes, áreas de lazer, antes do final da década de 1990, este conjunto ainda não apresentava nenhuma unidade (PMCP, 1997). Quanto à distribuição de áreas verdes em Cornélio Procópio, sobretudo, na ocupação urbana das bordas periféricas, não existia previsão de áreas para estes fins, e em outros loteamentos, a área destinada não apresenta as devidas condições para esta finalidade, pois localizam-se em terrenos muito declivosos e mal posicionados com relação ao loteamento. Além disso, sobre tais áreas no espaço urbano procopense, tanto praças, quanto áreas verdes, o Plano Diretor Municipal (PMCP, 1997) já demonstrava a inexistência de equipamentos urbanos nestes espaços, tornando-os suscetíveis à ocupação irregular, prática espacial que propende até os dias atuais, visto que as ocupações irregulares ocorrem, principalmente, em áreas destinadas para fins institucionais (Correia, 2021) nos loteamentos residenciais. As áreas

institucionais consistem em praças, ginásios de esportes, áreas de lazer, escolas, postos de saúde, entre outros (Figueiredo, 1979).

Dezesseis conjuntos habitacionais foram instalados desde a década de 1960 até a década de 1990 em Cornélio Procópio (Quadro 3).

Quadro 3 – Conjuntos habitacionais implantados em Cornélio Procópio (1960-1999)

Nº	CONJUNTO HABITACIONAL	DATA	AGENTE OU INSTITUIÇÃO PROMOTORA
1	Conjunto Hab. Rosário Pitelli	1964	Sem informação
2	Conjunto Taurus	1973	Sem informação
3	Parque Residencial Vitória Régia	1976	Programa de Casas Econômicas (CEF) / Cooperativa Habitacional Vitória Régia (COHAVITORIA)
4	Jardim Panorama I	1979	COHAPAR
5	Jardim Nova Esperança	1980	COHAPAR
6	Jardim Panorama II	1986	COHAPAR
7	Conjunto Victor Dantas	1987	COHAPAR
8	Jardim Figueira	1989	Prefeitura e Associação dos Engenheiros, Arquitetos da Região de Cornélio Procópio
9	Conjunto Florêncio Rebolho	1990	COHAPAR
10	Conjunto União	1991	COHAPAR
11	Jardim Ouro Verde (Res. Ouro Verde I e II)	1991	Cooperativa Nacional de Produção de Moradias (COHESMA) / CEF
12	Conjunto Henrique Victorelli	1992	AVP – Construção Civil Ltda.
13	Conjunto Fortunato Cibin	1992	COHAPAR
14	Conjunto Varotto	1995	Sem informação
15	Jardim Ayton Senna	1998	Prefeitura
16	Vila Operário	1999	Prefeitura

Fonte: Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (1997);

Pesquisa documental: SEMPLA PMCP (2020);

Organização e elaboração: A autora (2021).

Estes exprimem a atuação de diversos agentes ligados à produção do espaço urbano, tais como: a Companhia

de Habitação do Paraná (COHAPAR), instituição que atuou algumas vezes articulada à prefeitura municipal; a Cooperativa Nacional de Produção de Moradias (COHESMA); o Programa de Casas Econômicas (Caixa Econômica Federal); a Cooperativa Habitacional Vitória Régia (COHAVITORIA); a Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Cornélio Procópio, que também atuou conjuntamente com a prefeitura; inclusive, dentre estes, por várias vezes, tem-se a presença do Estado.

Em busca de continuidades geográficas e para articular as escalas de observação, apoia-se no que explica Volochko (2018) sobre a expansão urbana brasileira na metade da década de 1960. Para este autor, além do processo de produção das periferias urbanas por meio da autoconstrução da casa própria em loteamentos irregulares e regulares, o Estado através dos Conjuntos Habitacionais das Companhias Habitacionais (COHABs) e do Banco Nacional da Habitação (BNH), iniciou sistematicamente ações de produção habitacional. Na estrutura política repressiva da ditadura militar essa estratégia significava obter controle sobre as periferias, e objetivava integrar a população ao Estado, configurando-o como tutor das classes trabalhadoras (Volochko, 2018).

Em complemento ao que foi explicado e na perspectiva de iluminar o assunto de modo interescolar, quanto à produção de moradias populares no Paraná, a Companhia de Habitação do Paraná foi fundada em 1965, empresa de economia mista, cuja coordenação e atuação dos programas habitacionais articula-se ao governo federal, à iniciativa privada, às prefeituras, e demais órgãos estaduais (COHAPAR, 2021). Identifica-se aqui um dos agentes modeladores do espaço urbano e uma breve visualização de um dos possíveis significados de sua produção habitacional em Cornélio Procópio, dada a temporalidade coincidente.

Na sequência, como exemplo precursor do fenômeno de autosegregação em Cornélio Procópio, ressalta-se a

implantação do Condomínio Residencial Via Vêneto em 1994, condomínio horizontal fechado, que ao contrário das exemplificações anteriores, localiza-se integrado à malha urbana consolidada, próximo do centro principal da cidade. Corrêa (2013) explica que a autossegregação, assim como os outros tipos de segregação, é uma política de classe, porém diferentemente, associa-se à elite e às camadas superiores da classe média, possuidoras de renda monetária alta.

A autossegregação visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas em razão dos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações. Graças a cada vez mais eficazes meios de controle do espaço, as áreas autossegregadas fornecem segurança aos seus habitantes, ampliando o status e prestígio que possuem. Essas áreas são consideradas nobres, tendo sido criadas pelo grupo de alto status social e para ele. É assim, uma política de classe que tem no espaço um ingrediente muito importante (Corrêa, 2013, p. 43).

Neste exemplo de autossegregação em Cornélio Procópio, o citado condomínio horizontal fechado possui infraestrutura de lazer e circulação privada e controle de acesso com guarita, com 24 lotes de tamanho médio de 277 m². Assim, correspondendo à concepção de Sposito e Góes (2013) são espaços residenciais fechados, murados e controlados por sistemas de vigilância, “que interceptam o tecido urbano, em função justamente das barreiras representadas por tais muros” (Sposito; Góes, 2013, p. 134).

À medida que a cidade se expandiu entre 1960 e 1999, produziu-se também alguns espaços vazios em seu tecido urbano. Estes, de acordo com o Plano Diretor Municipal (PMCP, 1997),

concentravam-se nos arredores do ribeirão São Luiz e próximo ao Estádio Municipal Ubirajara Medeiros. E a respeito dessas áreas, conforme Plano Diretor Municipal,

[...] a maioria destas áreas foram implantadas através de loteamentos nas décadas de 60 e 70, [...] e ainda hoje encontram-se vagos.

Verifica-se, portanto, a ocorrência em Cornélio Procópio de um processo de certa forma característico na economia brasileira, que é a utilização da propriedade, no caso o lote urbano, como reserva de valor.

Com relação a esta retenção da terra urbana, em processo de constante valorização, é importante salientar que esta, quando retida ociosamente acarreta prejuízo ao Poder Público e ao conjunto da economia como um todo, pois significa a imobilização e a improdutividade de investimentos realizados no espaço urbano. É necessário que o Poder Público coíba a especulação imobiliária através de legislação pertinente (PMCP, 1997, p. 105).

Na citação anterior relata-se a existência de espaços vazios¹³ e associa-os, logicamente, à prática espacial urbana de especulação imobiliária e suas consequências para este espaço urbano, do ponto de vista, dos danos causados à sociedade e ao Estado. E encerra-se o trecho apregoando o papel fundamental deste último na regulação do parcelamento e uso do solo urbano diante do avanço da urbanização de Cornélio Procópio.

Porém, no plano empírico, com relação à especulação imobiliária, presente no espaço urbano, desde o século passado,

13 Neste trecho faz-se uso do termo ‘espaços vazios’, e não ‘vazios urbanos’. Pois, “não se incluem, então, nos vazios urbanos, os lotes já resultados de parcelamento que não foram ainda edificados, embora eles também exerçam papel sobre o padrão de densidade ocupacional das cidades atuais” (Sposito; Góes, 2013, p. 56).

os resultados da pesquisa demonstram que esta prática espacial urbana é duradoura, sendo reconhecida nos dias atuais, como um dos aspectos de sua evolução urbana.

Em meio a esta contradição, cabem aqui, algumas reflexões, primeiramente, pautadas em Carlos (2013), quando esclarece a respeito do espaço urbano, enquanto valor de troca, em detrimento de seu valor de uso:

[...] a propriedade como monopólio de uma parcela do planeta faz da posse privada a condição da produção capitalista com vistas à realização do lucro, tornando a cidade uma força de trabalho para o capital e uma fonte de lucro, subsumindo o uso às condições econômicas que se orientam pela lógica da valorização. [...] a propriedade, ao longo do processo de constituição capitalista, participa do processo de valorização do capital como necessidade de expansão de sua base produtiva e como implicação de fragmentos da cidade produzidos pela lógica do mercado imobiliário que faz do solo urbano um momento do processo de valorização do capital. [...] Dessa forma, a produção capitalista, ao incorporar o solo urbano como mercadoria, transforma-o em valor de troca; nesta condição o espaço torna-se produtivo e, dessa forma, redefine a produção da cidade (Carlos, 2013, p. 104).

E a mesma autora prossegue sobre o papel mediador do Estado nesta questão:

Se a existência da propriedade esfacela a cidade limitando seu acesso, promovendo separações de usos e funções, restringindo a prática socioespacial, o que une e dá sentido a estes fragmentos é a existência do Estado, normatizando o cotidiano, legitimando a propriedade

privada do solo como direito (no plano do jurídico), direcionando o processo de valorização/desvalorização dos lugares por meio de políticas públicas e da manipulação dos orçamentos, da cooptação do conhecimento que produz o saber técnico (o que revela o caráter utilitário da ciência produtora de informação), criando o discurso que funda a lógica do crescimento e justifica a distribuição dos recursos aplicados nos espaços produtivos visando à reprodução do lucro. O sentido da intervenção no urbano une o político e o econômico a partir das estratégias que visam permitir a realização do valor que tem o Estado como orientador dos investimentos por meio da construção de infraestruturas e de normas, viabilizando a reprodução do capital. Há, portanto, uma violência inerente a esse processo de produção do espaço urbano sob o capitalismo (Carlos, 2013, p. 104).

Coloca-se assim, contraditoriamente, que a produção social do espaço, e sua apropriação privada por intermédio da propriedade, e as próprias necessidades e interesses de classe, consistem nos fundamentos do processo que produz a cidade capitalista (Alvarez, 2018). Acepções estas, que embasam, sobretudo, as espacialidades verificadas no espaço urbano procopense ao longo de sua produção.

Além de lotes urbanos vagos, todavia identificam-se áreas com uso rural no interior da malha urbana procopense (Figuras 4 e 5), os vazios urbanos¹⁴. Neste caso, são sítios (Correia, 2021), que configuram um misto de uso urbano e uso rural do espaço.

14 Vazios urbanos compreendem “glebas não loteadas que permanecem nos interstícios do tecido urbano conformado por parcelamento da terra para uso residencial, industrial e/ou comercial e de serviços, segundo a legislação que dá apoio jurídico à transformação de terra de uso rural em terra de uso urbano” (Sposito; Góes, 2013, p. 56).

Figura 4 – Instalações rurais no perímetro urbano de Cornélio Procópio (nas proximidades da Rua Ranulfo Vilela – Jardim Seminário)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 5 – Pastagem no perímetro urbano de Cornélio Procópio (nas proximidades da Rua Ranulfo Vilela – Jardim Seminário)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Nas Figuras 4 e 5, identificam-se propriedade com instalações rurais e pastagem com gado equino, fenômeno, que

segundo Sposito e Góes (2013), pode ser explicado como resultado de uma urbanização difusa que significa “não apenas a tendência de espraiamento do tecido urbano, mas também a sobreposição e a mescla de usos urbanos e rurais do espaço” (p. 57). Mais uma vez denota-se a retração do Estado em seu papel de regulador da produção espacial urbana.

Finalmente, em colocações conclusivas para este item, no tocante a responsabilidade pública no processo de expansão urbana horizontal desenvolvido até 1999 em Cornélio Procópio, exceto alguns conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, a grande expansão urbana ocorreu por meio da ação dos loteadores privados e do lote edificado pelo morador.

A estrutura de Cornélio Procópio nos séculos XX e XXI

Com este fim, qual seja, a análise da estrutura, matriz econômica e social de Cornélio Procópio, e suas principais transformações que interferiram na disposição de suas formas espaciais e, conseqüentemente, nas funções urbanas, e nesta feita, interessante para análise, pois versam muito sobre novos andamentos de sua Geografia Histórica Urbana. De modo introdutório, toma-se algumas considerações de Santos (2012, p. 55) cabíveis para este item, ao dizer que “a interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível por meio de uma análise global que possa combinar simultaneamente estas três categorias analíticas forma, estrutura e função”.

No decorrer da segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, reconhece-se na estruturação do espaço urbano, algumas mudanças decorrentes do modo de produção capitalista, cujas causalidades e efeitos espaciais envolvem as escalas intraurbana e regional, em uma perspectiva articuladora de escalas geográficas. Estas transformações espaciais consistem na ampliação da rede de transportes, no

aumento da prestação de serviços públicos, sobretudo, de saúde e educação superior, e dos estabelecimentos comerciais e industriais. Não se pretende aqui realizar uma descrição exaustiva de sua matriz econômica e social, apenas dar relevo para alguns pontos válidos de atenção para o escopo desta análise.

Para expor sobre o modo de produção industrial e suas repercussões espaciais no recorte geográfico estudado, consideram-se os apontamentos de Lima (1971), ao indicar a existência de 68 estabelecimentos industriais que empregava 471 operários em 1969. O autor explica que as indústrias de transformação correspondiam aos seguintes gêneros: madeira, mobiliário, têxtil, vestuário, calçados, artefatos de tecidos, produtos alimentares e bebidas. Também existiam outras indústrias relacionadas a estabelecimentos de minerais não metálicos, de metalurgia, de material elétrico e comunicações, e de editorial e gráfica. Predominavam as indústrias de produtos alimentares, sobretudo, de beneficiamento de café.

Quanto à criação de algumas áreas industriais na segunda metade do século passado, de acordo com informações do PMCP (1997), estas se concentram na porção Sul da malha urbana, às margens da rodovia BR-369, a maior área ocupada pelas instalações da Companhia Iguaçu desde a década de 70. E há outras áreas menores na saída para o município de Nova Fátima na PR-160. Na porção Noroeste ao longo de outro trecho da PR-160, nas imediações do Conjunto Fortunato Cibin, também se destinou uma faixa para uso industrial com a finalidade de incentivar a implantação de indústrias de pequeno porte.

Todavia, em reforço a análise da evolução urbana de Cornélio Procópio e suas permanências, se articulada às escalas geográficas, regional e nacional, e também temporais, incidindo-se na segunda metade do século passado, deve-se analisar o processo de urbanização associado à industrialização no país, pois segundo Souza (2015), nessa época, em

função das concepções vigentes relativas ao urbano, entremostrava-se a relação própria entre estes eventos geográficos. Naquele período, iniciava-se um processo de desconcentração industrial no país, visto que o Censo de 1970 já sinalizava o início do movimento descentralizador a partir de São Paulo, que redirecionava o fluxo migratório e a instalação de unidades produtivas para os municípios integrantes de sua região metropolitana, também para outros localizados no interior paulista e para outros Estados (Santoro, 2012). Nos anos 1980 a dispersão industrial no país era fomentada, especialmente, por fatores como “guerra fiscal, oferta de terrenos pelos municípios, investimentos em estruturas regionais de transporte, oferta de mão-de-obra barata” (Santoro, 2012, p. 86). No recorte espacial em questão, alguns destes fatores locacionais para instalação industrial são levantados como necessários para tal feita, no Plano Diretor Municipal (1997, p. 106-7): “Embora os parques industriais ainda necessitem de alguma infra-estrutura como pavimentação, rede de galerias e inclusão na área de tarifa básica telefônica, possuem condições de suportar empresas que aqui estejam interessadas em se instalar”.

Na escala regional, o município integra uma mesorregião com débil dinamismo industrial, em comparação às outras mesorregiões (PMCP, 2007), contudo, durante o processo de desconcentração industrial brasileira e da emergente urbanização no país no século passado, ambos os fenômenos geográficos tiveram forma em território procopense. Em 1967, no momento em que se verificava o enfraquecimento da economia cafeeira na região, fundou-se a Companhia Iguazu de Café Solúvel por um grupo de cafeicultores. Sua inauguração oficial aconteceu em 1971 às margens da BR-369, funcionando com atividades de produção e comercialização. E, no decurso temporal até os dias atuais, essa unidade fabril passou por diversas transformações tecnológicas e administrativas que

a caracterizam hoje como uma empresa de capital fechado, produtora e exportadora de café solúvel, e pertencente a uma corporação japonesa (Iguaçu, 2020).

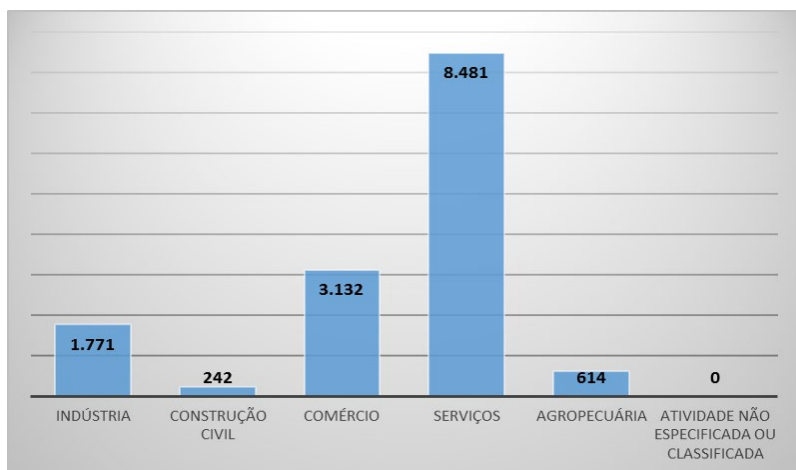
Outra indústria de grande porte que atuou no município, trata-se da Kanebo Silk do Brasil, esta atinge a produção de 360 toneladas de fio de seda ao ano, destinada à exportação (PMCP, 2007). Com atuação em vários municípios da região, a empresa realizava a compra da produção dos sericultores, pequenos produtores de bicho-da-seda no Norte Pioneiro Paranaense, considerada a região produtora mais antiga desta matéria-prima no Estado (Folha de Londrina, 2001), entretanto, atualmente a empresa não desenvolve mais atividades no município.

No entrelaçamento das escalas geográficas, Garbossa e Silva (2016) explicitam que em âmbito nacional, as transformações no modelo de produção, isto é, a produção industrial e o setor agroexportador, receberam grandes investimentos internos nos anos 1970. As mudanças incididas sobre o modo de produção capitalista do país transformou o espaço urbano tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Os mesmos autores asseguram que nessa envergadura ampliou-se a rede de serviços de transporte, e teve-se um aumento das instituições de serviços públicos, de saúde, de comércio, financeiros etc.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2020), em 2018 o uso industrial da terra em Cornélio Procópio confirma-se por meio da existência de 105 estabelecimentos industriais, divididos em indústria de extração de minerais (2), indústria de transformação (102) e serviços industriais de utilidade pública (1). Além disso, para avultar tal aspecto no sentido de determinar o que é permanência e o que é ruptura, relativo a este mote, torna-se válido apreender o modo como ocorre a distribuição dos postos de emprego segundo as atividades econômicas e os grandes

setores do IBGE¹⁵: indústria; construção civil; comércio; serviços; agropecuária e atividade não especificada ou classificada, aclara tal raciocínio (IPARDES, 2020) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Número de empregos (RAIS)¹⁶ por grandes setores do IBGE em Cornélio Procópio (2018)



Fonte: Organizado a partir de Caderno Estatístico Município de Cornélio Procópio – IPARDES, 2020.

15 Os grandes setores do IBGE dividem-se em subsetores, da seguinte forma: INDÚSTRIA – extração de minerais; transformação; serviços industriais de utilidade pública. TRANSFORMAÇÃO – minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; elétrico, comunicações; material transporte; madeira, mobiliário; papel, papelão, editorial, gráfica; borracha, fumo, couro, peles, similares, indústria diversa; química, farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas, matérias plásticas; têxtil, vestuário, artefatos tecidos; calçados, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico. COMÉRCIO – varejista; atacadista. SERVIÇOS – instituições de crédito, seguros, capitalização; administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar atividade econômica; transporte e comunicações; serviços alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino; administração pública direta e indireta (IPARDES, 2020).

16 Relação Anual de Informações Sociais, gerido pelo Ministério da Economia (RAIS, 2020), que consiste em uma das principais fontes de informação sobre o mercado formal brasileiro.

A maioria dos empregos corresponde à prestação de serviços e ao desenvolvimento do comércio, e na sequência aparecem os setores da indústria, agropecuária e construção civil. Estas informações recaem sobre as profundas transformações da estrutura agrária e das atividades agrícolas no município que gestaram significativas mudanças em seu arranjo espacial urbano. Na escala espaço-temporal analisada, a drástica redução da população rural e as consequentes alterações da divisão territorial do trabalho está representada no gráfico anterior, pois após a modernização da agricultura, este setor gerou menos postos de emprego, como expressado no Plano Diretor Municipal (1997, p. 87) sobre seus efeitos na década de 1970: “A recessão da economia municipal continuava a se agravar. A falta de empregos nas atividades agrícolas, comerciais e industriais agravou o problema da saída de jovens em busca de oportunidades de trabalho”. Isto significou ao longo do tempo uma ruptura na sequência evolutiva deste processo espacial no espaço rural do município, originando notáveis consequências para o urbano, visto que nos dias atuais, o maior número de empregos é comportado por três grandes setores, serviços, comércio e indústria, circunscritos ao espaço urbano.

Os dois grandes setores, serviços e comércio, apresentam destaque explicativo, pois conforme as informações estatísticas apresentadas no Gráfico 3, estes abrangem o maior número de empregos no município. Ademais, uma análise rápida de estudo do IBGE realizado em 2018, que atualiza periodicamente o quadro de referência da rede urbana brasileira¹⁷ revelam-se alguns aspectos de certo nível de centralidade urbana exercido factualmente por tais setores na cidade. Sem a pretensão de aprofundamento do assunto neste texto, o que levaria a outro direcionamento do estudo, resumidamente pode-se perceber que Cornélio Procópio, classificado como Centro Sub-Regional

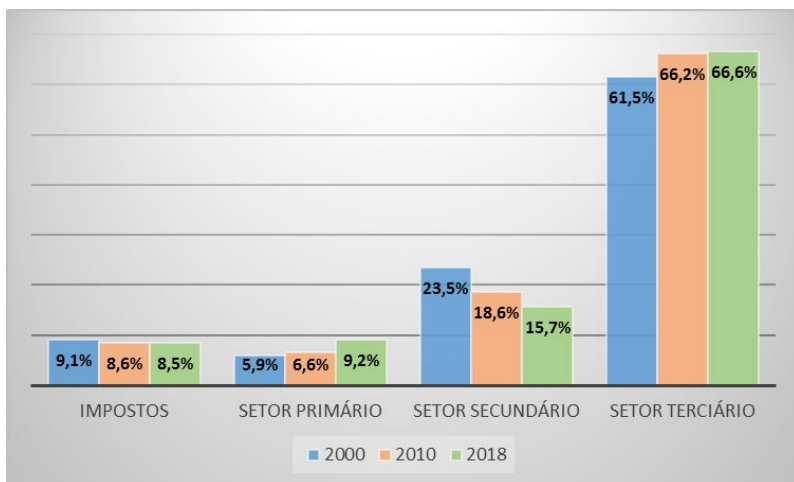
17 IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2018. (IBGE, 2020).

B, na definição hierárquica urbana do IBGE, significando cidade com “atividades de gestão menos complexas [...] de menor porte populacional [...] apresenta média nacional de 70 mil habitantes, maiores no Sudeste (85 mil) e menores no Sul (55 mil)” (IBGE, 2020, p. 11). Neste estudo, seus resultados intermediários e suas análises temáticas, também representados cartograficamente, expressam alguma tipologia de centralidade (com variação de intensidade e frequência) para Cornélio Procópio, indicando-se centralidade de comércio e serviços, centralidade da saúde, centralidade de Ensino Superior (IBGE, 2020).

Ilação similar é possível obter por meio de breve análise evolutiva do Produto Interno Bruto¹⁸ (PIB) do município nos anos 2000, 2010 e 2018, com destaque para participação de cada setor econômico e da arrecadação de impostos (Gráfico 4).

18 “O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos, estado ou cidade, geralmente em um ano. [...] O PIB não é o total da riqueza existente em um país. Esse é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional. Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. Se um país não produzir nada em um ano, o seu PIB será nulo” (IBGE, 2021, não paginado).

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto de Cornélio Procópio nos anos 2000, 2010 e 2018



Fonte: Organizado a partir de SIDRA IBGE (2021); Produto Interno Bruto dos Municípios IBGE (2021).

A representação acima ratifica que o setor terciário vem detendo ao longo das duas últimas décadas a maior participação do PIB municipal, variável que reforça a sua centralidade de comércio e serviços. Observa-se ainda que, a contribuição do setor terciário para o PIB municipal se elevou, na comparação entre 2000 e 2010, e teve um ligeiro aumento em 2018, se comparado à 2010. Em seguida aparece a segunda maior participação do setor secundário (indústria), que nos anos apresentados, demonstra redução de sua contribuição. A arrecadação de impostos ocupa a terceira posição, demonstrando leve diminuição. E por último, o setor primário (agropecuária), que registrou um pequeno aumento se comparados os anos 2000 e 2010, e um aumento maior em 2018, comparando-se aos demais anos indicados.

Assim, do grande setor serviços, dedica-se atenção aos subsetores voltados aos serviços médicos e ao ensino,

considerando a espacialidade de estabelecimentos hospitalares e equipamentos públicos e privados de educação superior na cidade na última década do século XX e no presente.

A prestação de serviços médico-hospitalares, segundo panorama apresentado no Plano Diretor Municipal (1997, p. 253) indica-se no seguinte trecho:

No setor de saúde, Cornélio Procópio se destaca como centro de atividade médico-hospitalar, centralizando o atendimento de toda região. A concentração de grande número de profissionais caracteriza a cidade como núcleo prestador de serviços médicos especializados nas áreas de cardiologia, pediatria, otorrinolaringologia, oftalmologia, dermatologia, urologia, ginecologia, obstetrícia, radiologia, anestesia, nefrologia, pneumologia, endocrinologia, ortopedia, neurocirurgia e cirurgia geral, com um total de 53 médicos, numa relação de um médico para 880 habitantes, sendo que o índice recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de um médico para cada 660 habitantes (PMCP, 1997, p. 253).

Sendo assim, quatro estabelecimentos hospitalares funcionavam na cidade, um de caráter regional, de cunho filantrópico, a Santa Casa de Misericórdia, e mais três privados, o Hospital Cristo Rei, a Casa de Saúde Dr. João Lima, e a Clínica Médica Carazzai (PMCP, 1997; PMCP, 2007).

Até o presente, no século XXI, houve o aumento das instalações hospitalares com a construção do Hospital Regional de Cornélio Procópio, ainda não concluído, cujo convênio federal foi assinado em 2010, com previsão de ser concluído no segundo semestre de 2021, e quando em funcionamento, informa o atendimento para todos os municípios da 18ª Regional de Saúde, sediada também nesta cidade (Agência de Notícias do Paraná,

2021), com jurisdição sobre vinte e três municípios circunvizinhos (PMCP, 2007).

Demonstrando uma permanência no espaço, a presença dos equipamentos de prestação de serviços de educação superior teve algumas modificações desde o século passado até os dias atuais¹⁹. Desde 1966, com o início das atividades de Ensino Superior na cidade, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) permaneceu por quatro décadas em funcionamento, quando em 2006 angariou expressiva mudança.

Esta transformação condiz à criação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Conforme Lei nº 15.300 de 28 de setembro de 2006 e autorização por Decreto Estadual nº 3909/2008, esta instituição está sediada na cidade de Jacarezinho e possui três campi nas cidades de Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procópio. Desde então, reúne as antigas Instituições de Ensino Superior do Norte Pioneiro Paranaense: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA), Faculdade de Educação Física e Fisioterapia de Jacarezinho (FAEFIJA), Faculdade de Direito do Norte Pioneiro (FUNDINOPI), Fundação Faculdades Luiz Meneghel (FFALM) e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio (FAFICOP) (Portal UENP, 2021a).

Nos anos 2000, a cidade passou a sediar mais um estabelecimento de Ensino Superior público, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pois, em 1998, a diretoria do extinto Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR) lançou um projeto para transformação da instituição em universidade tecnológica, assim passados

19 Quanto às instituições privadas de Ensino Superior em Cornélio Procópio, em 2001 instalaram-se as primeiras (PMCP, 2007), a Faculdade Cristo Rei (Faccrei) e a Faculdade Educacional de Cornélio Procópio (Faced), ambas do mesmo grupo, e atualmente, verificam-se mais cinco estabelecimentos: Faculdade Dom Bosco, Unopar, Unifil, Faculdade de Ensino Superior Km 125 (Fakcen do grupo Uniesp) e Unicesumar.

sete anos de preparação e com o aval do governo federal, este projeto transformou-se em lei em 2005 (Portal UTFPR, 2021a). Conforme Portal UTFPR (2021a), a UTFPR está distribuída em treze cidades paranaenses: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo.

De acordo com o Ministério da Educação (Portal MEC, 2021), o credenciamento como universidade implica na prerrogativa de autonomia, e a instituição caracteriza-se pela indissociabilidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desse modo,

São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

- I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional;
- II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e
- III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral (Portal MEC, 2021, não paginado).

Neste item, ressalta-se a relevância da presença de duas universidades públicas na cidade de Cornélio Procópio, porquanto, estudos recentes abalizam que “em diversos países sua instalação está ligada também ao desenvolvimento urbano e regional, especialmente de cidades médias e pequenas, promovendo com relativo sucesso, a modernização da estrutura urbana e econômica dessas cidades” (Baumgartner, 2015, p. 91).

Também se inteira, segundo Caldarelli *et al.* (2017), que sendo alvo da pesquisa econômica desde 1960, a Educação contribui para o crescimento e desenvolvimento das nações. Segundo os autores, no contexto regional, as universidades significam célebres promotoras do desenvolvimento regional, e “quando estão alinhadas às demandas regionais, criam riqueza e promovem o crescimento econômico” (p. 25).

Baumgartner (2015) explica que a importância do papel das universidades na reestruturação urbana e das cidades deve-se de um lado em função da movimentação de recursos financeiros, e de outro, em virtude da transformação da dinâmica intraurbana que impacta a circulação, a moradia, os usos etc., e por assim dizer, o cotidiano urbano.

A vinculação entre a cidade e o espaço urbano de Cornélio Procópio e as universidades públicas, uma estadual e uma federal, tece-se em um encadeamento de transformações socioespaciais, que muito se assemelham às ponderações feitas acima, e são dignas de abordagem específica em análise futura. Para o momento, merecem destaque dois eventos com significativo potencial para alavancar o dinamismo e o crescimento urbano, dentre outras transformações espaciais, também em escala regional, e de tal modo, a menção deles é relevante neste estudo.

Um deles refere-se à instalação do Parque Científico e Tecnológico da UTFPR de Cornélio Procópio às margens da BR-369 na saída em direção ao aeroporto, empreendimento que segundo Portal UTFPR (2021b) gerará empregos de alta qualificação e renda para a cidade. Já conhecido por esta instituição, o potencial das áreas de Tecnologia da Informação, Automação, Elétrica, Eletrônica e Mecânica, para estimular iniciativas empreendedoras com alta sofisticação de produção e alto impacto tecnológico, que será reproduzido amplamente na cidade e na região, quando esta iniciativa foi realizada (Portal UTFPR, 2021b).

A primeira etapa das obras do Parque Científico e Tecnológico, o bloco administrativo, concluiu-se em 2020. E para o mesmo ano indicou-se a previsão de sua continuidade com as demais etapas para edificação deste bloco, a ser finalizado em 2022 (Portal UTFPR, 2021c).

Sobre algumas parcerias envolvidas na concretização deste empreendimento de impacto, que além dos efeitos já apontados, também se configura como um fator indutor da expansão urbana, podem ser referidas até o presente: a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio com a dotação de infraestrutura urbana na área das futuras instalações do parque; a Companhia Paranaense de Energia (Copel) com a distribuição de energia elétrica e internet que servirão ao parque; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com pesquisas a respeito das potencialidades econômicas e um plano de ações para consolidar um ecossistema de inovação regional; a UENP, que juntamente com a UTFPR, na cidade, atuam na criação de um MBA em Inovação e Negócios a ser desenvolvido futuramente no Parque (Portal UTFPR, 2021b).

Outro evento, trata-se da implantação do curso de Medicina na UENP. Consonante ao escopo de desenvolvimento de sua área de abrangência, a partir de Cornélio Procópio, a universidade projeta irradiar as atividades de atendimento do referido curso para as cidades de Bandeirantes, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e São Jerônimo da Serra (Portal UENP, 2021b).

Segundo o Portal UENP (2021b), Cornélio Procópio, cidade a sediar o curso de Medicina, foi selecionada por comportar aspectos técnicos, como quantidade suficiente de estabelecimentos de saúde, de médicos em diversas especialidades e de atendimentos. A preparação do projeto desse curso envolveu a ação conjunta de profissionais do setor da saúde na região e da comunidade acadêmica universitária (docentes, agentes

universitários e estudantes), que delinearão seu funcionamento prospectivo por meio de um modelo descentralizado na escala regional do Norte Pioneiro Paranaense.

Para concluir este item, como já se ratificou anteriormente, as modalidades de transporte ferroviário e rodoviário compõem o arranjo espacial de Cornélio Procópio, enquanto indutores de sua evolução urbana, e como eixos de conexão regional e nacional na rede viária do país. Como incremento de sua estrutura atual, mesmo também pelo que já foi tratado neste item, a respeito das contundentes evidências de transformações espaciais vindouras, deve-se citar a participação da cidade na rede aeroviária do Paraná com o uso mais efetivo do Aeroporto Municipal Dr. Francisco Lacerda Junior por meio da realização de voos comerciais interligando algumas cidades do interior do Estado (PMCP, 2007; Portal G1, 2021). “São aviões para até 12 passageiros, mais piloto e copiloto, com rotas ligando cidades como Arapongas, Apucarana, Campo Mourão e Cornélio Procópio até Curitiba” (Portal G1, 2021, não paginado). Administrado pela Autarquia Municipal de Serviços e Produção (AMUSEP) e pela Secretaria Regional de Aviação Civil (SERAC 5), o aeroporto tem capacidade para pousos e decolagens de pequeno e médio portes (PMCP, 2007). No entanto, “algumas rotas aéreas e até mesmo a ampliação do aeroporto estão comprometidas pela ocupação inadequada de seu entorno, gerando interferência no cone de aproximação das aeronaves” (PMCP, 2007, p. 109).

Para finalizar, o exame deste item, permite compreender que a estrutura inicial de Cornélio Procópio, predominantemente agrícola, alterou-se profundamente no decorrer da segunda metade do século passado pelos motivos já discorridos neste estudo, gerando, a complexidade, das já colocadas mudanças de suas formas espaciais e funções urbanas. No período recente, as informações sobre os setores empregatícios e a

distribuição do número de empregos por grande setor do IBGE corroboram tal realidade espacial, ou seja, ressalta-se o peso dos grandes setores de serviços, comércio e indústria, com o predomínio de funções essencialmente urbanas. Doravante, apontou-se a partir de projetos já iniciados, as significativas transformações no setor de serviços médico-hospitalares e de Ensino Superior público, e os seus respectivos desdobramentos espaciais, destacados neste item, que certamente incidirão em favor de uma requalificação da matriz social e econômica da cidade de Cornélio Procópio na região em que está inserida. Por fim, sendo possível entender conforme Santos (2012), que os movimentos de uma totalidade social alteram os componentes da sociedade, que por sua vez alteram os processos, levando a novas funções. Segundo este autor, o mesmo ocorre com as formas geográficas que ao modificarem seu valor, incitam as transformações espaciais em atendimento às transformações da sociedade.

A expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (2000-2021)

Nos anos 2000 a taxa de urbanização de Cornélio Procópio foi 91,08%, a segunda mais alta do Norte Pioneiro Paranaense (PMCP, 2007), registrando crescimento nessa década, pois em 1991 a taxa era 85,83% (Atlas Brasil, 2020). Na década seguinte a taxa de urbanização também apresentou crescimento, passando de 91,08% em 2000 para 94,42% em 2010 (Atlas Brasil, 2020).

Evidenciando espacialmente estas taxas, a produção urbana procopense até o presente, no século XXI, é apresentada abaixo (Quadro 4). Durante a primeira década dos anos 2000 teve-se a criação de dez unidades urbanas em Cornélio Procópio. Neste decênio ampliou-se o fenômeno da autosegregação

pela implantação de dois condomínios horizontais fechados, o Condomínio Lago do Bosque e o Residencial Porto Imperial.

Quadro 4 – Unidades urbanas em Cornélio Procópio no período de 2000 a 2021

Nº	UNIDADE URBANA	DATA
1	Jardim Alvorada	2000
2	Jardim Vale Verde I	2003
3	Conjunto Pioneiro João Rocha	2004
4	Conjunto Habitacional Sebastião Cunha	2004
5	Condomínio Lago do Bosque	2005
6	Jardim dos Pioneiros	2006
7	Jardim Veneza I	2007
8	Jardim Veneza II	2007
9	Conjunto Habitacional José Tibúrcio	2008
10	Conjunto Padre Paulo Broda	2008
11	Residencial Porto Imperial	2008
12	Conjunto Habitacional Doutor João Lima	2010
13	Residencial das Orquídeas	2010
14	Jardim Beile Bergamasco	2011
15	Jardim Porto Bello I	2011
16	Jardim Porto Bello II	2011
17	Jardim Vale Verde II	2011
18	Conjunto Habitacional Prof. ^a Martha Dequêch	2011
19	Conjunto Habitacional José Benedito Catarino I	2012
20	Jardim Vale do Sol I	2012
21	Jardim Vale do Sol II	2012
22	Loteamento Segabinazi	2012
23	Jardim Santa Rosa I	2013
24	Jardim Santa Rosa II	2013
25	Jardim Santa Rosa III	2013
26	Residencial Royal Park	2013
27	Residencial Maanaim	2013
28	Residencial Vale das Margaridas	2013
29	Royal Garden Residence	2013
30	Residencial Atlântico I	2013
31	Residencial Estância da Marlene	2014
32	Residencial Ivany Paiva Gatti	2014
33	Jardim Novo Horizonte	2015
34	Residencial Águas do Vale	2016
35	Jardim Morumbi II	2016

[continua]

Nº	UNIDADE URBANA	DATA
36	Jardim Campo Belo	2016
37	Condomínio Fidélis Gabriel de Souza	2016
38	Loteamento Francisco Amâncio	2017
39	Loteamento Maurício de Rosís	2019
40	Conjunto Habitacional José Benedito Catarino III	2019

Fonte: SEMPLA PMCP (2020); Correia (2015); Correia (2021); Pesquisa de campo (2019);

Organização e elaboração: A autora (2021).

Na sequência temporal da expansão territorial urbana de Cornélio Procópio, entre os anos 2010 e 2021, edificaram-se mais quatro espaços residenciais fechados. Desses, três são condomínios horizontais fechados, o Residencial das Orquídeas, o Royal Garden Residence, e o Condomínio Fidélis Gabriel de Souza, e um loteamento fechado, o Residencial Águas do Vale. Produtos imobiliários que manifestam a continuidade geográfica da prática espacial autosssegredora na cidade através da escolha de algumas parcelas da população por residir em: “Áreas habitacionais urbanas cercadas por muros, às quais o acesso de não moradores é autorizado ou não segundo sistemas de controle e vigilância, bem como sob regras estabelecidas pelos proprietários e/ou locatários dos terrenos ou imóveis edificadas nesses espaços” (Sposito; Góes, 2013, p. 62).

No plano técnico-jurídico regido pela Lei 4.591/1964, no condomínio fechado, “toda a área é privativa, ou seja, além do lote, as vias de circulação e espaços comuns são de propriedade dos moradores. A parte de cada um é definida de acordo com um cálculo cujo resultado se chama fração ideal” (Schmitt, 2016, não paginado).

Ainda sobre condomínio e loteamento fechados, Rodrigues (2013) explica a respeito de suas diferenças. No caso do primeiro, trata-se de condomínio, por significar domínio conjunto, portanto, obedece a legislação condominial, sendo que:

[...] os condôminos são proprietários de fração ideal de terrenos e coproprietários (cota-parte) das áreas de circulação, de áreas livres e, portanto, responsáveis por sua manutenção. São o que se pode denominar de áreas de uso coletivo, pertencem àquela coletividade. Sobre ruas, praças e unidades habitacionais incide o IPTU (Rodrigues, 2013, p. 153).

Quanto ao segundo, a autora prefere o termo ‘loteamentos murados’ para definir estas formas espaciais, uma vez que, de acordo com ela, “pela lei brasileira atual os loteamentos fechados são ilegais” (Rodrigues, 2013, p. 152). Em sujeição à Lei 6.766/1979, os loteamentos fechados “consistem na subdivisão de uma gleba (área maior) em lotes (áreas menores), com abertura de novas vias. Ao final, o perímetro da gleba é cercado ou murado” (Schmitt, 2016, não paginado).

Contudo, as vias no interior dos loteamentos fechados são públicas e embora o poder público municipal possa fazer uma concessão administrativa para a Associação dos Moradores para fechamento, manutenção e conservação das vias, e ainda, que haja tal concessão, segundo Schmitt (2016, não paginado) “a portaria não pode impedir o acesso de terceiros estranhos aos empreendimentos, pois as áreas internas são públicas”.

Assim, não se deve impedir o livre acesso dos cidadãos, bem como o seu direito de ir e vir, entretanto, considera-se ser este direito desafiado pela expansão dos loteamentos murados no tecido urbano das cidades no país, ainda que estes sejam considerados inconstitucionais (Rodrigues, 2013). De acordo com esta autora, como estratégia para lograr a fiscalização, geralmente são chamados de condomínios, e sendo um produto mais lucrativo do que os condomínios fechados, o setor de incorporação imobiliária investe em sua propagação. É considerado um produto imobiliário mais lucrativo por que “as áreas

públicas (ruas, praças e uso institucional) não são entregues à municipalidade e sobre as quais não incide o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)” (p. 153). Ainda, tratando-se, no caso, dos loteamentos murados de uma apropriação privada de áreas públicas. E concluindo, sobre ambos, loteamentos fechados e condomínios fechados, “ao supostamente garantir a segurança, o setor imobiliário desqualifica as funções e o papel do Estado como responsável pela “segurança”” (p. 152).

Adiante na análise sobre a produção urbana de moradias populares, nas duas décadas analisadas (Quadro 5), constata-se o seguinte:

Quadro 5 – Conjuntos habitacionais implantados em Cornélio Procópio (2000-2021)

Nº	CONJUNTO HABITACIONAL	DATA	AGENTE OU INSTITUIÇÃO PROMOTORA
1	Conjunto Pioneiro João Rocha	2004	COHAPAR
2	Conjunto Hab. Sebastião Cunha	2004	COHAPAR
3	Conjunto Habitacional José Tibúrcio	2008	Prefeitura
4	Conjunto Padre Paulo Broda	2008	Prefeitura
5	Conjunto Hab. Doutor João Lima	2010	Prefeitura/COHAPAR
6	Conjto. Hab. Prof. ^a Martha Dequêch	2011	COHAPAR
7	Conjto. Hab. José Benedito Catarino I	2012	APROMO (PMCMV)
8	Conjto. Hab. José Benedito Catarino III	2019	APROMO (PMCMV)

Fonte: Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio (1997);

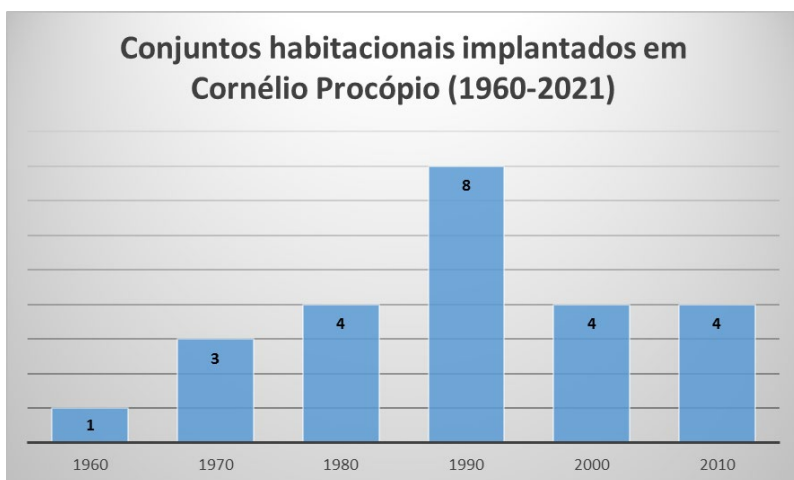
Pesquisa documental: SEMPLA PMCP (2020).

Organização e elaboração: A autora (2021).

Até o presente, neste século, há permanência da produção de unidades habitacionais populares, envolvendo uma diversidade menor de agentes produtores do espaço urbano, porém verifica-se que a produção deste tipo de forma espacial urbana teve uma desaceleração. Pois, foram construídos apenas oito conjuntos habitacionais em duas décadas (2000-2020), em comparação ao século XX, no período 1960-1999, em

que somente na década de 1990, instalaram-se oito conjuntos (Gráfico 5). Assim, a produção de habitações populares até hoje, permanece na média de quatro conjuntos por década. Contudo, mostra-se inferior às instalações de conjuntos habitacionais década de 1990, quando se intensificou a produção de moradias, a fim de mitigar o déficit habitacional, decorrente das décadas anteriores ao emergir o processo de urbanização.

Gráfico 5 – Evolução da implantação de conjuntos habitacionais em Cornélio Procópio (por década)



Fonte: Pesquisa documental SEMPLA PMCP (2020).

Organização e elaboração: A autora (2021).

Ainda em termos comparativos a respeito da evolução da implantação de conjuntos habitacionais em Cornélio Procópio pode-se relacionar o número de lotes habitacionais produzidos desde as duas últimas décadas do século XX até 2020 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Número de lotes habitacionais em conjuntos habitacionais (por década)



Fonte: Pesquisa documental SEMPLA PMCP (2020).

Organização e elaboração: A autora (2021).

Considerando que no final do século passado, evidentemente, a produção em quantidade de lotes habitacionais foi superior ao século atual, considera-se que uma parcela maior da população que necessita de moradia foi atendida, sendo 3.256 lotes habitacionais nas décadas de 1980 e 1990, e nos decênios seguintes, 2000 e 2010, totalizaram-se 1.582²⁰, menos da metade do que se produziu no período anterior.

Outra comparação necessária refere-se ao fato de que no período que compreende quatro décadas, entre 1960 e 1999, a ocupação urbana de Cornélio Procópio materializou-se, principalmente, por meio da instalação de cinquenta e uma unidades urbanas para uso residencial, predominantemente. E no período composto por duas décadas, entre 2000 e 2020, a expansão

²⁰ Quantidade de lotes habitacionais informados conforme projetos urbanísticos aprovados para implantação dos conjuntos, considerando que alguns empreendimentos ainda se encontram em fase de implantação, como por exemplo, o Conjunto Habitacional José Benedito Catarino III, e o Conjunto Habitacional Prof.^a Martha Dequêch, em que se construiu apenas a primeira etapa até o momento.

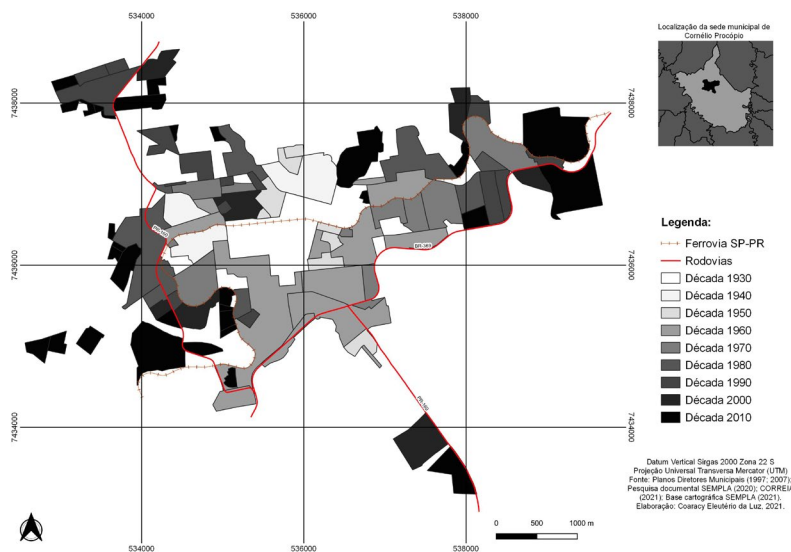
urbana horizontal, teve o acréscimo de quarenta unidades urbanas com predomínio de uso residencial. Então, neste último período, em duas décadas, a produção espacial urbana intensificou-se expressivamente, comparado à segunda metade do século XX, compreendendo quatro décadas. Nas duas últimas décadas, trinta e duas²¹ unidades urbanas correspondem às áreas residenciais empreendidas, geralmente, por incorporadoras e construtoras, pequenas incorporadoras familiares e proprietários fundiários que implantaram loteamentos residenciais abertos, loteamento fechado e condomínios horizontais fechados. Neste *boom* imobiliário, estes agentes modeladores do espaço urbano, procedentes ou não do município, orientaram a expansão da malha urbana procopense a partir da lógica do capital.

Na produção urbana procopense os agentes e processos pertencentes à escala local são característicos da existência de um mercado imobiliário: “[...] estritamente local, geralmente sob controle de empresas comandadas por famílias influentes na região, que transferiam capitais acumulados em outros segmentos para investimentos em incorporação e construção” (Sanfelici, 2018, p. 126). Já sobre os agentes não provenientes da escala local, alguns processos de implantação de loteamentos residenciais abertos e condomínios horizontais fechados envolvem a atuação de empresas do setor imobiliário de algumas cidades do interior paulista e de outras regiões do Paraná. Há a demonstração, neste caso, de um processo de “expansão geográfica de empresas de construção e incorporação, que passam a buscar estratégias de diversificação regional” (p. 126).

21 Em levantamento inicial, de acordo com pesquisa documental no setor de arquivo da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA), realizada entre os meses agosto de 2020 e março de 2021, foi verificado um número maior de unidades urbanas para este período através da documentação examinada. Contudo, segundo Correia (2021) alguns empreendimentos imobiliários foram cancelados, e por esta razão não foram concretizados.

Dando prosseguimento à expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (Mapa 6), no século atual a ocupação urbana localizou-se mormente nas bordas periféricas, e também nas proximidades dos eixos de comunicação que já possuíam alguma produção urbana residencial ou naqueles trechos não integrantes do perímetro urbano. Segundo Correia (2021), o perímetro urbano ainda é regulado pela Lei Complementar nº 088/2008, no entanto, à medida que o tecido urbano cresceu, novas áreas foram incorporadas ao perímetro urbano por meio de lei individual para tais ampliações pontuais e, desse modo, nova lei está sendo desenvolvida.

Mapa 6 – Expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (de 1930 a 2021)



Fonte: Plano Diretor Municipal (1997); Plano Diretor Municipal (2007);

Pesquisa documental: SEMPLA PMCP (2020);

Elaboração: A autora (2021).

Nas décadas 2000 e 2010 é possível observar a produção urbana com uso residencial predominante no interior da malha urbana consolidada, e ainda, às margens da rodovia BR-369, à Leste da sede municipal, ao longo da rodovia PR-160, nas porções Sudeste, Sudoeste e Noroeste. Adjacente à ferrovia São Paulo-Paraná, também se identificam alguns trechos, ocupados durante as décadas analisadas.

Na porção Sudoeste a partir da ferrovia e ultrapassando a rodovia PR-160 configura-se uma nova área de expansão urbana, assim como em sua porção Sudeste às margens da PR-160, e na porção Nordeste ao longo da ferrovia e da rodovia BR-369.

Neste ínterim, em todas as direções que a cidade se expandiu houve alguma ampliação pontual do perímetro urbano, demonstrando um crescimento em contradição à legislação urbanística vigente que dispõe sobre o perímetro urbano e com os termos do último Plano Diretor Municipal (2007) que estabelece, dentre outros, o zoneamento de uso e ocupação do solo por meio de Lei Complementar nº 090/2008²², o mapa de zoneamento urbano e, por conseguinte, o plano de expansão da cidade.

Além disso, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelecer diretrizes gerais da política urbana, em seu artigo 42-B, também rebate alterações eventuais, desprovidas de embasamento técnico, planejamento, ordenamento territorial prévio, e medidas de mitigação, de compensação ou contrapartidas financeiras que pleiteiam única e exclusivamente beneficiar particulares, causando enriquecimento sem causa. Assim, a normativa federal rege que: “Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta

22 Para obter mais informações verificar: PMCP. **Plano Diretor Municipal** – Cornélio Procópio. 2007.

Lei deverão elaborar projeto específico” (Cardozo *et al.*, 2012, não paginado).

Ambas, as legislações mencionadas, foram promulgadas no decorrer do século atual, embora não coexistam integralmente ao período analisado, abrangem a maior parte da produção urbana, instalada contraditoriamente ao disposto em tais legislações urbanísticas.

Outro ponto observado no Mapa 6 refere-se à continuidade da produção urbana periférica em descontinuidade ao tecido urbano consolidado. Esta prática ocorre nas porções Noroeste e Sudoeste com a instalação de loteamentos residenciais abertos e conjuntos habitacionais, e na porção Sudeste, por meio da construção de condomínio horizontal fechado e loteamento residencial aberto.

A seletividade espacial das áreas expõe certa valorização devido aos produtos imobiliários já instalados e em função de futuros empreendimentos de impacto em suas adjacências. Dessa maneira, nas porções Sudeste e Nordeste, onde primeiro a ocupação das bordas periféricas adveio com a instalação de condomínios horizontais fechados, o Condomínio Lago do Bosque e o Residencial Porto Imperial, respectivamente, posteriormente instalaram-se loteamentos residenciais abertos, o Residencial Maanain na porção Sudeste, e o Residencial Atlântico I e o Residencial Ivany Paiva Gatti na porção Nordeste. Inclusive, no caso desta última, considerando a proximidade das futuras instalações do Parque Científico e Tecnológico, como um destacado elemento de valorização.

Referentes à outra lógica de localização, nas bordas periféricas das porções Noroeste e Sudoeste, e em faixa descontinua, predominam os conjuntos habitacionais, dentre estes, o Conjunto Habitacional José Benedito Catarino (I e III), projeto habitacional no âmbito do Programa Minha Casa,

Minha Vida – Entidades (Correia, 2021; Secretaria Nacional de Habitação, 2016).

Na cidade de Cornélio Procópio também se evidencia a continuidade geográfica decorrente dos impactos no setor habitacional causados pelo Programa Minha Casa Minha Vida²³, lançado pelo governo federal em 2009. Quando projetado possuía como finalidade explícita o enfrentamento à crise econômica de 2008, e consiste na primeira política habitacional com subsídios federais. Idealizado pelo Ministério da Casa Civil do governo federal de Dilma Rousseff, tendo como parceiros grandes empresários do setor, o programa apresenta regras para securitização de empréstimos. Este programa findou uma reforma do financiamento imobiliário, já ensejada por meio de diversas medidas político administrativas desde os anos 1990. Também almejava evitar o resultado calamitoso, característico das instituições centrais do setor que atuavam durante o regime ditatorial, quais sejam o Banco Nacional de Habitação, o Plano Nacional de Saneamento e a Agência Nacional de Transporte Urbano (Maricato, 2015). Este autor explica que se recuperou a visão empresarial da política habitacional para construção de novas casas, simplesmente desconsiderando o espaço urbano e a cidade²⁴ em sua totalidade, e a questão fundiária permanecendo intocada, aspecto este digno de apreço, visto que ao se realizar uma política

23 A presença do Programa Minha Casa, Minha Vida no recorte estudado ainda necessita de aprofundamento investigativo, pois de acordo com Correia (2021) sabe-se da existência do uso de dos recursos oriundos do programa em outras áreas residenciais. Contudo tais informações devem ser levantadas de forma sistematizada em estudos futuros.

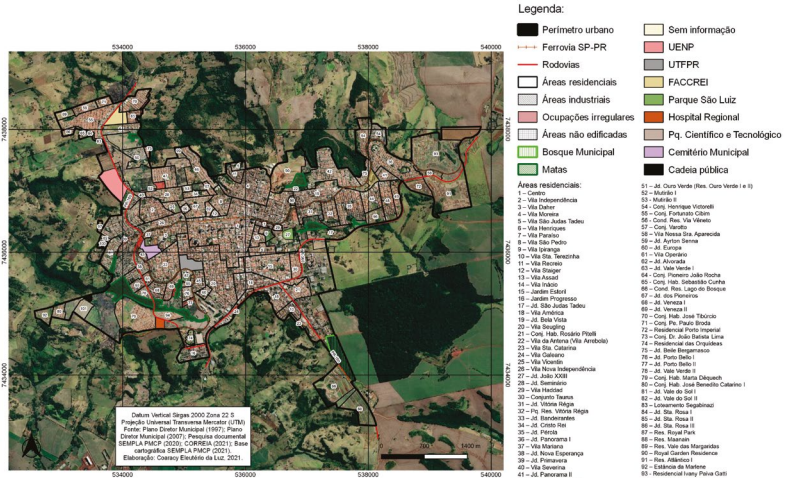
24 Nos estudos de Geografia Urbana, cidade e urbano, desenvolveram-se como conceitos distintos: “Hoje temos mais clareza conceitual sobre a cidade, que é o lugar, o concreto, o particular, o interno. Nela está o transporte, a especulação imobiliária, a habitação. Enquanto no urbano – o abstrato, o geral, o externo – estão a produção, as classes sociais, a divisão do trabalho (Santos, 1992 *apud* Souza, 2015, p. 115).

habitacional sem o apoio de uma política urbana fundiária, limita-se mais o acesso ao direito à moradia e à cidade, tal qual já ocorreu em políticas de habitação do país no passado (Santoro, 2012). Completa-se com as considerações de Volo-chko (2018, p. 109) que esta nova produção imobiliária se caracteriza pela habitação popular de mercado. Assim são “conjuntos massificados (horizontalizados e verticalizados) de moradias com reduzida metragem, ocupando geralmente terrenos distantes, com pouquíssima infraestrutura e equipamentos no entorno imediato”.

Como formas espaciais típicas da produção urbana em faixa descontínua, os conjuntos habitacionais, que comportam as moradias populares, localizam-se nas áreas mais afastadas e menos equipadas, demonstrando uma permanência no espaço urbano procopense e uma tendência como forma de segregação urbana.

Além do uso residencial que evidenciou, sobremaneira, a expansão urbana horizontal de Cornélio Procópio nesta análise de Geografia Histórica Urbana, pondera-se de modo abreviado, outros usos que perfazem a ocupação urbana, considerados necessários para compreensão deste processo espacial (Mapa 7).

Mapa 7 – Ocupação urbana de Cornélio Procópio (2021)



Fonte: Plano Diretor Municipal (1997); Plano Diretor Municipal (2007);

Pesquisa documental: SEMPLA PMCP (2020);

Elaboração: A autora (2021).

No projeto cartográfico acima, elaborado por meio de procedimentos de cartografia digital com o *software* QGIS 3.4 (Sistema de Informação Geográfica - SIG), convencionou-se a identificação de áreas com uso residencial predominante. Portanto, desconsiderando estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços, e fragmentos de matas, envolvidos por tais áreas; áreas reservadas para uso industrial; algumas áreas institucionais relevantes na análise da evolução urbana; duas áreas verdes específicas; algumas ocupações irregulares²⁵; áreas não

²⁵ No mapa 7 não estão representadas todas as áreas de ocupação irregular existentes na malha urbana procopense, pois em entrevista concedida, confirmaram-se aquelas identificadas no mapa, e soube-se da existência de várias outras, porém ainda sem identificação de sua localização (Correia, 2021), que suscitam o objeto de estudo em análises futuras.

edificadas²⁶ e áreas com remanescentes de matas. Também são representados os eixos indutores da expansão urbana estudada, a ferrovia São Paulo-Paraná e as rodovias PR-160 e BR-369. O perímetro urbano é conformado tal qual a expansão da malha urbana aconteceu (Correia, 2021).

Os usos registrados na escala espaço-temporal deste estudo correspondem ao uso residencial que perfaz o tipo de uso predominante. Há ainda o uso industrial por meio da criação das áreas industriais I (1977) e II (1978) (PMCP, 1997), a primeira situada às margens da BR-369 e a segunda na PR-160 na direção sudeste. Também se verificam alguns empreendimentos ao longo da rodovia PR-160 que configuram a área industrial III (Correia, 2021). Esta última, com ocupação mais recente e rarefeita, não consolidou a extensão urbana nesta seção.

Destacam-se as áreas destinadas à prestação de serviços de educação pública superior: o campus universitário da UENP às margens da rodovia PR-160, e o campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná na Vila Seugling, nas proximidades da ferrovia. Com a oferta de cursos em regime integral, após o início de suas atividades na educação superior nos anos 2000, o campus da UTFPR, pode ser considerado um fator indutor da expansão físico territorial procopense, pois influenciou a produção espacial urbana em sua circunvizinhança na porção Sudoeste da cidade.

Ainda no setor de serviços e sua ocupação urbana, menciona-se o Hospital Regional às margens da rodovia PR-160, anexo ao Conjunto Habitacional Prof^a Martha Dequêch, e muito próximo da ferrovia São Paulo-Paraná. No domínio da produção espacial urbana, esta forma espacial tem exercido influência na expansão urbana deste setor da cidade, quanto ao exercício

26 Opta-se por identificar os espaços vagos como 'áreas não edificadas'. Uma vez que o termo 'vazios urbanos', conceitualmente, segundo literatura específica (Sposito, Góes, 2013), necessita de pesquisa documental e levantamento para a identificação destes no conjunto da malha urbana.

de sua função, informa-se a adição de 140 leitos de enfermaria e 36 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) (Folha de Londrina, 2021). Entretanto, sua proximidade do tráfego rodoviário, e notadamente, do tráfego ferroviário, do qual dista cerca de 34 metros, é questionável. Visto que no país já existe um relativo conhecimento acumulado a respeito do controle de ruídos (externos e internos) em ambientes hospitalares²⁷ com base nos devidos regulamentos de requisitos acústicos para estas edificações e para seu bom funcionamento.

Houve também a criação de áreas verdes urbanas, com destaque para o Bosque Municipal Manoel Júlio de Almeida (1964) (PMCP, 1997), ao longo da rodovia PR-160 à Sudeste da sede municipal. E no núcleo urbano existe o único parque urbano de Cornélio Procópio, o Parque São Luiz.

O Bosque Municipal Manoel Júlio de Almeida contém um remanescente de Floresta Estacional Semidecidual em uma área de 9,8 alqueires, composta por trilhas interligadas e infraestrutura para recreação, caminhada e exercícios físicos. Também componentes de sua estrutura, há uma lanchonete, bancos, fontes de água e uma capela. No interior dessa área verde urbana, existe um Ecocentro, espaço reservado para a prática de Educação Ambiental, criado em 1995, e revitalizado em 2013. Ademais, o bosque pode ser utilizado para a realização de estudos sobre a fauna e a flora existentes neste trecho de floresta (Instituto Ambiental do Paraná, 2015).

O Parque São Luiz é um espaço público composto por lago, pista de caminhada, e outrora, possuía equipamentos

²⁷ APARECIDA FILUS, W; PIVATTO, L. F.; FONTOURA, F. P. *et al.* Ruído e seus impactos nos hospitais brasileiros: uma revisão de literatura. **Revista Cefac**. v. 16, n. 1, São Paulo. Jan./Fev. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462014000100307> Acesso em: 20 Abr. 2021.
BARRETO, D. **Acústica em ambientes de saúde**. Disponível em: <http://www.abdeh.org.br/uploads/arquivos/57/Acustica_de_Hospitais_R4.pdf> Acesso em: 20 Abr. 2021.

para atividades recreativas e para atividades físicas. Seus usuários podem utilizá-lo para pescaria, caminhada e corrida, não sendo permitida a prática de natação, o que é frequentemente descumprido. Nos Planos Diretores Municipais (1997 e 2007) delinearão-se algumas medidas urbanísticas para este local por parte do poder público, quais sejam: área para prática de esportes aquáticos, quadras esportivas, anfiteatro, quiosques para churrasqueiras, playground etc (PMCP, 1997), assim como proteger e recuperar parques (PMCP, 2007). No entanto, nenhuma destas ações concretizaram-se neste espaço. Durante a última década, no entorno deste parque foram construídas algumas residências de *status* (Figura 6).

Figura 6 – Residências de *status* no entorno do Parque São Luiz



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Esta área residencial que contorna o parque pertence ao Jardim João XXIII, conforme conferência em base cartográfica da Secretaria Municipal de Planejamento. O Jardim João XXIII foi implantado em 1969 (PMCP, 1997) e as residências de *status* expostas na figura 6, foram construídas no presente século. Segundo Correia (2021) não se trata de novo loteamento.

Como uma contradição de tal área residencial que possui como referência de sua localização, o único parque urbano e seu lago, na porção Sudoeste, como ponto de referência, de uma das áreas residenciais segregadas está a Cadeia Pública Municipal, ao longo da única via de acesso ao Conjunto Habitacional José Benedito Catarino I e III (Figura 7), e ao Residencial Estância da Marlene. Também contíguo a tais áreas residenciais localiza-se o “antigo” lixão da cidade. E ainda há o Cemitério Municipal, usualmente citado como ponto de referência para a Vila Nova, atualmente uma vila popular, que originalmente assentou-se como ocupação irregular e já foi alvo de processo de desfavelização pela prefeitura, porém que não a contemplou integralmente (Correia, 2021).

Figura 7 – Vista da Avenida Gralha Azul com Conjunto Habitacional José Benedito Catarino III (à direita), Cadeia Pública Municipal (lado direito, ao fundo), e cidade de Cornélio Procópio (ao fundo, além da mata)



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A paisagem revela além da aparência do visível, a essência resguardada dos processos que constituem as formas espaciais nesta imagem emblemática de segregação urbana induzida, objetivada no recorte geográfico estudado. Os atributos espaciais presentes na imagem, ou seja, as características naturais e a falta de amenidades do entorno, somando-se a sua posição geográfica desintegrada em relação à malha urbana consolidada, que dificulta a acessibilidade ao restante da cidade, assim como ao lazer, aos equipamentos urbanos e ao comércio, trazem à baila, a problemática urbana de que a disponibilidade de recursos financeiros a partir de uma política habitacional desassociada de uma política fundiária de efeito, não surtem o resultado esperado para solucionar plenamente o problema de moradia urbana. Trata-se de um problema urbano que persiste no decorrer de sua Geografia Histórica Urbana devido à presença de ocupações irregulares em áreas com restrição à ocupação, tais como: faixas de domínio da ferrovia (Figura 8), áreas institucionais (Correia, 2021) e também áreas protegidas marginais aos cursos d'água.

Figura 8 – Ocupação irregular próxima à ferrovia São Paulo-Paraná nas adjacências do Residencial Ivany Paiva Gatti



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Segundo Correia (2021), a Vila Nossa Senhora Aparecida, na porção Nordeste, ao longo de trecho da ferrovia, possui cerca de quarenta domicílios. Originada na década de 1990, período em que se registrou a maior produção de conjuntos habitacionais e de moradias populares, apesar disso, como esta ocupação irregular evidencia, as políticas habitacionais pretéritas não absorveram toda a demanda existente, devido ao alto déficit habitacional manifestado desde então.

Como explica Corrêa (2003), o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente reflete as diferenças sociais existentes em uma sociedade de classes, como a capitalista, e acrescenta que no capitalismo as diferenças são enormes, especialmente, quando se trata de países da América Latina. Elucidando a falta de acesso à moradia e a geração de ocupações irregulares

no recorte empírico deste estudo, considera-se apropriado o seguinte trecho de Corrêa (2003, p. 29): “A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão [...]”

Segundo Correia (2021) as ocupações irregulares devem passar por regularização fundiária através da Lei Federal 13.465/2017, conhecida como Reurb²⁸. Contudo, atualmente no plano empírico, estas ações ainda não foram efetivadas, logo, estas formas espaciais são componentes do arranjo espacial urbano procopense.

Ainda para o período analisado, outra contradição na produção espacial urbana de Cornélio Procópio é a permanência dos vazios urbanos correspondentes às áreas com uso rural, situadas nos interstícios do tecido urbano. A contradição reside no fato de que na ausência de políticas habitacionais e de regularização fundiária urbana, ora a produção de habitação popular acontece em terrenos mais baratos e desintegrados da malha urbana e afasta cada vez mais a população de baixa renda do todo social e da cidade, ora a autoconstrução em áreas com restrição de ocupação também se intensifica.

Não incluídos nos vazios urbanos, mas que também exercem influência na densidade de ocupação urbana, citam-se os lotes resultantes de parcelamento, e ainda não edificados, visto que alguns projetos de loteamentos foram cancelados ao longo da última década. Estes projetos são os seguintes: o Loteamento Taji em 2014 (loteamento residencial aberto), o Loteamento Porto Seguro I em 2017 (loteamento residencial

²⁸ Esta lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sendo criada para atender o direito por moradia digna e à cidade. Sendo assim permite a realização de procedimentos voltados à regularização de núcleos informais, ampliando o acesso à terra urbanizada, sobretudo, para população de baixa renda (Maziviero, 2020).

aberto), Green Hills Residence em 2017 (loteamento residencial aberto) e San Marino Residence em 2017 (loteamento fechado) (Correia, 2021).

De acordo com pesquisa documental (2020-2021) todos já apresentavam projeto urbanístico, dentre outras etapas para instalação, já aprovadas no setor responsável da secretaria municipal de planejamento. Quanto à localização a maior parte deles seriam instalados nas bordas periféricas, significando novas ampliações pontuais do perímetro urbano, portanto não obedecendo à legislação municipal em vigor. Embora, este fato não é considerado no plano prático, um impedimento para o processo de expansão urbana em questão. Interessa-se por identificar as causas para estes cancelamentos, necessitando serem detalhadas em investigação empírica como objeto de estudo em análises posteriores.

Quanto ao remanescente de matas, o trecho seguinte do Plano Diretor Municipal (1997, p. 135) resume rigorosamente os impactos desta espacialidade urbana e sua Geografia Histórica Urbana:

Deste processo de urbanização resultaram efeitos ambientais negativos que são claramente identificáveis, sendo eles: a eliminação de grande parte da vegetação existente; a impermeabilização excessiva do solo, prejudicando a drenagem natural das águas pluviais e favorecendo a erosão; [...]; o pouco espaço destinado à arborização; a falta de previsão e implantação de áreas verdes (PMCP, 1997, p. 135).

A síntese das consequências socioespaciais do processo de evolução urbana de Cornélio Procópio na tessitura deste estudo de Geografia Histórica Urbana, neste capítulo evidenciou uma urbe que em sua trajetória assumiu uma sucessão de

transformações espaciais inerentes às articulações escalares que lhes são pertinentes: a local, a regional, a nacional.

No decurso dessa metamorfose que irrompeu sua reestruturação urbana, outrossim, tomou consistência um espaço urbano, cujo território é considerado categoria operativa na distribuição seletiva de políticas públicas estaduais e federais. Neste, entretanto, da mesma forma consolidou-se um espaço urbano desigual e contrastivo, necessitado da ação efetiva e equânime do Estado, em seus diferentes níveis político-administrativos e espaciais: o federal, o estadual e, sobretudo, o municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal são contemplados os planos deste estudo de Geografia Histórica Urbana da sede municipal de Cornélio Procopio no delineamento de seus principais traços geográficos e históricos que remontam sua gênese e evolução no movimento das temporalidades pretéritas e do presente exprimidas aqui. E pondera-se que o objeto de estudo foi compreendido sob a luz de tal escolha analítica, que teceu esta construção teórica a respeito do conteúdo empírico, de maneira que não se esgota a abordagem deste último em outras possibilidades de análise.

Assentada na perspectiva teórico-metodológica da Geografia Histórica Urbana, a análise trouxe à tona a transição do seu caráter agrário e rural rumo às formas espaciais e funções apropriadamente urbanas, à medida que sua matriz econômica e social se transformou.

De início, inscrevem-se neste processo, a instalação da infraestrutura ferroviária associada à economia do setor primário, sobretudo, o cultivo de café, com grande impulso dado para atração populacional e para formação de loteamentos urbanos e rurais, acentuando uma nova divisão territorial do trabalho. É essencial mencionar que anterior à primeira periodização feita nesta análise (1930-1959) deu-se relevo a sua articulação escalar no espaço e no tempo, no sentido de contextualizar os eventos no recorte empírico e avultar as relações entre escalas espaço-temporais tão basilares às análises geográficas desta espécie.

Neste âmbito de articulação escalar, interpretou-se dia-cronicamente, o acontecer sucessivo de alguns eventos, como a urbanização pretérita, a industrialização, a modernização do campo, a virada demográfica e a urbanização emergente e suas consequências socioespaciais. E sequencialmente, com ênfase sincrônica, a análise encaminhou-se temporalmente no eixo da simultaneidade, nos dizeres de Santos (2006). Então explicando

a partir do recorte espacial estudado que estes fenômenos são sucessivos e coexistentes, a demonstrar ora continuidades, ora descontinuidades geográficas, dada a heterogeneidade do espaço e a particularidade de seus agentes sociais.

No entendimento do processo espacial analisado, a evolução urbana de Cornélio Procópio, as periodizações, 1930-1959, 1960-1999 e 2000-2021 sintetizam as continuidades, as permanências conduzidas de um período para o outro, e igualmente as rupturas, as descontinuidades.

Reforçam-se nestas considerações finais, alguns pontos de análise considerados evidências espaciais de permanências, isto é, das continuidades geográficas no transcurso de sua evolução urbana, quando analisado, o tempo interno que atua na escala do lugar e as influências dos tempos externos pertinentes às escalas regional e nacional.

As continuidades geográficas encerram a dinâmica demográfica de Cornélio Procópio na segunda metade do século passado, seguida de sua virada demográfica em 1970 e a partir de então, as transformações socioespaciais nos decênios subsequentes que estimularam, sobremaneira, a emergência de seu processo de urbanização e o crescimento de seu tecido urbano, imprimindo-lhe novas formas espaciais e novas funções. E para citar algumas, a produção de novas áreas residenciais devido ao incremento populacional e o moderado aumento das atividades industriais por novos estabelecimentos do setor.

Nas décadas do século XXI as permanências evidentes no espaço urbano procopense relacionam-se à expansão físico territorial urbana tendo em vista a demanda por moradia na cidade, e dessa maneira, produzindo sua forma de urbanização e suas funções.

As rupturas no decorrer do processo espacial estudado, condizem às consequências socioespaciais da modernização agrícola que reduziu a população rural, e conseqüentemente,

diminuiu os postos de emprego neste espaço, com efeitos replicadores para o espaço urbano, onde se localiza a maior parte da população. O que se rompe é a hegemonia da participação do setor primário na produção interna bruta do município.

Portanto, na distribuição de postos de emprego (IPARDES, 2020) e na participação do Produto Interno Bruto municipal nos anos 2000, 2010 e 2018 há destaque para o setor terciário, comércio e serviços, incidindo no fato, da centralidade da saúde e do Ensino Superior atribuída à cidade, como resultado de estudos acerca da região de influência das cidades e da hierarquia urbana (IBGE, 2020).

As transformações de sua estrutura tangenciam sua evolução urbana por que concomitantemente a este processo espacial, novas formas espaciais são produzidas a partir de políticas públicas, em proveito de tais possibilidades de desenvolver e diversificar seus níveis de centralidade já reconhecidos. As formas espaciais aqui referidas são o Parque Científico e Tecnológico da UTFPR e demais instituições parceiras, o Hospital Regional e o projeto de implantação do curso de Medicina no *campus* universitário da UENP. Todas iluminam temporalidades futuras promitentes, e no presente, aquelas já encetadas influenciam as áreas de expansão da cidade durante as últimas décadas do século atual.

Neste campo das possibilidades a partir de tais políticas públicas, é notadamente visível a atuação do Estado em seus três níveis político-administrativos e espaciais, quais sejam o federal, o estadual e o municipal. No entanto, no curso da presente análise da evolução urbana procopense e seus resultados espaciais, por várias vezes, denota-se a falta de comparecimento do poder público e seu papel como gestor.

As contradições identificadas neste espaço urbano e mencionadas neste estudo de Geografia Histórica Urbana, estão muito distantes de exaurir o rol deste assunto no plano

empírico. Mesmo assim, arrolam-se algumas daquelas cabíveis para a análise, cujo processo espacial gerador desvela a falta da atuação reguladora e modeladora do Estado. Assim, por exemplo, no caso da localização em faixa descontínua de vários conjuntos habitacionais, configurando as áreas de habitação popular em áreas menos equipadas e distantes do centro principal e nas formas espaciais das ocupações irregulares produzidas como uma forma de resistência nas áreas com restrição à ocupação. É paradoxal a existência de loteamentos residenciais abertos e de condomínio horizontal fechado em áreas localizadas ou próximas de elementos de valorização, como, por exemplo, na porção Nordeste da cidade, em suas bordas periféricas.

Os espaços residenciais fechados em Cornélio Procópio, ou seja, os condomínios horizontais fechados e loteamentos fechados, representam mais uma forma de segregação urbana, a autosegregação, localizada tanto nas bordas periféricas, quanto no interior de sua malha urbana. Esta nova forma de habitar produz verdadeiros enclaves no espaço urbano que abonam uma contração do papel do Estado, o que para este último, é extremamente proveitoso.

Destarte, as formas espaciais decorrentes da evolução urbana procopense e seus contrastes espaciais traduzem um espaço urbano caracterizado por desigualdade socioespacial, e sendo assim, destituído da função social da cidade, visto que seu valor de troca é muito mais patente que seu valor de uso. Em termos conclusivos desta análise, porém sem a pretensão de encerrar o assunto, pois este reclama não sair da lembrança, o balanço que pode ser feito é o da existência de um imperativo espacial em atendimento às necessidades do capital e em detrimento das necessidades de uma grande parcela da sociedade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Hospital de Cornélio Procópio beneficiará 230 mil pessoas**. 2020. Disponível em: < <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=109375&tit=Hospital-Regional-de-Cornelio-Procopio-beneficiara-230-mil-pessoas>> Acesso em: 15 Abr. 2021.

ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 65-79.

APARECIDA FILUS, W; PIVATTO, L. F.; FONTOURA, F. P.; et al. Ruído e seus impactos nos hospitais brasileiros: uma revisão de literatura. **Revista Cefac**. v. 16, n. 1, São Paulo. Jan./Fev. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462014000100307> Acesso em: 20 Abr. 2021.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** – Cornélio Procópio, PR. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cornelio-procopio_pr> Acesso em: 07 Jul. 2020.

BARRETO, D. **Acústica em ambientes de saúde**. Disponível em: < http://www.abdeh.org.br/uploads/arquivos/57/Acustica_de_Hospitais_R4.pdf> Acesso em: 20 Abr. 2021.

BERNARDES, N. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. In: FRESCA, T. M. et. al. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico** – volume 1. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 77-118.

BETA SIMÃO HOREVICZ. **Projeto urbanístico – planta do loteamento – subdivisão dos lotes**. Cornélio Procópio: [s.n.], 2008. 1 planta. Sem escala.

BITOUN, J. Em busca de especificidades da cidade e do urbano no Brasil. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Orgs.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 279-294.

BAUMGARTNER, W. H. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional das cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **Geotextos**. v. 11, n. 1, p. 91-111. 2015.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. M.; KANSO, S. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. 2004. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1034.pdf > Acesso em: 01 Maio 2021.

BRAGUETO, C. R. O comportamento territorial do norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In: FRESCA, T. M. et. al. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico – volume 2**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 141-199.

BRASIL, A. S. **Cornélio Procópio: das origens e da emancipação do município**. 2. ed. Cornélio Procópio: UENP, 2014. 151 p.

CALDARELLI, C. E.; PERDIGÃO, C.; CÂMARA, M. R. G. da; SANTOS, J. P. A. dos; SOUZA, S. de C. I. de. Análise de indicadores de produção científica e geração de conhecimento nas universidades estaduais paranaenses. In: RAIHER, A. P.

(Org.). **As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. p. 21-48.

CAMBIAGHI, S. M. O povoamento do norte do Paraná. In: FRESCA, T. M. et. al. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico – volume 2**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 71-86.

CARDOZO J. E.; ELIAS L. A. R.; TEIXEIRA I. M. V.; GARCIA A. N.; MACEDO A. C. **Lei nº 12.608, de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONDPEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm#art26> Acesso em: 19 Abr./2021.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: _____; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 117-140.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003. 94 p.

_____. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.

CORREIA, A. M. **Entrevista:** Adilson Marcelino Correia. Cornélio Procópio: Projetista da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, 2015. Entrevista concedida à Coaracy Eleutério da Luz.

_____. **Entrevista:** Adilson Marcelino Correia. Cornélio Procópio: Projetista da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, 2021. Entrevista concedida à Coaracy Eleutério da Luz.

COSTA, K. G. de S. T. **Memorial urbanístico**. Cornélio Procópio: [s.n.], 1998.

DEÁK, C. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015. p. 9-18.

DIAS, P. R. **Cornélio Procópio** - a história em prosa e verso. Londrina: Modelo, 2000. 160 p.

ERTHAL, R. Geografia Histórica – considerações. **Geographia**. n. 9. 2003. p. 29-39.

FIGUEIREDO, J. et al. **Lei nº 6.766, de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm > Acesso em: 14 Abr. 2021.

FOLHA DE LONDRINA. **Região é pioneira na produção de bichos-da-seda no Estado**. 11 Jul. 2001. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/norte-pioneiro/regiao-e-pioneira-na-producao-de-bichos-de-seda-no-estado-347678.html>> Acesso em 03 Ago. 2020.

FRAGOSO, J. L. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 198-?. p. 145-196.

GARBOSSA, R. A.; SILVA, R. dos S. **O processo de produção do espaço urbano**: impactos e desafios de uma nova urbanização. Curitiba: Intersaberes, 2016. 261 p.

IBGE. **Aglomerados subnormais**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 10 Abr. 2021.

IBGE CIDADES. **Cornélio Procópio**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cornelio-procopio/historico>> Acesso em: 11 Dez./2023.

IBGE-CNE. **Anuário Estatístico do Brasil** – ano XI 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. 583 p.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 137 p. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf> Acesso em: 24 Abr. 2021.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de

Janeiro: IBGE, 2017. 82 p. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>> Acesso em: 24 Abr. 2021.

IBGE. **O que é o PIB**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>> Acesso em: 26 Abr. 2021.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios**. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib> Acesso em: 26 Abr. 2021.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

IBGE. **Revista Brasileira dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949. 257 p.

IGUAÇU. **Companhia Iguaçu** – Produção e Exportação de Café Solúvel. Disponível em:< <https://www.iguacu.com.br/>> Acesso em: 03 Ago. 2020.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Plano de manejo do Parque Estadual Mata São Francisco**. Cornélio Procópio: [s.n.], 2015. 443 p.

IPARDES. **Caderno estatístico** – Município de Cornélio Procópio. Curitiba: Iparades, 2020. 49 p.

IPARDES. **Relação dos municípios do Estado ordenados segundo as regiões geográficas intermediárias e**

as regiões geográficas imediatas do IBGE – Paraná – 2017. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Rela%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20paranaenses%20segundo%20regi%C3%B5es%20geogr%C3%A1ficas%20intermedi%C3%A1rias%20e%20imediatas.pdf> Acesso em: 25 Abr. 2021.

KOHLHEPP, G. et al. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. **Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia.** n. 30. 2017.

KROETZ, L. R. **As estradas de ferro do Paraná 1880-1940.** 1985. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1985.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Geosp – Espaço e Tempo.** São Paulo. n. 24. p. 109-123. 2008.

LIMA, D. C. **Cornélio Procópio:** Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. 29 p.

MAIA, D. S. Geografia Histórica Urbana: notas de pesquisa. **Terra Brasilis (Nova Série) – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica.** n. 12. 2019.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MARTINS, J. de S. A ignorância é, desde a origem do Brasil, um instrumento de poder. **Jornal da USP**. Maio/2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=324978>> Acesso em: 23 Abr. 2021.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 314 p.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015. p. 245-259.

MAZIVIERO, M. C., et al. (Orgs.). **Por dentro do Reurb**: conhecendo os passos da regularização fundiária e o reconhecimento do direito à moradia. Curitiba: [s.n.], 2020. 35 p. Disponível em: < https://issuu.com/formasdehabitar/docs/carilha_reurb?fbclid=IwAR03bCFselAs7p-5zojyP7LxDf2H-nO6RmMgaeu87QR3yns4UgjcqkUj4sDc> Acesso em: 26 Abr. 2021.

MENDONÇA, S. R. de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 198-?. p. 267-299.

MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: FRESCA, T. M. et. al. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico – volume 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 1-18.

MONTEIRO, H. de M. Da República Velha ao Estado Novo. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 198-?. p. 233-251.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M. et. al. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico – volume 2**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 19-70.

MUSSALAM, R. **Norte Pioneiro do Paraná – formação e crescimento através dos censos**. 1974. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

PENNA, N. A. As escalas espaçotemporais do urbano: o processo de urbanização e as desigualdades no espaço e no tempo. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Orgs.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 297-306.

PMCP. **Plano Diretor Municipal** – Cornélio Procópio. 1997.

PMCP. **Plano Diretor Municipal** – Cornélio Procópio. 2007.

PORTAL G1. **Paraná tem novas opções de voos comerciais em cidades do interior**. 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/fiep/sistema-fiep/noticia/2019/11/07/parana-tem-novas-opcoes-de-voos-comerciais-em-cidades-do-interior.ghtml> > Acesso em: 17 Abr. 2021.

PORTAL MEC. **Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/> >

educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades> Acesso em: 15 Abr. 2021.

PORTAL UTFPR. UTFPR lança marca comemorativa dos 110 anos da Instituição. 2019. Disponível em: <<https://portal.utfpr.edu.br/noticias/geral/utfpr-lanca-marca-comemorativa-dos-110-anos-da-instituicao>> Acesso em: 15 Abr. 2021a.

PORTAL UTFPR. Implantação do Parque Tecnológico gerará empregos de alta qualificação. 2020. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/noticias/cornelio-procopio/implantacao-do-parque-tecnologico-gerara-empregos-de-alta-qualificacao>> Acesso em: 16 Abr./2021 b.

PORTAL UTFPR. Concluída a primeira etapa das obras do Parque Tecnológico. 2020. Disponível em: <<https://portal.utfpr.edu.br/noticias/cornelio-procopio/concluida-a-primeira-etapa-das-obras-do-parque-tecnologico>> Acesso em: 16 Abr./2021 c.

RAIS. Rais 2019. Disponível em:< <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>> Acesso em: 03 Ago. 2020.

RIBEIRO, G.; SOUZA NETO, J. A. de. A escrita geográfica do tempo: tradução e circulação, texto e imagem, geografia humana e geografia histórica a partir de Henry Clifford Darby (1909-1992). **Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia**. n. 44. 2020.

RODRIGUES, A. M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI,

S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147-168.

SANFELICI, D. As escalas de acumulação na produção das cidades. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 121-143.

SANTORO, P. F. **Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas**. 2012. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 473 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. p. 93-110.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 176 p.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 96 p.

SCHIFFER, S. R. São Paulo como dominante do mercado unificado nacional. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015. p. 73-110.

SCHMITT, J. B. **Loteamentos fechados x condomínios fechados**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/>

artigos/53698/loteamentos-fechados-x-condominios-fechados> Acesso em: 17 Abr./2021.

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Portaria no 123, de 14 de abril de 2016. Divulga o resultado do processo de seleção de propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS. **Diário Oficial da União**, n. 73, Brasília-DF, 18 de abr. p. 77, 2016.

SIDRA IBGE. **Banco de tabelas estatísticas**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>> Acesso em: 26 Abr. 2021.

SILVA, L. R. da. O senso comum e a ciência geográfica. In: _____. **Do senso comum à geografia científica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 21-41.

SILVA, M. W. da. A Geografia e o estudo do passado – conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis (Nova Série) Revista Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**. v. 1, 2012.

SIMÕES DE PAULA, E. Cornelio Procopio. In: FRESCA, T. M. et. al. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico – volume 1**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 19-49.

SOUZA, M. A. A. de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015. p. 111-143.

SOUZA, M. L. de. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127-146.

SPOSITO, M. E. B. O espaço e o tempo como continuidades e descontinuidades geográficas. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Orgs.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 307-322.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 359 p.

THÉRY, H.; MELLO, N. A. de. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 312 p.

TRESPACH, R. **Histórias não (ou mal) contadas: Segunda Guerra Mundial 1939-1945**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017. 240 p.

TREVISAN, O.; SANTOS, B. C. dos. **Lei nº 1.072, de 1979**. Autoriza o Executivo Municipal a fazer doação de uma área de terras urbanas à Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR – com 18.957,23 m².

UENP. **A UENP**. Disponível em: < <https://uenp.edu.br/institucional> > Acesso em: 15 Abr. 2021.

VOLOCHKO, D. Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 105-127.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba:
Imprensa Oficial do Paraná, 2002. 360 p.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Divisão administrativa da província do Paraná (1853) 46
- Figura 2** – Colonização do Norte Pioneiro Paranaense (séculos XIX e XX) 48
- Figura 3** – Produção de café no Norte do Paraná (1950) 63
- Figura 4** – Instalações rurais no perímetro urbano de Cornélio Procópio (nas proximidades da Rua Ranulfo Vilela – Jardim Seminário) 93
- Figura 5** – Pastagem no perímetro urbano de Cornélio Procópio (nas proximidades da Rua Ranulfo Vilela – Jardim Seminário) 93
- Figura 6** – Residências de *status* no entorno do Parque São Luiz 124
- Figura 7** – Vista da Avenida Galha Azul com Conjunto Habitacional José Benedito Catarino III (à direita), Cadeia Pública Municipal (lado direito, ao fundo), e cidade de Cornélio Procópio (ao fundo, além da mata) . . . 125
- Figura 8** – Ocupação irregular próximo à ferrovia São Paulo-Paraná nas adjacências do Residencial Ivany Paiva Gatti 127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População urbana, rural e total (mil hab.) do município de Cornélio Procópio (1950-2010).....	72
Gráfico 2 – População urbana e rural (%) do município de Cornélio Procópio (1950-2010).....	73
Gráfico 3 – Número de empregos (RAIS) por grandes setores do IBGE em Cornélio Procópio (2018).	98
Gráfico 4 – Produto Interno Bruto de Cornélio Procópio nos anos 2000, 2010 e 2018.....	101
Gráfico 5 – Evolução da implantação de conjuntos habitacionais em Cornélio Procópio (por década)	113
Gráfico 6 – Número de lotes habitacionais em conjuntos habitacionais (por década).....	114

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Ferrovia São Paulo-Paraná no Norte Pioneiro Paranaense. . .	32
Mapa 2 – Localização do município de Cornélio Procópio na Mesorregião Geográfica do Norte Pioneiro Paranaense	47
Mapa 3 – Sítio original de Cornélio Procópio (década de 1930)	56
Mapa 4 – Expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (de 1930 a 1959).	66
Mapa 5 – Expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (de 1930 a 1999).	81
Mapa 6 – Expansão territorial urbana de Cornélio Procópio (de 1930 a 2021).	116
Mapa 7 – Ocupação urbana de Cornélio Procópio (2021)	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Unidades urbanas em Cornélio Procópio no período de 1930 a 1959 67

Quadro 2 – Unidades urbanas em Cornélio Procópio no período de 1960 a 1999 79

Quadro 3 – Conjuntos habitacionais implantados em Cornélio Procópio (1960-1999) 87

Quadro 4 – Unidades urbanas em Cornélio Procópio no período de 2000 a 2021 109

Quadro 5 – Conjuntos habitacionais implantados em Cornélio Procópio (2000-2021) 112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Progressão da venda de datas (20 x 40 m) em Cornélio Procópio pela Companhia de Colonização de Terras Paiva & Moreira (1931-1935). . 60

Tabela 2 – Compradores de datas (20 x 40 m) em Cornélio Procópio pela Companhia de Colonização de Terras Paiva & Moreira (1931-1935) 61

SOBRE A AUTORA



COARACY ELEUTÉRIO DA LUZ

Professora Pós-doutora do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná, *campus* de Cornélio Procópio, Paraná, Brasil. E-mail: coaracyluz@uenp.edu.br